



NOTAS EXPLICATIVAS - CONTINUAÇÃO

por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. A Companhia não tinha ativos financeiros mantidos fora dos modelos de negócios comerciais que não passaram na avaliação do SPPI.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado. **Desreconhecimento:** • **Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. • **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. i. **Valor recuperável de ativos ("Impairment"):** (i) **Ativos financeiros não-derivativos:** Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • Inadimplência ou atrasos do devedor; • Reestruturação de um valor devido à companhia em condições não consideradas em condições normais; • Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência; • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros. (ii) **Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado. (iii) **Ativos não financeiros:** A Companhia tem como política contábil efetuar o teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado anualmente, independentemente de haver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradoras de Caixa - UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. j. **Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. **CPC 51 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O CPC 51 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais: • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará; • As medidas de desempenho definidas pela Administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras; • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros". **Outras Normas Contábeis:** Não se espera que as seguintes normas novas e alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações CPC 48 e CPC 40); • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 48 e CPC 40).

7. Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixa e bancos	1.056	168
Aplicações financeiras (i)	111.471	77.140
	112.527	77.308

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa. (i) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os saldos de aplicações financeiras referem-se a disponibilidades em conta aplicação no Banco do Nordeste - BNB, Banco Santander, Banco Bradesco e Banco da China Brasil, em moeda nacional, indexada pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro -

CDI, com resgate imediato sem prejuízo da remuneração auferida até a data. A taxa média de remuneração da aplicação no Banco do Nordeste - BNB, Banco Santander, Banco Bradesco e Banco da China Brasil foi de 95% do CDI nos dois exercícios.

8. Contas a receber de clientes

	2025	2024
Contas a receber	1.741	1.558
	1.741	1.558

O contas a receber decorre do fornecimento de energia relativo ao mês de dezembro de 2025 e com vencimento em janeiro de 2026. Não existem valores de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Adicionalmente, não há expectativa de perdas com o montante de contas a receber de clientes da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para perdas de crédito esperadas.

9. Partes relacionadas A Companhia possui operações entre as companhias do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as companhias e gestão de recursos financeiros.

Ativo circulante

Complexo Tanque Novo Energias Renováveis S/A. (a)	925	-
	925	-

Passivo circulante

Complexo Tanque Novo Energias Renováveis S/A. (a)	-	72
Complexo Tanque Novo Energias Renováveis S/A. (b)	2.097	-
Atlantic Energias Renováveis S/A. (c)	76.300	76.300
	78.397	76.300

(a) Os saldos de contas a receber e contas a pagar à partes relacionadas de curto prazo referem-se ao rateio de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as companhias e a controladora direta. (b) Os saldos de partes relacionadas referem-se aos dividendos a pagar. Para fins de demonstração de fluxo de caixa, os dividendos recebidos e pagos são apresentados nas atividades de investimento e financiamento, respectivamente. (c) Os saldos de empréstimos entre partes relacionadas referem-se aos contratos de mútuo com vencimento final para junho de 2027. As transações entre partes relacionadas, são realizados de acordo com os termos e condições acordados entre as partes, conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazo definidos preestabelecidos. As contas a pagar não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros. **Remuneração do pessoal chave da Administração:** Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 22 de abril de 2025, foi aprovado o montante máximo global da remuneração anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2025, no valor de até R\$ 7.500, a ser distribuído entre os membros da Administração conforme deliberação interna e de acordo com o Estatuto Social da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram reconhecidas despesas com remuneração dos membros-chave da Administração no montante de R\$ 5.862 (R\$ 6.363 em 2024). A Companhia não possui planos de benefícios pós-emprego, remuneração baseada em ações ou outras participações societárias.

10. Aplicações financeiras vinculadas

	2025	2024
Aplicações financeiras vinculadas	2.503	1.633
	2.503	1.633

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os saldos de aplicações financeiras vinculadas referem-se a saldo da conta Reserva do Serviço da Dívida com restrição de movimento para atendimento ao covenants e a garantia de pagamento das prestações conforme definido no contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNB (nota explicativa 12). Tais montantes não possuem liquidez e estão aplicados em moeda nacional junto ao Banco BNB e podem ser movimentadas somente mediante autorização expressa do BNB. As aplicações financeiras vinculadas são lastreadas em títulos públicos e indexadas pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI.

11. Imobilizado

(i) Composição do saldo

	2025	2024		
	Depreciação	Saldo	Saldo	
	Custo	acumulada	líquido	
Equipamentos de informática	32	(15)	17	23
Sistema de geração	146.895	(14.203)	132.692	138.171
Sistemas de transmissão e conexão	5	(2)	3	4
Imobilizado em andamento	1	-	1	-
	146.933	(14.220)	132.713	138.198

(ii) Movimentação do custo

Movimentação em 2025				
	Saldo em 2024	Adições	Baixas	Saldo em 2025
Equipamentos de informática	32	-	-	32
Sistema de geração	146.895	-	-	146.895
Sistemas de transmissão e conexão	5	-	-	5
Imobilizado em andamento	-	1	-	1
	146.932	1	-	146.933
Movimentação em 2024				
	Saldo em 2023	Adições	Baixas	Saldo em 2024
Equipamentos de informática	31	-	-	32
Sistema de geração	146.884	5	-	146.889
Sistemas de transmissão e conexão	13	-	(8)	5
	146.927	5	-	146.932

(iii) Movimentação da depreciação

Movimentação em 2025				
	Saldo em 2024	Adições	Baixas	Saldo em 2025
Equipamentos de informática	(9)	(8)	-	(15)
Sistema de geração	(8.725)	(5.478)	-	(14.203)
Sistemas de transmissão e conexão	(1)	(1)	-	(2)
	(8.735)	(5.485)	-	(14.220)
Movimentação em 2024				
	Saldo em 2023	Adições	Baixas	Saldo em 2024
Equipamentos de informática	(3)	(6)	-	(9)
Sistema de geração	(3.168)	(5.557)	-	(8.725)
Sistemas de transmissão e conexão	-	(1)	-	(1)
	(3.171)	(5.564)	-	(8.735)

a. Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment): A Administração anualmente efetua cálculo de recuperabilidade dos ativos imobilizados do Complexo Tanque Novo, o qual a Companhia faz parte e que representa sua Unidade Geradora de Caixa - UGC. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Administração estimou os valores recuperáveis de sua UGC baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados. O fluxo de caixa projetado levou em consideração fatores internos e externos, ajustando fatores como o volume de vendas, preços estimados para os próximos anos e elevação de despesas em linha com a expectativa de aumento no nível de operações da Companhia. A taxa de desconto utilizada foi de 10,68% a.a. (9,65% a.a. em 2024), elaborada levando em consideração o custo médio do capital (WACC). O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil, por esse motivo, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado foi contabilizada.

12. Financiamentos

Operações	Indexador e taxas	Vencimento	2025	2024
(moeda nacional)	anuais de juros	final		
BNB (a)	IPCA + 4,73%	15/01/2046	76.210	50.593
BNB (b)	IPCA + 11,00%	15/10/2034	12.117	13.482
			88.327	64.085
Passivo circulante			2.959	2.590
Passivo não circulante			85.368	61.495

(a) Em 28 de dezembro de 2023 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor de R\$ 78.159, com vencimento final para janeiro de 2046. (b) Em 28 de dezembro de 2023 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor de R\$ 13.815, com vencimento final para outubro de 2034. Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10).

A Companhia mantém sua previsibilidade de pagamento dos financiamentos conforme o fluxo de caixa como segue:

	2026		2.959	
2027 a 2029			8.812	
2030 a 2032			9.884	
2033 a 2035			12.288	
2036 a 2038			13.775	
2039 a 2041			14.847	
2042 a 2044			18.642	
2045 a 2047			7.119	
Total			88.327	

12.1. Movimentação

	2025	2024
Saldo inicial	64.085	67.315
Captação	28.263	64.382
Pagamento de juros	(7.063)	(6.589)
Pagamento de principal	(2.054)	(67.422)
Despesas com juros	7.096	6.399
Saldo final	88.327	64.085

Para fins de demonstração de fluxo de caixa, os juros pagos são apresentados nas atividades de financiamentos. **12.2. Covenants:** A Companhia contratou financiamentos com cláusulas que requerem a manutenção de determinadas condições a serem observadas, tais como: constituição, sem a prévia autorização do BNB, de penhor ou gravame sobre quaisquer direitos, inclusive creditórios, oriundos do projeto financiado, além de desempenho satisfatório em relação a determinados indicadores financeiros. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar no vencimento antecipado das dívidas e/ou multas. **12.2.1. Índice de Cobertura do Serviço da Dívida:** A Companhia possui covenants financeiros em contrato junto ao Banco Santander como fiador, de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida superior a 1,20. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 todas as condições foram atendidas referentes às Cláusulas Restritivas do referido contrato. **12.3. Outras garantias:** As garantias referem-se a: Garantia fidejussória do contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB, formalizada através de carta fiança e garantia financeira dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

13. Provisões

(i) Provisão ressarcimento: A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir a energia contratual. Esta provisão é mensurada considerando os valores apurados nos relatórios emitidos pela CCEE, relatórios internos de geração de energia da Companhia, além de considerar os abatimentos dos valores de energia restringida ("constrained-off"), em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS. Ressarcimento anual a CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, ficando abaixo de 90%. Ressarcimento Quadrienal a CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia dentro do regime de tolerância de 10%, permanecendo entre 100% e 90% ao compromisso contratual. Os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), tem as seguintes características: (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia física preestabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais e quadriennais de energia; (iii) a CCEE realiza apurações anuais e quadriennais comparando a geração versus o montante contratado, conforme segue:

Geração x		
Canários	Montante Contratado	Resultados
1	Abaixo de 90%	Ressarcimento Anual a CCEE
2	Entre 90% a 100%	Ressarcimento Quadrienal
3	Entre 100% a 130%	Gera saldo positivo na apuração quadrienal
4	Acima de 130%	Gera recebimento, é valorado ao PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) no Mercado de Curto Prazo (MCP), nos meses em que a energia for gerada acima do compromisso contratual

O pagamento do ressarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior, e o ressarcimento quadrienal, apurado a cada 4 anos e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR). Com o encerramento do ciclo do ressarcimento quadrienal, o saldo é transferido do longo prazo para o curto prazo. Em 22 de março de 2021 a ANEEL publicou no Diário Oficial da União a Resolução Normativa nº 927 que regulamenta o abatimento dos valores energia restringida ("constrained-off") em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS. O cálculo é realizado com base na metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de "constrained-off" de usinas eólicas objeto de CCEAR e CER disponibilizado pela CCEE conforme estabelecido no art. 8º da Resolução Normativa supracitada. Este componente é contido como abatimento nos valores de ressarcimento. O "curtailment", conforme classificação do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), corresponde à restrição de geração e pode ocorrer por três razões: (i) Energética, quando há impossibilidade de alocação da geração na carga do sistema; (ii) Confiabilidade Elétrica, relacionada à confiabilidade de equipamentos externos às usinas; e (iii) Indisponibilidade Externa, decorrente de indisponibilidades em instalações externas às usinas. A Lei nº 15.269, sancionada em novembro de 2025, instituiu mecanismo de compensação para cortes classificados como Confiabilidade Elétrica e Indisponibilidade Externa, aplicável ao período de setembro de 2023 a novembro de 2025, conforme regulamentação. Em conformidade com a legislação aplicável, a Companhia reconheceu em suas demonstrações financeiras a compensação referente aos cortes ocorridos no período elegível, mensurado com base em dados históricos do ONS e na sistemática de ressarcimento prevista na legislação. A apuração e liquidação dos valores serão conduzidas pelas entidades responsáveis, com atualização pela variação do IPCA.

A composição do saldo de provisões é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2024		
Constituição		(2.896)
Saldo em 31 de dezembro de 2025		(2.896)
	2025	2024
Ativo	2.896	-
Provisão para ressarcimento curto prazo	2.896	-

Estes montantes e transações não afetam o caixa e consequentemente as demonstrações do fluxo de caixa no exercício em 31 de dezembro de 2025 e 2024. **(ii) Provisão para contingências:** Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não existem contingências prováveis ou possíveis de qualquer natureza, conhecidas pela Administração e com base no parecer de seus assessores jurídicos, que impliquem registro de provisões e/ou divulgação.

14. Patrimônio líquido

a. Capital social: O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ 77.248, dividido em 70.448.283 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas conforme abaixo:

Acionistas	2025	2024
Complexo Tanque Novo Energias Renováveis S.A. ("Holding")	77.248	77.248

Controladora e controlador final: As ações da entidade são 100% do Complexo Tanque Novo Energias Renováveis S.A. controlada pela Atlantic Energias Renováveis S.A., a qual o controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A. ("Grupo CGN Brasil"). **b. Reserva legal:** A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos que eventualmente venham a ser apurados anteriormente, e limitada a 20% do capital social.

	2025	2024
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	10.585	(2.186)
Absorção do prejuízo	(1.757)	-
Lucro líquido ajustado	8.828	-
Constituição de reserva legal - 5%	441	-
Absorção da reserva legal	-	(28)
c. Dividendos: Os acionistas terão direito aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.		
	2025	2024
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	10.585	(2.186)
Absorção do prejuízo	(1.757)	-
Lucro líquido ajustado	8.828	-
Constituição de reserva legal - 5%	(441)	-
	8.387	-
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	(2.097)	-
Lucros retidos (absorvidos)	6.290	(401)

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP nº 2.200-2
de 24/08/2001.A autenticidade pode ser
conferida ao ladoA publicação acima foi assinada e certificada digitalmente
no dia 10/04/2026Para acessar a página de Publicações Legais no portal
do JORNAL POLO BRASIL aponte a câmera do celular
para o QR Code. Para acessar o site:
www.jornalpolobrasil.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS - CONTINUAÇÃO					
d. Reserva de lucros: A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada.					
e. Lucro básico e diluído: Não há diluição de ações ordinárias para o cálculo de lucro diluído. O cálculo do lucro básico por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias.					
	2025	2024			
Lucro líquido (prejuízo) atribuído aos detentores de ações ordinárias (básico e diluído)	10.585	(2.186)			
Ações ordinárias (básico e diluído)	70.448	70.448			
Resultado por ação ordinária (básico e diluído)	0,1503	(0,0310)			
15. Receita líquida de venda de energia					
	2025	2024			
Receita bruta venda de energia	21.655	19.048			
Ressarcimento de energia ⁽¹⁾	2.896	-			
(-) PIS / COFINS	(790)	(695)			
	23.761	18.353			
(1) Vide nota explicativa 13(i).					
16. Gastos por natureza					
	2025	2024			
Custos dos serviços prestados	(14.881)	(13.456)			
Despesas gerais e administrativas	(767)	(932)			
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	42	(393)			
	(15.606)	(14.781)			
Encargos de transmissão e conexão	(1.807)	(1.716)			
Compra de energia	(947)	(973)			
Liquidação Financeira Negativa - CCEE	(4.152)	(2.852)			
Despesa com pessoal	(812)	(688)			
Serviços de terceiros	(181)	(176)			
Depreciação	(5.485)	(5.564)			
Arrendamento	(304)	(359)			
Manutenção	(1.558)	(1.428)			
Aluguel	-	(44)			
Materiais	(1)	(30)			
Despesas administrativas	(332)	(349)			
Viagens e estadias	(4)	-			
Outras	(22)	(603)			
	(15.606)	(14.781)			
17. Resultado financeiro					
	2025	2024			
Despesas bancárias	(145)	(304)			
IOF	(12)	(12)			
Juros de empréstimos e financiamentos	(7.096)	(6.399)			
Juros e multas de mora	-	(1)			
Custo da estruturação da dívida	(826)	(177)			
Outras despesas financeiras	-	(598)			
Total das despesas financeiras	(8.080)	(7.490)			
Receita de aplicação financeira	12.076	3.478			
Total das receitas financeiras	12.076	3.478			
Resultado financeiro	3.996	(4.012)			
18. Imposto de renda e contribuição social					
A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:					
Regime de tributação pelo lucro presumido					
	2025	2024			
Receita com venda de energia (*)	21.538	19.141			
Outras receitas	1.316	3.478			
Base de cálculo IRPJ 8% (*)	3.044	5.009			
Base de cálculo CSLL 12% (*)	3.904	5.775			
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%)	808	1.271			
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R\$ 240 no período de 12 meses	280	477			
Imposto de renda e contribuição social correntes	1.088	1.748			
Taxa efetiva	15,66%	16,21%			
Imposto de renda e contribuição social diferidos (**)	478	(3)			
(*) A diferença na base de cálculo para apuração do imposto presumido calculada sobre a receita com venda de energia, refere-se ao saldo das provisões de receita registradas dentro de suas devidas competências. (**) O saldo refere-se ao imposto diferido sobre a provisão do faturamento.					
19. Instrumentos financeiros					
A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação					
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras					
Aos Administradores e Acionistas da Tanque Novo I Energias Renováveis S.A.					
São Paulo - SP					
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Tanque Novo I Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tanque Novo I Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração					
de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão					
da Companhia. (i) Risco operacional: O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado do parque eólico. Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque eólico. (ii) Risco de crédito: Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros ativos da Companhia. Para mitigar o risco de crédito, a Companhia efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia.					
</					

Tanque Novo II Energias Renováveis S.A.

CNPJ Nº 35.655.215/0001-25

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024		Nota	2025	2024
Ativo				Passivo			
Caixa e equivalentes de caixa	7	14.268	8.557	Fornecedores		2.126	1.226
Contas a receber de clientes	8	1.179	860	Financiamentos	12	926	766
Provisões	13	1.836	-	Obrigações sociais e trabalhistas		40	53
Despesas antecipadas		40	100	Obrigações fiscais		51	46
Adiantamentos a fornecedores		13	-	Imposto de renda e contribuição social a pagar		85	153
Tributos e contribuições a compensar		37	10	Contas a pagar a partes relacionadas	9	176	48
				Dividendos a pagar	9	978	123
Total do ativo circulante		17.373	9.527	Total do passivo circulante		4.381	2.415
Aplicações financeiras vinculadas	10	1.310	1.176	Financiamentos	12	28.309	29.121
Imobilizado	11	88.806	92.417	Tributos diferidos		133	56
				Total do passivo não circulante		28.441	29.177
Total do ativo não circulante		90.116	93.593	Capital social		70.715	70.715
				Reserva legal		259	53
Total do ativo		107.489	103.120	Reserva de lucros		3.693	761
				Total patrimônio líquido	14	74.667	71.529
				Total do passivo e patrimônio líquido		107.489	103.120

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
Receita líquida de venda de energia	15	15.844	11.758
Custo da geração de energia	16	(8.870)	(7.574)
Lucro bruto		6.973	4.184
Despesas gerais e administrativas	16	(537)	(477)
Outras despesas operacionais, líquidas	16	18	13
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		6.455	3.719
Despesas financeiras	17	(2.973)	(3.844)
Receitas financeiras	17	1.504	1.504
Receitas (despesas) financeiras líquidas		(1.470)	(2.340)
Resultado antes dos impostos		4.985	1.379
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(801)	(869)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(68)	-
Lucro líquido do exercício		4.116	516
Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)		0,0624	0,0078

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de Reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	4.116	516
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	4.116	516

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		70.715	28	393	-	71.135
Lucro líquido do exercício		-	-	-	516	516
Constituição da reserva legal	14.b	-	26	-	(26)	-
Dividendos mínimo obrigatório	14.c	-	-	-	(123)	(123)
Retenção de lucros	14.d	-	-	368	(368)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		70.715	53	761	-	71.529
Lucro líquido do exercício		-	-	-	4.116	4.116
Constituição da reserva legal		-	206	-	(206)	-
Dividendos mínimo obrigatório		-	-	-	(978)	(978)
Retenção de lucros		-	-	2.933	(2.933)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		70.715	259	3.693	-	74.667

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Energia A-6/2019 promovido pela ANEEL, com a autorização do projeto por 35 anos, e assinou contrato de fornecimento de energia em 27 de maio de 2020 por um período de 20 anos iniciando em 01 de janeiro de 2025. A Companhia entrou em operação comercial em 05 de maio de 2023, com a produção anual estimada de 1,9 MWhm (não auditado).

	Garantia Física Comercializada [MWhm]	Garantia Física solicitada alteração [MW]	Garantia Física outorgada [MWhm]
Tanque Novo II	1,9	7,7	6,2

consequência da garantia física de cada unidade. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas por cláusulas contratuais entre as partes, quando a entrega é inferior a garantia física, ocorre o ressarcimento descrito na nota explicativa 13 - i e quando é superior a diferença é recebida de acordo com o contrato entre as partes. A receita líquida inclui basicamente a receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS, COFINS e Ressarcimento. b. **Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre os financiamentos contratados. c. **Impostos e contribuições sobre as receitas:** As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e COFINS, pelas alíquotas vigentes de 0,65% e 3% respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica. (ii) **Impostos e contribuições sobre o lucro:** Em 2025 e 2024, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. (iii) **Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflète as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. d. **Imobilizado:** (i) **Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício. (ii) **Custos subsequentes:** Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pela Companhia. (iii) **Depreciação:** A depreciação, reconhecida no resultado, é calculada para amortizar o custo do ativo imobilizado baseada na vida útil estimada dos itens utilizando o método linear. Taxas médias de depreciação para os dois exercícios apresentados

	Taxa anual de depreciação
Classe de imobilizado	
Sistema de geração	3%
Sistemas de transmissão e conexão	4%
Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. e. Provisões: As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. Ressarcimento: Uma provisão para ressarcimento é reconhecida quando a entrega de energia é inferior a garantia física preestabelecida nos contratos de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas nos contratos de comercialização de energia firmados entre as partes. f. Benefícios a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. g. Capital social: As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos. h. Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração inicial: O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são	

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
Lucro líquido do exercício		4.116	516
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	11	3.611	3.713
Provisão ressarcimento de energia	13	(1.836)	-
Juros e variações monetárias	12	2.628	3.112
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	801	869
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	68	(6)
Variações em:		9.387	8.204
Contas a receber de clientes	8	(319)	188
Despesas antecipadas		60	68
Adiantamentos a fornecedores	(13)		
Tributos e contribuições a compensar	(26)		
Partes relacionadas	9	128	
Fornecedores		900	61
Obrigações sociais e trabalhistas	(14)	(42)	
Obrigações fiscais	(265)	(237)	
Tributos diferidos	9	(7)	
Caixa proveniente das atividades operacionais		9.847	8.247
Impostos pagos sobre o lucro		(600)	(845)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		9.247	7.401
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Aquisição de imobilizado	11	(1)	-
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(1)	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:			
Aplicações financeiras vinculadas		(134)	(92)
Pagamento de principal sobre financiamentos	12	(646)	(25.797)
Pagamento de juros sobre financiamentos	12	(2.634)	(3.402)
Dividendos pagos		(123)	(131)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(3.536)	(29.422)
Aumento líquido (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		5.711	(22.021)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		8.557	30.578
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		14.268	8.557

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescidos, para um item não mensurado ao VJR (Valor Justo através do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. Classificação e mensuração subsequente: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento de dívida; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo através do resultado). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA. Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio: A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os modelos de negócios são os seguintes: Mantido para recebimento A Companhia detém ativos financeiros decorrentes de seu negócio de geração de energia elétrica. O objetivo do modelo de negócios para esses instrumentos financeiros é obter receita através dos contratos de venda de energia no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e/ou no Ambiente de Contratação Livre (ACL). A Companhia também detém uma carteira de títulos de dívida corporativa com o objetivo de manter um perfil de taxa de juros amplamente fixo para gerenciar sua exposição ao risco de taxa de juros. Mantido para recebimento e venda A Companhia mantém uma carteira de títulos de dívida corporativa para fins de gerenciamento de liquidez. Mantido para negociação A Companhia não possui ativos financeiros mantidos para negociação. Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são SPPI: A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • Os termos que limitem o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. A Companhia não tinha ativos financeiros mantidos fora dos modelos de negócios comerciais que não passaram na avaliação do SPPI. Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. Arecita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA. Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do

NOTAS EXPLICATIVAS - CONTINUAÇÃO

resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado. **Desreconhecimento:** • **Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. • **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **i. Valor recuperável de ativos ("Impairment"):** (i) **Ativos financeiros não-derivativos:** Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • Inadimplência ou atrasos do devedor; • Reestruturação de um valor devido à companhia em condições não consideradas em condições normais; • Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência; • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiro. (ii) **Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado. (iii) **Ativos não financeiros:** A Companhia tem como política contábil efetuar o teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado anualmente, independentemente de haver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradora de Caixa - UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **j. Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. **CPC 51 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O CPC 51 substituirá o CPC 28 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais: • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará; • As medidas de desempenho definidas pela Administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras; • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros". **Outras Normas Contábeis:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações CPC 48 e CPC 40); • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 48 e CPC 40).

7. Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixa e bancos	1.139	61
Aplicações financeiras (i)	13.129	8.496
	14.268	8.557

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os saldos de aplicação financeira referem-se a disponibilidades em conta aplicação no Banco Santander, Banco Bradesco e Banco da China Brasil, em moeda nacional, indexada pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, com resgate imediato sem prejuízo da remuneração auferida até a data. A taxa média de remuneração da aplicação no Banco Santander, Banco Bradesco e Banco da China Brasil foi de 95% do CDI nos dois exercícios.

8. Contas a receber de clientes

	2025	2024
Contas a receber	1.179	860
	1.179	860

O contas a receber decorre do fornecimento de energia relativo ao mês de dezembro de 2025 e com vencimento em janeiro de 2026. Não existem valores de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Adicionalmente, não há expectativa de perdas com o montante de contas a receber de clientes da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para perdas de crédito esperadas.

9. Partes relacionadas

A Companhia possui operações entre as companhias do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as companhias e gestão de recursos financeiros.

	2025	2024
Passivo circulante		
Complexo Tanque Novo Energias Renováveis S/A. (a)	176	48
Complexo Tanque Novo Energias Renováveis S/A. (b)	978	123
	1.154	171

(a) Os saldos de contas a pagar à partes relacionadas de curto prazo referem-se ao rateio de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as companhias e a

controladora direta. (b) Os saldos de partes relacionadas referem-se aos dividendos a pagar. Para fins de demonstração de fluxo de caixa, os dividendos recebidos e pagos são apresentados nas atividades de investimento e financiamento, respectivamente. As transações entre partes relacionadas, são realizadas de acordo com os termos e condições acordados entre as partes, conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazo definidos preestabelecidos. As contas a pagar não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros. **Remuneração do pessoal chave da Administração:** Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 22 de abril de 2025, foi aprovado o montante máximo global da remuneração anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2025, no valor de até R\$ 7.500, a ser distribuído entre os membros da Administração conforme deliberação interna e de acordo com o Estatuto Social da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram reconhecidas despesas com remuneração dos membros-chave da Administração no montante de R\$ 5.662 (R\$ 6.363 em 2024). A Companhia não possui planos de benefícios pós-emprego, remuneração baseada em ações ou outras participações societárias.

10. Aplicações financeiras vinculadas

	2025	2024
Aplicações financeiras vinculadas	1.310	1.176
	1.310	1.176

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os saldos de aplicações financeiras vinculadas referem-se a saldo da conta Reserva do Serviço da Dívida com restrição de movimento para atendimento ao covenants e a garantia de pagamento das prestações conforme definido no contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNB (nota explicativa 12). Tais montantes não possuem liquidez e estão aplicados em moeda nacional junto ao Banco BNB e podem ser movimentadas somente mediante autorização expressa do BNB. As aplicações financeiras vinculadas são lastreadas em títulos públicos e indexadas pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI.

11. Imobilizado

(i) Composição do saldo

	2025		2024	
	<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Saldo líquido</u>	<u>Saldo líquido</u>
Sistema de geração	98.235	(9.440)	88.795	92.405
Sistemas de transmissão e conexão	13	(2)	11	12
Imobilizado em andamento	1	-	1	-
	98.249	(9.443)	88.806	92.417

(ii) Movimentação do custo

	Saldo em 2024	Adições	Baixas	Transfe-rências	Saldo em 2025
Sistema de geração	98.235	-	-	-	98.235
Sistemas de transmissão e conexão	13	-	-	-	13
Imobilizado em andamento	-	1	-	-	1
	98.249	1	-	-	98.249

	Saldo em 2023	Adições	Baixas	Transfe-rências	Saldo em 2024
Sistema de geração	98.235	-	-	-	98.235
Sistemas de transmissão e conexão	13	-	-	-	13
	98.249	-	-	-	98.249

(iii) Movimentação da depreciação

	Saldo em 2024	Adições	Baixas	Transfe-rências	Saldo em 2025
Sistema de geração	(5.830)	(3.610)	-	-	(9.440)
Sistemas de transmissão e conexão	(1)	(1)	-	-	(2)
	(5.832)	(3.611)	-	-	(9.443)

	Saldo em 2023	Adições	Baixas	Transfe-rências	Saldo em 2024
Sistema de geração	(2.119)	(3.712)	-	-	(5.830)
Sistemas de transmissão e conexão	-	(1)	-	-	(1)
	(2.119)	(3.713)	-	-	(5.832)

a. **Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment):** A Administração anualmente efetua cálculo de recuperabilidade dos ativos imobilizados do Complexo Tanque Novo, o qual a Companhia faz parte e que representa sua Unidade Geradora de Caixa - UGC. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Administração estimou os valores recuperáveis de sua UGC baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados. O fluxo de caixa projetado levou em consideração fatores internos e externos, ajustando fatores como o volume de vendas, preços estimados para os próximos anos e elevação de despesas em linha com a expectativa de aumento no nível de operações da Companhia. A taxa de desconto utilizada foi de 10,68% a.a. (9,65% a.a. em 2024), elaborada levando em consideração o custo médio do capital (WACC). O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil, por esse motivo, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado foi contabilizada.

12. Financiamentos

Operações (moeda nacional)	Indexador e taxas anuais de juros	Vencimento final	2025	2024
BNB (a)	IPCA + 5,69%	15/07/2043	29.235	29.887
			29.235	29.887

Passivo circulante

Passivo não circulante

(a) Em 28 de junho de 2023 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor de R\$ 40.000, com vencimento final para julho de 2043. Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10). A Companhia mantém sua previsibilidade de pagamento dos financiamentos conforme o fluxo de caixa como segue:

	2026	2027 a 2029	2030 a 2032	2033 a 2035	2036 a 2038	2039 a 2041	2042 a 2044	Total
	928	2.964	3.651	4.559	5.715	7.081	4.338	29.235

12.1. Movimentação

	2025	2024
Saldo inicial	29.887	55.974
Pagamento de juros	(2.634)	(3.402)
Pagamento de principal	(646)	(25.797)
Despesas com juros	2.628	3.112
Saldo final	29.235	29.887

Para fins de demonstração de fluxo de caixa, os juros pagos são apresentados nas atividades de financiamentos. **12.2. Covenants:** A Companhia contratou financiamentos com cláusulas que requerem a manutenção de determinadas condições a serem observadas, tais como: constituição, sem a prévia autorização do BNB, de penhor ou gravame sobre quaisquer direitos, inclusive creditórios, oriundos do projeto financiado, além de desempenho satisfatório em relação a determinados indicadores financeiros. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar no vencimento antecipado das dívidas e/ou multas. **12.2.1. Índice de Cobertura do Serviço da Dívida:** A Companhia possui covenants financeiros em contrato junto ao Banco Santander como fiador, de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida superior a 1,20. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 todas as condições foram atendidas referentes às Cláusulas Restritivas do referido contrato. **12.3. Outras garantias:** As garantias referem-se a: Garantia fidejussória do contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB, formalizada através de carta fiança e garantia financeira dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

13. Provisões

(i) **Provisão ressarcimento:** A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir a energia contratual. Esta provisão é mensurada considerando os valores apurados nos relatórios emitidos pela CCEE, relatórios internos de geração de energia da Companhia, além de considerar os abatimentos dos valores de energia restringida ("constrained-off"), em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS. Ressarcimento anual à CCEE, o registro

de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, ficando abaixo de 90%. Ressarcimento Quadrienal à CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia dentro do regime de tolerância de 10%, permanecendo entre 100% e 90% ao compromisso contratual. Os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), tem as seguintes características: (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia física preestabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais e quadrienais de energia; (iii) a CCEE realiza apurações anuais e quadrienais comparando a geração versus o montante contratado, conforme segue:

Genários	Geração x Montante Contratado	Resultados
1	Abaixo de 90%	Ressarcimento Anual a CCEE
2	Entre 90% a 100%	Ressarcimento Quadrienal
3	Entre 100% a 130%	Gera saldo positivo na apuração quadrienal
4	Acima de 130%	Gera recebimento, é valorado ao PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) no Mercado de Curto Prazo (MCP), nos meses em que a energia for gerada acima do compromisso contratual

O pagamento do ressarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior, e o ressarcimento quadrienal, apurado a cada 4 anos e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR). Com o encerramento do ciclo do ressarcimento quadrienal, o saldo é transferido do longo prazo para o curto prazo. Em 22 de março de 2021 a ANEEL publicou no Diário Oficial da União a Resolução Normativa nº 927 que regulamenta o abatimento dos valores energia restringida ("constrained-off") em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS. O cálculo é realizado com base na metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de "constrained-off" de usinas eólicas objeto de CCEAR e CER disponibilizado pela CCEE conforme estabelecido no art. 8º da Resolução Normativa supracitada. Este componente é contido como abatimento nos valores de ressarcimento. O "curtailment", conforme classificação do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), corresponde à restrição de geração e pode ocorrer por três razões: (i) Energética, quando há impossibilidade de alocação da geração na carga do sistema; (ii) Confiabilidade Elétrica, relacionada à confiabilidade de equipamentos externos às usinas; e (iii) Indisponibilidade Externa, decorrente de indisponibilidades em instalações externas às usinas. A Lei nº 15.269, sancionada em novembro de 2025, instituiu mecanismo de compensação para cortes classificados como Confiabilidade Elétrica e Indisponibilidade Externa, aplicável ao período de setembro de 2023 a novembro de 2025, conforme regulamentação. Em conformidade com a legislação aplicável, a Companhia reconheceu em suas demonstrações financeiras a compensação referente aos cortes ocorridos no período elegível, mensurado com base em dados históricos do ONS e na sistemática de ressarcimento prevista na legislação. A apuração e liquidação dos valores serão conduzidas pelas entidades responsáveis, com atualização pela variação do IPCA.

A composição do saldo de provisões é como segue:

	Saldo em 31 de dezembro de 2024	Saldo em 31 de dezembro de 2025
Constituição	(1.836)	(1.836)
	2025	2024
Ativo		
Provisão para ressarcimento curto prazo	1.836	-
	1.836	-

Estes montantes e transações não afetam o caixa e consequentemente as demonstrações do fluxo de caixa no exercício em 31 de dezembro de 2025 e 2024. (ii) **Provisão para contingências:** Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não existem contingências prováveis ou possíveis de qualquer natureza, conhecidas pela Administração e com base no parecer de seus assessores jurídicos, que impliquem registro de provisões e/ou divulgação.

14. Patrimônio líquido

a. **Capital social:** O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ 70.715, dividido em 65.978.971 (ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas conforme abaixo:

	2025	2024
Acionistas	70.715	70.715
Complexo Tanque Novo Energias Renováveis S.A. ("Holding")	70.715	70.715
Controladora e controlador final: As ações da entidade são 100% do Complexo Tanque Novo Energias Renováveis S.A. controlada pela Atlantic Energias Renováveis S.A., a qual o controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A. ("Grupo CGN Brasil"). b. Reserva legal: A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos que eventualmente venham a ser apurados anteriormente, e limitada a 20% do capital social.		

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	4.116	516
Constituição de reserva legal - 5%	206	26
c. Dividendos: Os acionistas terão direito aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.	2025	2024
Lucro líquido do exercício	4.116	516
Constituição de reserva legal - 5%	(206)	(26)
	3.911	490

	2025	2024
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	(978)	(123)
Lucros retidos	2.933	368

d. **Reserva de lucros:** A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada. e. **Lucro básico e diluído:** Não há diluição de ações ordinárias para o cálculo de lucro líquido. O cálculo do lucro básico por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias.

	2025	2024
Lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias (básico e diluído)	4.116	516
Ações ordinárias (básico e diluído)	65.979	65.979
Resultado por ação ordinária (básico e diluído)	0,0624	0,0078

15. Receita líquida de venda de energia

	2025	2024
Receita bruta venda de energia	14.538	12.203
Ressarcimento de energia (1)	1.836	-
(-) PIS / COFINS	(530)	(445)
	15.844	11.758

(1) Vide nota explicativa 13(i).

16. Gastos por natureza

	2025	2024
Custos dos serviços prestados	(8.870)	(7.574)
Despesas gerais e administrativas	(537)	(477)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	18	13
	(9.389)	(8.038)
Encargos de transmissão e conexão	(1.209)	(1.148)
Compra de energia	(602)	(364)
Liquidação financeira negativa - CCEE	(1.884)	(947)
Despesa com pessoal	(527)	(434)
Serviços de terceiros	(142)	(107)
Depreciação	(3.611)	(3.712)
Arrendamento	(105)	(104)
Manutenção	(1.056)	(975)
Despesas administrativas	(217)	(222)
Viagens e estadias	(1)	-
Outras	(35)	(24)
	(9.389)	(8.038)

17. Resultado financeiro

	2025	2024
Despesas bancárias	(4)	(4)
IOF	(8)	(14)
Juros de financiamentos	(2.628)	(3.112)
Custo da estruturação da dívida	(333)	(635)
Outras despesas financeiras	-	(78)
	(2.973)	(3.844)
Total das despesas financeiras	1.504	1.487
Receita de aplicação financeira	-	17
Outras receitas financeiras	-	-
Total das receitas financeiras	1.504	1.504
Resultado financeiro	(1.470)	(2.340)

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP nº 2.200-2
de 24/08/2001.

A autenticidade pode ser
conferida ao lado



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente
no dia 10/04/2026

Para acessar a página de Publicações Legais no portal
do Jornal POLO BRASIL, aponte a câmera do celular
para o QR Code. Para acessar o site:
www.jornalpolobrasil.com.br



Tanque Novo III Energias Renováveis S.A.									
CNPJ Nº 35.655.024/0001-63									
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de Reais)									
	Nota	2025	2024		Nota	2025	2024		
Ativo				Passivo					
Caixa e equivalentes de caixa	7	58.508	51.028	Fornecedores		1.362	900		
Contas a receber de clientes	8	794	560	Financiamentos	12	947	955		
Provisões	13	1.415	-	Obrigações sociais e trabalhistas		30	40		
Despesas antecipadas		30	75	Obrigações fiscais		37	30		
Adiantamentos a fornecedores	12	-	-	Imposto de renda e contribuição social a pagar		292	414		
Tributos e contribuições a compensar	1.072	11	-	Empréstimos entre partes relacionadas	9	54.500	54.500		
				Contas a pagar à partes relacionadas	9	132	36		
Total do ativo circulante		61.831	51.674	Dividendos a pagar	9	1.754	-		
Aplicações financeiras vinculadas	10	751	674	Total do passivo circulante		59.054	56.875		
Imobilizado	11	66.830	69.589	Financiamentos	12	25.457	26.301		
				Tributos diferidos		289	36		
Total do ativo não circulante		67.581	70.263	Total do passivo não circulante		25.746	26.337		
				Capital social		38.981	38.981		
Total do ativo		129.412	121.937	Prejuízos acumulados		-	(256)		
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				Reserva legal		369	-		
				Reserva de lucros		5.262	-		
				Total patrimônio líquido	14	44.612	38.725		
				Total do passivo e patrimônio líquido		129.412	121.937		
Demonstrações de resultados									
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de Reais)									
	Nota	2025	2024		Nota	2025	2024		
Receita líquida de venda de energia	15	11.167	8.049	Lucro líquido (prejuízo) do exercício		7.641	(377)		
Custo da geração de energia	16	(6.398)	(5.625)	Outros resultados abrangentes		-	-		
Lucro bruto		4.769	2.425	Resultado abrangente total		7.641	(377)		
Despesas gerais e administrativas	16	(419)	(440)	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					
Outras despesas operacionais, líquidas	16	10	(221)	Demonstrações das mutações do patrimônio líquido					
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras				Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de Reais)					
Líquidas e impostos		4.360	1.764						
Despesas financeiras	17	(2.687)	(3.398)						
Receitas financeiras	17	7.687	2.254						
Receitas (despesas) financeiras líquidas		4.999	(1.142)						
Resultado antes dos impostos		9.359	622						
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(1.471)	(1.005)						
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(247)	-						
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		7.641	(377)						
Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)		0,2092	(0,0103)						
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.									
Notas explicativas das demonstrações financeiras									
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)									
1. Contexto operacional									
A Tanque Novo III Energias Renováveis S.A. ("TQN III" ou "Companhia"), com sede na Avenida das Nações Unidas 14.171, em São Paulo-SP, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 19 de novembro de 2019 e tem como objeto social a geração de energia elétrica, mediante exploração da Central Geradora Eólica denominada Aura Tanque Novo 03, no Município de Tanque Novo - BA, e destina-se à comercialização na modalidade de produtor independente de energia. A TQN III foi vencedora do Leilão									
2. Base de preparação									
Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas na nota explicativa 6. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 27 de março de 2026. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. Continuidade operacional e dependência econômica: As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de financiamentos conforme os prazos divulgados na nota explicativa 12. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu um lucro líquido de R\$ 7.641 (prejuízo de R\$ 377 em 2024) e os ativos circulantes excedem os passivos circulantes em R\$ 2.777 (os passivos circulantes excedem os ativos circulantes em R\$ 5.201 em 2024). Considerando esse contexto e o papel estratégico que a Companhia possui para o Grupo CGN Brasil, que leva em consideração aspectos tais como os contratos regulados de venda de energia por 20 anos, a Companhia conta com o contínuo suporte financeiro do seu controlador o qual tem permitido e está comprometido a continuar permitindo a execução de seus planos de negócio. Assim, a Administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.									
3. Moeda funcional e moeda de apresentação									
As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.									
4. Uso de estimativas críticas e julgamentos									
Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas. As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social, estão incluídas na seguinte nota explicativa: • Nota explicativa 11 - Imobilizado (Impairment) do ativo imobilizado). • Nota explicativa 13 - Provisão para ressarcimento (probabilidade e magnitude das saídas de recursos).									
5. Base de mensuração									
As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.									
6. Resumo das políticas contábeis materiais									
O Grupo aplicou às políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, exceto nos casos indicados em contrário. a. Reconhecimento da receita de contrato com o cliente: A receita de vendas advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e (v) reconhecimento da receita se e quando a Companhia cumprir as obrigações de desempenho. Dessa forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada									
Potência									
Companhia									
Tanque Novo III									
13,5 A-6 2019 GW155-4.5 MW- HH110m 194									
Modelo Aero									
Outorga									
194									
Início da									
Outorga									
24/04/2020									
Fim da Outorga									
24/04/2055									
Garantia Física									
Comercializada									
[MWm]									
1,5									
Garantia Física									
solicitada alteração									
[MW]									
5,4									
Garantia Física									
outorgada									
[MWm]									
4,7									
Operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A energia produzida pela Companhia é vendida de duas formas: (i) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - ACR (Ambiente de Contratação Regulada) e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre - ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWm mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWm durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. O efeito na contabilização das receitas são consequência da garantia física de cada unidade. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas por cláusulas contratuais entre as partes, quando a entrega é inferior a garantia física, ocorre o ressarcimento descrito na nota explicativa 13 - i e quando é superior a diferença é recebida de acordo com o contrato entre as partes. A receita líquida inclui basicamente a receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS, COFINS e Ressarcimento. b. Despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre os financiamentos contratados. c. Impostos: (i) Impostos e contribuições sobre as receitas: As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e COFINS, pelas alíquotas vigentes de 0,65% e 3% respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica. (ii) Impostos e contribuições sobre o lucro: Em 2025 e 2024, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. (iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente: A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. d. Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício. (ii) Custos subsequentes: Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pela Companhia. (iii) Depreciação: A depreciação, reconhecida no resultado, é calculada para amortizar o custo do ativo imobilizado baseada na vida útil estimada dos itens utilizando o método linear. Taxas médias de depreciação para os dois exercícios apresentados									
Classe de imobilizado									
Equipamentos de informática									
Sistema de geração									
Sistemas de transmissão e conexão									
Taxa anual de depreciação									
20%									
3%									
4%									

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP nº 2.200-2
de 24/08/2001.A autenticidade pode ser
conferida ao ladoA publicação acima foi assinada e certificada digitalmente
no dia 10/04/2026Para acessar a página de Publicações Legais no portal do
Jornal POLO BRASIL, aponte a câmera do celular
para o QR Code. Para acessar o site:
www.jornalpolobrasil.com.br

maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. A Companhia não tinha ativos financeiros mantidos fora dos modelos de negócios comerciais que não passaram na avaliação do SPPI.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. Receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado.

Desreconhecimento:

Ativos financeiros:

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia não transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros:

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação:

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

I. Valor recuperável de ativos ("impairment"):

(i) Ativos financeiros não-derivativos:

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

Inadimplência ou atrasos do devedor;

Reestruturação de um valor devido a companhia em condições não consideradas em condições normais;

Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;

Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;

O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou

Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

(ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

(iii) Ativos não financeiros:

A Companhia tem como política contábil efetuar o teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado anualmente, independentemente de haver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradoras de Caixa - UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

J. Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas:

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

CPC 51 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:

O CPC 51 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais:

As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará;

As medidas de desempenho definidas pela Administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras;

Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros".

Outras Normas Contábeis:

Não se espera que as seguintes normas novas e alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações CPC 48 e CPC 40);

Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 48 e CPC 40).

7. Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixa e bancos	1.008	36
Aplicações financeiras (i)	57.500	50.992
	58.508	51.028

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa. (i) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os saldos de aplicação financeira referem-se a disponibilidades em conta aplicação no Banco do Nordeste - BNB, Banco Santander, Banco Bradesco e Banco da China Brasil, em moeda nacional, indexada pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro -

CDI, com resgate imediato sem prejuízo da remuneração auferida até a data. A taxa média de remuneração da aplicação no Banco do Nordeste - BNB, Banco Santander, Banco Bradesco e Banco da China Brasil foi de 95% do CDI nos dois exercícios.

8. Contas a receber de clientes

	2025	2024
Contas a receber	794	560
	794	560

O contas a receber decorre do fornecimento de energia relativo ao mês de dezembro de 2025 e com vencimento em janeiro de 2026. Não existem valores de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Adicionalmente, não há expectativa de perdas com o montante de contas a receber de clientes da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para perdas de crédito esperadas.

9. Partes relacionadas

A Companhia possui operações entre as companhias do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as companhias e gestão de recursos financeiros.

	2025	2024
Passivo circulante		
Complexo Tanque Novo Energias Renováveis S/A. (a)	132	36
Complexo Tanque Novo Energias Renováveis S/A. (b)	1.754	-
Atlantic Energias Renováveis S/A. (c)	54.500	54.500
	56.386	54.536

(a) Os saldos de contas a pagar à partes relacionadas de curto prazo referem-se ao rateio de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as companhias e a controladora direta. (b) Os saldos de partes relacionadas referem-se aos dividendos a pagar. Para fins de demonstração de fluxo de caixa, os dividendos recebidos e pagos são apresentados nas atividades de investimento e financiamento, respectivamente. (c) Os saldos de empréstimos entre partes relacionadas referem-se aos contratos de mútuo com vencimento final para junho de 2025. As transações entre partes relacionadas, são realizadas de acordo com os termos e condições acordados entre as partes, conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazos definidos preestabelecidos. As contas a pagar não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros.

Remuneração do pessoal chave da Administração:

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 22 de abril de 2025, foi aprovado o montante máximo global da remuneração anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2025, no valor de até R\$ 7.500, a ser distribuído entre os membros da Administração conforme deliberação interna e de acordo com o Estatuto Social da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram reconhecidas despesas com remuneração dos membros-chave da Administração no montante de R\$ 5.662 (R\$ 6.363 em 2024). A Companhia não possui planos de benefícios pós-emprego, remuneração baseada em ações ou outras participações societárias.

10. Aplicações financeiras vinculadas

	2025	2024
Aplicações financeiras vinculadas	751	674
	751	674

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os saldos de aplicações financeiras vinculadas referem-se a saldo da conta Reserva do Serviço da Dívida com restrição de movimento para atendimento ao covenants e a garantia de pagamento das prestações conforme definido no contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNB (nota explicativa 12). Tais montantes não possuem liquidez e estão aplicados em moeda nacional junto ao Banco BNB e podem ser movimentadas somente mediante autorização expressa do BNB. As aplicações financeiras vinculadas são lastreadas em títulos públicos e indexadas pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI.

11. Imobilizado

(i) Composição do saldo

	2025	2024		
	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Equipamentos de informática	8	(4)	4	6
Sistema de geração	73.970	(7.151)	66.819	69.576
Sistemas de transmissão e conexão	8	(1)	7	7
	73.986	(7.156)	66.830	69.589

(ii) Movimentação do custo

Movimentação em 2025					
	Saldo em 2024	Adições	Baixas	Transfe-rências	Saldo em 2025
Equipamentos de informática	8	-	-	-	8
Sistema de geração	73.970	-	-	-	73.970
Sistemas de transmissão e conexão	8	-	-	-	8
	73.986	-	-	-	73.986
Movimentação em 2024					
	Saldo em 2023	Adições	Baixas	Transfe-rências	Saldo em 2024
Equipamentos de informática	8	-	-	-	8
Sistema de geração	73.970	-	-	-	73.970
Sistemas de transmissão e conexão	8	-	-	-	8
	73.986	-	-	-	73.986

(iii) Movimentação da depreciação

Movimentação em 2025					
	Saldo em 2024	Adições	Baixas	Transfe-rências	Saldo em 2025
Equipamentos de informática	(2)	(2)	-	-	(4)
Sistema de geração	(4.394)	(2.757)	-	-	(7.151)
Sistemas de transmissão e conexão	(1)	(1)	-	-	(1)
	(4.397)	(2.759)	-	-	(7.156)
Movimentação em 2024					
	Saldo em 2023	Adições	Baixas	Transfe-rências	Saldo em 2024
Equipamentos de informática	(1)	(2)	-	-	(2)
Sistema de geração	(1.597)	(2.797)	-	-	(4.394)
Sistemas de transmissão e conexão	-	(1)	-	-	(1)
	(1.598)	(2.799)	-	-	(4.397)

a. Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment)

A Administração anualmente efetua cálculo de recuperabilidade dos ativos imobilizados do Complexo Tanque Novo, o qual a Companhia faz parte e que representa sua Unidade Geradora de Caixa - UGC. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Administração estimou os valores recuperáveis de sua UGC baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados. O fluxo de caixa projetado levou em consideração fatores internos e externos, ajustando fatores como o volume de vendas, preços estimados para os próximos anos e elevação de despesas em linha com a expectativa de aumento no nível de operações da Companhia. A taxa de desconto utilizada foi de 10,68% a.a. (9,65% a.a. em 2024), elaborada levando em consideração o custo médio do capital (WACC). O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil, por esse motivo, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado foi contabilizada.

12. Financiamentos

	Indexador e taxas	Vencimento		2025	2024
Operações (moeda nacional)	anuais de juros	final			
BNB (a)	IPCA + 4,73%	15/01/2046		26.404	27.256
				26.404	27.256
Passivo circulante				947	955
Passivo não circulante				25.457	26.301

(a) Em 28 de dezembro de 2023 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor de R\$ 39.081, com vencimento final para janeiro de 2046. Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato e a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10). A Companhia mantém sua previsibilidade de pagamento dos financiamentos conforme o fluxo de caixa como segue:

	2026	
2027 a 2029	2.533	
2030 a 2032	2.938	
2033 a 2035	3.489	
2036 a 2038	4.222	
2039 a 2041	4.544	
2042 a 2044	5.599	
2045 a 2047	2.133	
Total	26.404	

12.1. Movimentação

	2025	2024
Saldo inicial	27.256	33.796
Captação	-	28.857
Pagamento de juros	(2.399)	(3.197)
Pagamento de principal	(844)	(35.014)
Despesas com juros	2.392	2.814
Saldo final	26.404	27.256

Para fins de demonstração de fluxo de caixa, os juros pagos são apresentados nas atividades de financiamentos.

12.2. Covenants:

A Companhia contratou financiamentos com cláusulas que requerem a manutenção de determinadas condições a serem observadas, tais como: constituição, sem a prévia autorização do BNB, de penhor ou gravame sobre quaisquer direitos, inclusive creditórios, oriundos do projeto financiado, além de desempenho satisfatório em relação a determinados indicadores financeiros. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar no vencimento antecipado das dívidas e/ou multas.

12.2.1. Índice de Cobertura do Serviço da Dívida:

A Companhia possui covenants financeiros em contrato junto ao Banco Santander como fiador, de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida superior a 1,20. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 todas as condições foram atendidas referentes às Cláusulas Restritivas do referido contrato.

12.3. Outras garantias:

As garantias referem-se a: Garantia fidejussória do contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB, formalizada através de carta fiança e garantia financeira dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

13. Provisões

(i) Provisão ressarcimento:

A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir a energia contratual. Esta provisão é mensurada considerando os valores apurados nos relatórios emitidos pela CCEE, relatórios internos de geração de energia da Companhia, além de considerar os abatimentos dos valores de energia restringida ("constrained-off"), em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS. Ressarcimento anual à CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, ficando abaixo de 90%. Ressarcimento Quadrienal à CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia dentro do regime de tolerância de 10%, permanecendo entre 100% e 90% ao compromisso contratual. Os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), tem as seguintes características: (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia física preestabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais e quadrienais de energia; (iii) a CCEE realiza apurações anuais e quadrienais comparando a geração versus o montante contratado, conforme segue:

Geração x Resultados		
Genários	Montante Contratado	Resultados
1	Abaixo de 90%	Ressarcimento Anual a CCEE
2	Entre 90% a 100%	Ressarcimento Quadrienal
3	Entre 100% a 130%	Gera saldo positivo na apuração quadrienal
4	Acima de 130%	Gera recebimento, é valorado ao PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) no Mercado de Curto Prazo (MCP), nos meses em que a energia for gerada acima do compromisso contratual

O pagamento do ressarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior, e o ressarcimento quadrienal, apurado a cada 4 anos e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR). Com o encerramento do ciclo do ressarcimento quadrienal, o saldo é transferido do longo prazo para o curto prazo. Em 22 de março de 2021 a ANEEL publicou no Diário Oficial da União a Resolução Normativa nº 927 que regulamenta o abatimento dos valores energia restringida ("constrained-off") em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS. O cálculo é realizado com base na metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de "constrained-off" de usinas eólicas objeto de CCEAR e CER disponibilizado pela CCEE conforme estabelecido no art. 8º da Resolução Normativa supracitada. Este componente é contido como abatimento nos valores de ressarcimento. O "curtailment", conforme classificação do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), corresponde à restrição de geração e pode ocorrer por três razões: (i) Energética, quando há impossibilidade de alocação da geração na carga do sistema; (ii) Confiabilidade Elétrica, relacionada à confiabilidade de equipamentos externos às usinas; e (iii) Indisponibilidade Externa, decorrente de indisponibilidades em instalações externas às usinas. A Lei nº 15.269, sancionada em novembro de 2025, instituiu mecanismo de compensação para cortes classificados como Confiabilidade Elétrica e Indisponibilidade Externa, aplicável ao período de setembro de 2023 a novembro de 2025, conforme regulamentação. Em conformidade com a legislação aplicável, a Companhia reconheceu em suas demonstrações financeiras a compensação referente aos cortes ocorridos no período elegível, mensurado com base em dados históricos do ONS e na sistemática de ressarcimento prevista na legislação. A apuração e liquidação dos valores serão conduzidas pelas entidades responsáveis, com atualização pela variação do IPCA.

A composição do saldo de provisões é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2024		
	Constituição	
	Saldo em 31 de dezembro de 2025	(1.415)
		(1.415)
	2025	2024
Ativo	-	-
Provisão para ressarcimento curto prazo	1.415	-
	1.415	-

Estes montantes e transações não afetam o caixa e consequentemente as demonstrações do fluxo de caixa no exercício em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

(i) Provisão para contingências:

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não existem contingências prováveis ou possíveis de qualquer natureza, conhecidas pela Administração e com base no parecer de seus assessores jurídicos, que impliquem registro de provisões e/ou divulgação.

14. Patrimônio líquido

a. Capital social:

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ 38.981, dividido em 36.521.725 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas conforme abaixo:

	2025	2024
Acionistas	38.981	38.981
Complexo Tanque Novo Energias Renováveis S.A. ("Holding")	-	-
Controladora e controlador final:		
As ações da entidade são 100% do Complexo Tanque Novo Energias Renováveis S.A. controlada pela Atlantic Energias Renováveis S.A., a qual o controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A. ("Grupo CGN Brasil").		
b. Reserva legal:		
A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos que eventualmente venham a ser apurados anteriormente, e limitada a 20% do capital social.		
	2025	2024
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	7.641	(377)
Absorção do prejuízo	(256)	-
Lucro líquido ajustado	7.385	-
Constituição de reserva legal - 5%	369	-
Absorção da reserva legal	-	(8)
c. Dividendos:		
Os acionistas terão direito aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.		
	2025	2024
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	7.641	(377)
Absorção do prejuízo	(256)	-
Lucro líquido ajustado	7.385	-
Constituição de reserva legal - 5%	(369)	-
	7.016	-
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	(1.754)	-
Lucros retidos (absorvidos)	5.262	(113)
d. Reserva de lucros:		
A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada.		
e. Lucro básico e diluído:		
Não há diluição de ações ordinárias para o cálculo de lucro diluído. O cálculo do lucro básico por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias.		
	2025	2024
Lucro líquido (prejuízo) atribuído aos detentores de ações ordinárias	7.641	(377)
básico e diluído	-	-
Ações ordinárias (básico e diluído)	36.522	36.522
Resultado por ação ordinária (básico e diluído)	0,2092	(0,0103)

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP nº 2.200-2
de 24/08/2001.A autenticidade pode ser
conferida ao ladoA publicação acima foi assinada e certificada digitalmente
no dia 10/04/2026Para acessar a página de Publicações Legais no portal
do JORNAL POLO BRASIL, aponte a câmera do celular
para o QR Code. Para acessar o site:
www.jornalpolobrasil.com.br

<https://sdocs.safeweb.com.br/porta/Validador?publicID=62469341-fac9-4683-a7d3-cc61f714997>

</

NOTAS EXPLICATIVAS - CONTINUAÇÃO																																																																																																																																																																																																															
por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. A Companhia não tinha ativos financeiros mantidos fora dos modelos de negócios comerciais que não passaram na avaliação do SPPI. Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA. Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado. Desreconhecimento: • Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. • Passivos financeiros: A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. Compensação: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. i. Valor recuperável de ativos ("impairment"): (i) Ativos financeiros não-derivativos: Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • Inadimplência ou atrasos do devedor; • Reestruturação de um valor devido à companhia em condições não consideradas em condições normais; • Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência; • Mudanças negativas na situação de pagamento dos devedores ou emissores; • O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou vDados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiro. (ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado. (iii) Ativos não financeiros: A Companhia tem como política contábil efetuar o teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado anualmente, independentemente de haver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradoras de Caixa - UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. j. Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas: Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. CPC 51 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis: O CPC 51 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais: • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará; • As medidas de desempenho definidas pela Administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras; • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros". Outras Normas Contábeis: Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações CPC 48 e CPC 40); • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 48 e CPC 40). 7. Caixa e equivalentes de caixa <table><tr><th></th><th>2025</th><th>2024</th></tr><tr><td>Caixa e bancos</td><td>1.548</td><td>148</td></tr><tr><td>Aplicações financeiras (i)</td><td>89.462</td><td>78.707</td></tr><tr><td></td><td>91.010</td><td>78.855</td></tr></table> Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa. (i) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os saldos de aplicação financeira referem-se a disponibilidades em conta aplicação no Banco do Nordeste - BNB, Banco Santander, Banco Bradesco e Banco da China Brasil, em moeda nacional, indexada pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, com resgate imediato sem prejuízo da remuneração auferida até a data. A taxa média											2025	2024	Caixa e bancos	1.548	148	Aplicações financeiras (i)	89.462	78.707		91.010	78.855	de remuneração da aplicação no Banco do Nordeste - BNB, Banco Santander, Banco Bradesco e Banco da China Brasil foi de 95% do CDI nos dois exercícios. 8. Contas a receber de clientes <table><tr><th></th><th>2025</th><th>2024</th></tr><tr><td>Contas a receber</td><td>1.713</td><td>1.571</td></tr><tr><td></td><td>1.713</td><td>1.571</td></tr></table> O contas a receber decorre do fornecimento de energia relativo ao mês de dezembro de 2025 e com vencimento em janeiro de 2026. Não existem valores de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Adicionalmente, não há expectativa de perdas com o montante de contas a receber de clientes da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para perdas de crédito esperadas. 9. Partes relacionadas A Companhia possui operações entre as Companhias do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as Companhias e gestão de recursos financeiros. <table><tr><th></th><th>2025</th><th>2024</th></tr><tr><td>Passivo circulante</td><td></td><td></td></tr><tr><td>Complexo Tanque Novo Energias Renováveis S/A. (a)</td><td>264</td><td>72</td></tr><tr><td>Complexo Tanque Novo Energias Renováveis S/A. (b)</td><td>2.850</td><td>-</td></tr><tr><td>Atlântic Energias Renováveis S/A (c)</td><td>78.600</td><td>76.600</td></tr><tr><td></td><td>79.514</td><td>76.672</td></tr></table> (a) Os saldos de contas a pagar a partes relacionadas de curto prazo referem-se ao rateio de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as companhias e a controladora direta. (b) Os saldos de partes relacionadas referem-se aos dividendos a pagar. Para fins de demonstração de fluxo de caixa, os dividendos recebidos e pagos são apresentados nas atividades de investimento e financiamento, respectivamente. (c) Os saldos de empréstimos entre partes relacionadas referem-se aos contratos de mútuo com vencimento final para junho de 2027. As transações entre partes relacionadas, são realizadas de acordo com os termos e condições acordados entre as partes, conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazos definidos preestabelecidos. As contas a pagar não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros. Remuneração do pessoal chave da Administração: Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 22 de abril de 2025, foi aprovado o montante máximo global da remuneração anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2025, no valor de até R\$ 7.500, a ser distribuído entre os membros da Administração conforme deliberação interna e de acordo com o Estatuto Social da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram reconhecidas despesas com remuneração dos membros-chave da Administração no montante de R\$ 5.662 (R\$ 6.363 em 2024). A Companhia não possui planos de benefícios pós-emprego, remuneração baseada em ações ou outras participações societárias. 10. Aplicações financeiras vinculadas <table><tr><th></th><th>2025</th><th>2024</th></tr><tr><td>Aplicações financeiras vinculadas</td><td>1.877</td><td>1.686</td></tr><tr><td></td><td>1.877</td><td>1.686</td></tr></table> Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os saldos de aplicações financeiras vinculadas referem-se a saldo da conta Reserva do Serviço da Dívida com restrição de movimento para atendimento ao covenants e a garantia de pagamento das prestações conforme definido no contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNB (nota explicativa 12). Tais montantes não possuem liquidez e estão aplicados em moeda nacional junto ao Banco BNB e podem ser movimentadas somente mediante autorização expressa do BNB. As aplicações financeiras vinculadas são lastreadas em títulos públicos e indexadas pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI. 11. Imobilizado (i) Composição do saldo <table><tr><th></th><th>2025</th><th>2024</th></tr><tr><td></td><td>Depreciação</td><td>Saldo</td><td>Depreciação</td><td>Saldo</td></tr><tr><td></td><td>Custo</td><td>acumulada</td><td>líquido</td><td>líquido</td></tr><tr><td>Sistema de geração</td><td>147.366</td><td>(14.224)</td><td>133.142</td><td>138.625</td></tr><tr><td>Sistemas de transmissão e conexão</td><td>13</td><td>(2)</td><td>11</td><td>12</td></tr><tr><td></td><td>147.379</td><td>(14.226)</td><td>133.153</td><td>138.637</td></tr></table> (ii) Movimentação do custo <table><tr><th></th><th>2025</th><th>2024</th></tr><tr><td></td><td>Saldo em 2024</td><td>Adições</td><td>Baixas</td><td>Transfe- rências</td><td>Saldo em 2025</td></tr><tr><td>Sistema de geração</td><td>147.366</td><td>-</td><td>-</td><td>-</td><td>147.366</td></tr><tr><td>Sistemas de transmissão e conexão</td><td>13</td><td>-</td><td>-</td><td>-</td><td>13</td></tr><tr><td></td><td>147.379</td><td>-</td><td>-</td><td>-</td><td>147.379</td></tr></table> (iii) Movimentação da depreciação <table><tr><th></th><th>2025</th><th>2024</th></tr><tr><td></td><td>Saldo em 2023</td><td>Adições</td><td>Baixas</td><td>Transfe- rências</td><td>Saldo em 2024</td></tr><tr><td>Sistema de geração</td><td>147.366</td><td>-</td><td>-</td><td>-</td><td>147.366</td></tr><tr><td>Sistemas de transmissão e conexão</td><td>13</td><td>-</td><td>-</td><td>-</td><td>13</td></tr><tr><td>Imobilizado em andamento</td><td>38</td><td>-</td><td>(38)</td><td>-</td><td>-</td></tr><tr><td></td><td>147.417</td><td>-</td><td>(38)</td><td>-</td><td>147.379</td></tr></table> a. Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment): A Administração anualmente efetua cálculo de recuperabilidade dos ativos imobilizados do Complexo Tanque Novo, o qual a Companhia faz parte e que representa sua Unidade Geradora de Caixa - UGC. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Administração estimou os valores recuperáveis de sua UGC baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados. O fluxo de caixa projetado levou em consideração fatores internos e externos, ajustando fatores como o volume de vendas, preços estimados para os próximos anos e elevação de despesas em linha com a expectativa de aumento no nível de operações da Companhia. A taxa de desconto utilizada foi de 10,68% a.a. (9,65% a.a. em 2024), elaborada levando em consideração o custo médio do capital (WACC). O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil, por esse motivo, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado foi contabilizada. 12. Financiamentos <table><tr><th>Operações (moeda nacional)</th><th>Indexador e taxas</th><th>Vencimento</th><th>2025</th><th>2024</th></tr><tr><td></td><td>anuais de juros</td><td>final</td><td></td><td></td></tr><tr><td>BNB (a)</td><td>IPCA + 4,73%</td><td>15/01/2046</td><td>50.162</td><td>50.555</td></tr><tr><td>BNB (b)</td><td>IPCA + 11,00%</td><td>15/10/2034</td><td>12.263</td><td>13.686</td></tr><tr><td></td><td></td><td></td><td>62.425</td><td>64.341</td></tr><tr><td>Passivo circulante</td><td></td><td></td><td>2.372</td><td>2.442</td></tr><tr><td>Passivo não circulante</td><td></td><td></td><td>60.053</td><td>61.899</td></tr></table> (a) Em 28 de dezembro de 2023 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor de R\$ 78.158, com vencimento final para janeiro de 2046. (b) Em 28 de dezembro de 2023 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor de R\$ 13.813, com vencimento final para outubro de 2034. Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10). A Companhia mantém sua previsibilidade de pagamento dos financiamentos conforme o fluxo de caixa como segue: <table><tr><td>2026</td><td>2.372</td></tr><tr><td>2027 a 2029</td><td>5.923</td></tr><tr><td>2030 a 2032</td><td>6.555</td></tr><tr><td>2033 a 2035</td><td>7.672</td></tr><tr><td>2036 a 2038</td><td>9.018</td></tr><tr><td>2039 a 2041</td><td>11.259</td></tr><tr><td>2042 a 2044</td><td>14.822</td></tr><tr><td>2045 a 2047</td><td>4.805</td></tr><tr><td>Total</td><td>62.425</td></tr></table>										2025	2024	Contas a receber	1.713	1.571		1.713	1.571		2025	2024	Passivo circulante			Complexo Tanque Novo Energias Renováveis S/A. (a)	264	72	Complexo Tanque Novo Energias Renováveis S/A. (b)	2.850	-	Atlântic Energias Renováveis S/A (c)	78.600	76.600		79.514	76.672		2025	2024	Aplicações financeiras vinculadas	1.877	1.686		1.877	1.686		2025	2024		Depreciação	Saldo	Depreciação	Saldo		Custo	acumulada	líquido	líquido	Sistema de geração	147.366	(14.224)	133.142	138.625	Sistemas de transmissão e conexão	13	(2)	11	12		147.379	(14.226)	133.153	138.637		2025	2024		Saldo em 2024	Adições	Baixas	Transfe- rências	Saldo em 2025	Sistema de geração	147.366	-	-	-	147.366	Sistemas de transmissão e conexão	13	-	-	-	13		147.379	-	-	-	147.379		2025	2024		Saldo em 2023	Adições	Baixas	Transfe- rências	Saldo em 2024	Sistema de geração	147.366	-	-	-	147.366	Sistemas de transmissão e conexão	13	-	-	-	13	Imobilizado em andamento	38	-	(38)	-	-		147.417	-	(38)	-	147.379	Operações (moeda nacional)	Indexador e taxas	Vencimento	2025	2024		anuais de juros	final			BNB (a)	IPCA + 4,73%	15/01/2046	50.162	50.555	BNB (b)	IPCA + 11,00%	15/10/2034	12.263	13.686				62.425	64.341	Passivo circulante			2.372	2.442	Passivo não circulante			60.053	61.899	2026	2.372	2027 a 2029	5.923	2030 a 2032	6.555	2033 a 2035	7.672	2036 a 2038	9.018	2039 a 2041	11.259	2042 a 2044	14.822	2045 a 2047	4.805	Total	62.425
	2025	2024																																																																																																																																																																																																													
Caixa e bancos	1.548	148																																																																																																																																																																																																													
Aplicações financeiras (i)	89.462	78.707																																																																																																																																																																																																													
	91.010	78.855																																																																																																																																																																																																													
	2025	2024																																																																																																																																																																																																													
Contas a receber	1.713	1.571																																																																																																																																																																																																													
	1.713	1.571																																																																																																																																																																																																													
	2025	2024																																																																																																																																																																																																													
Passivo circulante																																																																																																																																																																																																															
Complexo Tanque Novo Energias Renováveis S/A. (a)	264	72																																																																																																																																																																																																													
Complexo Tanque Novo Energias Renováveis S/A. (b)	2.850	-																																																																																																																																																																																																													
Atlântic Energias Renováveis S/A (c)	78.600	76.600																																																																																																																																																																																																													
	79.514	76.672																																																																																																																																																																																																													
	2025	2024																																																																																																																																																																																																													
Aplicações financeiras vinculadas	1.877	1.686																																																																																																																																																																																																													
	1.877	1.686																																																																																																																																																																																																													
	2025	2024																																																																																																																																																																																																													
	Depreciação	Saldo	Depreciação	Saldo																																																																																																																																																																																																											
	Custo	acumulada	líquido	líquido																																																																																																																																																																																																											
Sistema de geração	147.366	(14.224)	133.142	138.625																																																																																																																																																																																																											
Sistemas de transmissão e conexão	13	(2)	11	12																																																																																																																																																																																																											
	147.379	(14.226)	133.153	138.637																																																																																																																																																																																																											
	2025	2024																																																																																																																																																																																																													
	Saldo em 2024	Adições	Baixas	Transfe- rências	Saldo em 2025																																																																																																																																																																																																										
Sistema de geração	147.366	-	-	-	147.366																																																																																																																																																																																																										
Sistemas de transmissão e conexão	13	-	-	-	13																																																																																																																																																																																																										
	147.379	-	-	-	147.379																																																																																																																																																																																																										
	2025	2024																																																																																																																																																																																																													
	Saldo em 2023	Adições	Baixas	Transfe- rências	Saldo em 2024																																																																																																																																																																																																										
Sistema de geração	147.366	-	-	-	147.366																																																																																																																																																																																																										
Sistemas de transmissão e conexão	13	-	-	-	13																																																																																																																																																																																																										
Imobilizado em andamento	38	-	(38)	-	-																																																																																																																																																																																																										
	147.417	-	(38)	-	147.379																																																																																																																																																																																																										
Operações (moeda nacional)	Indexador e taxas	Vencimento	2025	2024																																																																																																																																																																																																											
	anuais de juros	final																																																																																																																																																																																																													
BNB (a)	IPCA + 4,73%	15/01/2046	50.162	50.555																																																																																																																																																																																																											
BNB (b)	IPCA + 11,00%	15/10/2034	12.263	13.686																																																																																																																																																																																																											
			62.425	64.341																																																																																																																																																																																																											
Passivo circulante			2.372	2.442																																																																																																																																																																																																											
Passivo não circulante			60.053	61.899																																																																																																																																																																																																											
2026	2.372																																																																																																																																																																																																														
2027 a 2029	5.923																																																																																																																																																																																																														
2030 a 2032	6.555																																																																																																																																																																																																														
2033 a 2035	7.672																																																																																																																																																																																																														
2036 a 2038	9.018																																																																																																																																																																																																														
2039 a 2041	11.259																																																																																																																																																																																																														
2042 a 2044	14.822																																																																																																																																																																																																														
2045 a 2047	4.805																																																																																																																																																																																																														
Total	62.425																																																																																																																																																																																																														
12.1. Movimentação <table><tr><th></th><th>2025</th><th>2024</th></tr><tr><td>Saldo inicial</td><td>64.341</td><td>66.666</td></tr><tr><td>Captação</td><td>-</td><td>67.580</td></tr><tr><td>Pagamento de juros</td><td>(6.582)</td><td>(6.829)</td></tr><tr><td>Pagamento de principal</td><td>(1.814)</td><td>(69.577)</td></tr><tr><td>Despesas com juros</td><td>6.480</td><td>6.501</td></tr><tr><td>Saldo final</td><td>62.425</td><td>64.341</td></tr></table> Para fins de demonstração de fluxo de caixa, os juros pagos são apresentados nas atividades de financiamentos. 12.2. Covenants: A Companhia contratou financiamentos com cláusulas que requerem a manutenção de determinadas condições a serem observadas, tais como: constituição, sem a prévia autorização do BNB, de penhor ou gravame sobre quaisquer direitos, inclusive creditórios, oriundos do projeto financiado, além de desempenho satisfatório em relação a determinados indicadores financeiros. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar no vencimento antecipado das dívidas e/ou multas. 12.2.1. Índice de Cobertura do Serviço da Dívida: A Companhia possui covenants financeiros em contrato junto ao Banco Santander como fiador, de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida superior a 1,20. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 todas as condições foram atendidas referentes às Cláusulas Restritivas do referido contrato. 12.3. Outras garantias: As garantias referem-se a: Garantia fidejussória do contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB, formalizada através de carta fiança e garantia financeira dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST. 13. Provisões (i) Provisão ressarcimento: A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir a energia contratual. Esta provisão é mensurada considerando os valores apurados nos relatórios emitidos pela CCEE, relatórios internos de geração de energia da Companhia, além de considerar os abatimentos dos valores de energia restringida ("constrained-off"), em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS. Ressarcimento anual à CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, ficando abaixo de 90%. Ressarcimento Quadrienal à CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia dentro do regime de tolerância de 10%, permanecendo entre 100% e 90% ao compromisso contratual. Os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), tem as seguintes características: (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia física preestabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais e quadrienais de energia; (iii) a CCEE realiza apurações anuais e quadrienais comparando a geração versus o montante contratado, conforme segue: <table><tr><th rowspan="2">Cenários</th><th colspan="2">Geração x</th><th rowspan="2">Resultados</th></tr><tr><th>Montante Contratado</th><th>Resultados</th></tr><tr><td>1</td><td>Abaixo de 90%</td><td>Ressarcimento Anual a CCEE</td></tr><tr><td>2</td><td>Entre 90% a 100%</td><td>Ressarcimento Quadrienal</td></tr><tr><td>3</td><td>Entre 100% a 130%</td><td>Gera saldo positivo na apuração quadrienal</td></tr><tr><td>4</td><td>Acima de 130%</td><td>Gera recebimento, é valorado ao PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) no Mercado de Curto Prazo (MCP), nos meses em que a energia for gerada acima do compromisso contratual</td></tr></table> O pagamento do ressarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior, e o ressarcimento quadrienal, apurado a cada 4 anos e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR). Com o encerramento do ciclo do ressarcimento quadrienal, o saldo é transferido do longo prazo para o curto prazo. Em 22 de março de 2021 a ANEEL publicou no Diário Oficial da União a Resolução Normativa nº 927 que regulamenta o abatimento dos valores energia restringida ("constrained-off") em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS. O cálculo é realizado com base na metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de "constrained-off" de usinas eólicas objeto de CCEAR e CER disponibilizado pela CCEE conforme estabelecido no art. 8º da Resolução Normativa supracitada. Este componente é contido como abatimento nos valores de ressarcimento. O "cutraltimeint", conforme classificação do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), corresponde à restrição de geração e pode ocorrer por três razões: (i) Energética, quando há impossibilidade de alocação da geração na carga do sistema; (ii) Confiabilidade Elétrica, relacionada à confiabilidade de equipamentos externos às usinas; e (iii) Indisponibilidade Externa, decorrente de indisponibilidades em instalações externas às usinas. A Lei nº 15.289, sancionada em novembro de 2025, instituiu mecanismo de compensação para cortes classificados como Confiabilidade Elétrica e Indisponibilidade Externa, aplicável ao período de setembro de 2023 a novembro de 2025, conforme regulamentação. Em conformidade com a legislação aplicável, a Companhia reconheceu em suas demonstrações financeiras a compensação referente aos cortes ocorridos no período elegível, mensurado com base em dados históricos do ONS e na sistemática de ressarcimento prevista na legislação. A apuração e liquidação dos valores serão conduzidas pelas entidades responsáveis, com atualização pela variação do IPCA. A composição do saldo de provisões é como segue: <table><tr><td>Saldo em 31 de dezembro de 2024</td><td>-</td></tr><tr><td>Constituição</td><td>(2.773)</td></tr><tr><td>Saldo em 31 de dezembro de 2025</td><td>(2.773)</td></tr><tr><td></td><td>2025</td><td>2024</td></tr><tr><td>Ativo</td><td></td><td></td></tr><tr><td>Provisão para ressarcimento curto prazo</td><td>2.773</td><td>-</td></tr><tr><td></td><td>2.773</td><td>-</td></tr></table> Estes montantes e transações não afetam o caixa e consequentemente as demonstrações do fluxo de caixa no exercício em 31 de dezembro de 2025 e 2024. (ii) Provisão para contingências: Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não existem contingências prováveis ou possíveis de qualquer natureza, conhecidas pela Administração e com base no parecer de seus assessores jurídicos, que impliquem registro de provisões e/ou divulgação. 14. Patrimônio líquido a. Capital social: O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ 77.601, dividido em 71.951.486 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas conforme abaixo: <table><tr><th></th><th>2025</th><th>2024</th></tr><tr><td>Acionistas</td><td></td><td></td></tr><tr><td>Complexo Tanque Novo Energias Renováveis S.A. ("Holding")</td><td>77.601</td><td>77.601</td></tr><tr><td>Controladora e controlador final</td><td></td><td></td></tr><tr><td>As ações da entidade são 100% do Complexo Tanque Novo Energias Renováveis S.A, controlada pela Atlântic Energias Renováveis S.A., a qual o controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A. ("Grupo CGN Brasil"). b. Reserva legal: A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos que eventualmente venham a ser apurados anteriormente, e limitada a 20% do capital social.</td><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td>2025</td><td>2024</td></tr><tr><td>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</td><td>11.858</td><td>(1.750)</td></tr><tr><td>Absorção do prejuízo</td><td>(698)</td><td>-</td></tr><tr><td>Lucro líquido ajustado</td><td>11.160</td><td>-</td></tr><tr><td>Constituição de reserva legal - 5%</td><td>558</td><td>-</td></tr><tr><td>Absorção da reserva legal</td><td>-</td><td>(69)</td></tr><tr><td>c. Dividendos: Os acionistas terão direito aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.</td><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td>2025</td><td>2024</td></tr><tr><td>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</td><td>11.858</td><td>(1.750)</td></tr><tr><td>Absorção do prejuízo</td><td>(698)</td><td>-</td></tr><tr><td>Lucro líquido ajustado</td><td>11.160</td><td>-</td></tr><tr><td>onstituição de reserva legal - 5%</td><td>(558)</td><td>-</td></tr><tr><td></td><td>10.601</td><td>-</td></tr><tr><td>Dividendo mínimo obrigatório - 25%</td><td>(2.650)</td><td>-</td></tr><tr><td>Lucros retidos (absorvidos)</td><td>7.951</td><td>(983)</td></tr><tr><td>d. Reserva de lucros</td><td></td><td></td></tr><tr><td>A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada. e. Lucro básico e diluído: Não há diluição de ações ordinárias para o cálculo de lucro diluído. O cálculo do lucro básico por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias.</td><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td>2025</td><td>2024</td></tr><tr><td>Lucro líquido (prejuízo) atribuído aos detentores de ações ordinárias (básico e diluído)</td><td>11.858</td><td>(1.750)</td></tr><tr><td>Ações ordinárias (básico e diluído)</td><td>71.951</td><td>71.951</td></tr><tr><td>Resultado por ação ordinária (básico e diluído)</td><td>0,1648</td><td>(0,0243)</td></tr></table>											2025	2024	Saldo inicial	64.341	66.666	Captação	-	67.580	Pagamento de juros	(6.582)	(6.829)	Pagamento de principal	(1.814)	(69.577)	Despesas com juros	6.480	6.501	Saldo final	62.425	64.341	Cenários	Geração x		Resultados	Montante Contratado	Resultados	1	Abaixo de 90%	Ressarcimento Anual a CCEE	2	Entre 90% a 100%	Ressarcimento Quadrienal	3	Entre 100% a 130%	Gera saldo positivo na apuração quadrienal	4	Acima de 130%	Gera recebimento, é valorado ao PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) no Mercado de Curto Prazo (MCP), nos meses em que a energia for gerada acima do compromisso contratual	Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	Constituição	(2.773)	Saldo em 31 de dezembro de 2025	(2.773)		2025	2024	Ativo			Provisão para ressarcimento curto prazo	2.773	-		2.773	-		2025	2024	Acionistas			Complexo Tanque Novo Energias Renováveis S.A. ("Holding")	77.601	77.601	Controladora e controlador final			As ações da entidade são 100% do Complexo Tanque Novo Energias Renováveis S.A, controlada pela Atlântic Energias Renováveis S.A., a qual o controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A. ("Grupo CGN Brasil"). b. Reserva legal: A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos que eventualmente venham a ser apurados anteriormente, e limitada a 20% do capital social.				2025	2024	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	11.858	(1.750)	Absorção do prejuízo	(698)	-	Lucro líquido ajustado	11.160	-	Constituição de reserva legal - 5%	558	-	Absorção da reserva legal	-	(69)	c. Dividendos: Os acionistas terão direito aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.				2025	2024	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	11.858	(1.750)	Absorção do prejuízo	(698)	-	Lucro líquido ajustado	11.160	-	onstituição de reserva legal - 5%	(558)	-		10.601	-	Dividendo mínimo obrigatório - 25%	(2.650)	-	Lucros retidos (absorvidos)	7.951	(983)	d. Reserva de lucros			A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada. e. Lucro básico e diluído: Não há diluição de ações ordinárias para o cálculo de lucro diluído. O cálculo do lucro básico por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias.				2025	2024	Lucro líquido (prejuízo) atribuído aos detentores de ações ordinárias (básico e diluído)	11.858	(1.750)	Ações ordinárias (básico e diluído)	71.951	71.951	Resultado por ação ordinária (básico e diluído)	0,1648	(0,0243)																																																															
	2025	2024																																																																																																																																																																																																													
Saldo inicial	64.341	66.666																																																																																																																																																																																																													
Captação	-	67.580																																																																																																																																																																																																													
Pagamento de juros	(6.582)	(6.829)																																																																																																																																																																																																													
Pagamento de principal	(1.814)	(69.577)																																																																																																																																																																																																													
Despesas com juros	6.480	6.501																																																																																																																																																																																																													
Saldo final	62.425	64.341																																																																																																																																																																																																													
Cenários	Geração x		Resultados																																																																																																																																																																																																												
	Montante Contratado	Resultados																																																																																																																																																																																																													
1	Abaixo de 90%	Ressarcimento Anual a CCEE																																																																																																																																																																																																													
2	Entre 90% a 100%	Ressarcimento Quadrienal																																																																																																																																																																																																													
3	Entre 100% a 130%	Gera saldo positivo na apuração quadrienal																																																																																																																																																																																																													
4	Acima de 130%	Gera recebimento, é valorado ao PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) no Mercado de Curto Prazo (MCP), nos meses em que a energia for gerada acima do compromisso contratual																																																																																																																																																																																																													
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-																																																																																																																																																																																																														
Constituição	(2.773)																																																																																																																																																																																																														
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(2.773)																																																																																																																																																																																																														
	2025	2024																																																																																																																																																																																																													
Ativo																																																																																																																																																																																																															
Provisão para ressarcimento curto prazo	2.773	-																																																																																																																																																																																																													
	2.773	-																																																																																																																																																																																																													
	2025	2024																																																																																																																																																																																																													
Acionistas																																																																																																																																																																																																															
Complexo Tanque Novo Energias Renováveis S.A. ("Holding")	77.601	77.601																																																																																																																																																																																																													
Controladora e controlador final																																																																																																																																																																																																															
As ações da entidade são 100% do Complexo Tanque Novo Energias Renováveis S.A, controlada pela Atlântic Energias Renováveis S.A., a qual o controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A. ("Grupo CGN Brasil"). b. Reserva legal: A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos que eventualmente venham a ser apurados anteriormente, e limitada a 20% do capital social.																																																																																																																																																																																																															
	2025	2024																																																																																																																																																																																																													
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	11.858	(1.750)																																																																																																																																																																																																													
Absorção do prejuízo	(698)	-																																																																																																																																																																																																													
Lucro líquido ajustado	11.160	-																																																																																																																																																																																																													
Constituição de reserva legal - 5%	558	-																																																																																																																																																																																																													
Absorção da reserva legal	-	(69)																																																																																																																																																																																																													
c. Dividendos: Os acionistas terão direito aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.																																																																																																																																																																																																															
	2025	2024																																																																																																																																																																																																													
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	11.858	(1.750)																																																																																																																																																																																																													
Absorção do prejuízo	(698)	-																																																																																																																																																																																																													
Lucro líquido ajustado	11.160	-																																																																																																																																																																																																													
onstituição de reserva legal - 5%	(558)	-																																																																																																																																																																																																													
	10.601	-																																																																																																																																																																																																													
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	(2.650)	-																																																																																																																																																																																																													
Lucros retidos (absorvidos)	7.951	(983)																																																																																																																																																																																																													
d. Reserva de lucros																																																																																																																																																																																																															
A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada. e. Lucro básico e diluído: Não há diluição de ações ordinárias para o cálculo de lucro diluído. O cálculo do lucro básico por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias.																																																																																																																																																																																																															
	2025	2024																																																																																																																																																																																																													
Lucro líquido (prejuízo) atribuído aos detentores de ações ordinárias (básico e diluído)	11.858	(1.750)																																																																																																																																																																																																													
Ações ordinárias (básico e diluído)	71.951	71.951																																																																																																																																																																																																													
Resultado por ação ordinária (básico e diluído)	0,1648	(0,0243)																																																																																																																																																																																																													

15. Receita líquida de venda de energia

2025

2024

Receita bruta venda de energia

21.193

18.163

Ressarcimento de energia ⁽¹⁾

2.773

-

(-) PIS / COFINS

(773)

(863)

23.193

17.500

(1) Vide nota explicativa 13(i).

16. Gastos por natureza

2025

2024

Custos dos serviços prestados

(13.325)

(12.140)

Despesas gerais e administrativas

(731)

(835)

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

33

(360)

(14.023)

(13.335)

Encargos de transmissão e conexão

(1.767)

(1.698)

Compra de energia

(1.168)

(918)

Liquidação financeira negativa - CCEE

(2.424)

(1.686)

Despesa com pessoal

(790)

(836)

Serviços de terceiros

(179)

(185)

Depreciação

(5.484)

(5.563)

Arrendamento

(325)

(316)

Manutenção

(1.557)

(1.464)

Materiais

-

(10)

Despesas administrativas

(303)

(371)

Outras

(27)

(507)

(14.023)

(13.335)

17. Resultado financeiro

2025

2024

Despesas bancárias

(4)

(304)

IOF

(12)

(16)

Juros de financiamentos

(6.480)

(6.539)

Juros e multas de mora

-

(1)

Custo da estruturação da dívida

(677)

(178)

Outras despesas financeiras

-

(657)

Total das despesas financeiras

(7.173)

(7.694)

Receita de aplicação financeira

11.425

3.454

Outras receitas financeiras

-

52

Total das receitas financeiras

11.425

3.505

Resultado financeiro

4.252

(4.189)

18. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:

Regime de tributação pelo lucro presumido

2025

2024

Receita com venda de energia (*)

21.167

18.137

Outras receitas

1.641

3.505

Base de cálculo IRPJ 8% (*)

3.337

4.956

Base de cálculo CSLL 12% (*)

4.183

5.682

Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%)

877

1.255

Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R\$ 240 no período de 12 meses

310

472

Imposto de renda e contribuição social correntes

1.187

1.726

Taxa efetiva

15,78%

16,23%

Imposto de renda e contribuição social diferidos (**)

377

1

(*) A diferença na base de cálculo para apuração do imposto presumido calculada sobre a receita com venda de energia, refere-se ao saldo das provisões de receita registradas dentro de suas devidas competências. (**) O saldo refere-se ao imposto diferido sobre a provisão do faturamento.

19. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros. **a. Classificação contábil e valores justos de instrumentos financeiros:** Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável. A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar

o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil nas rubricas de caixa e bancos, contas a receber de clientes, partes relacionadas, financiamentos e fornecedores.

Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente do risco de receber de clientes e demais instrumentos financeiros ativos da Companhia. Para mitigar o risco de crédito, a Companhia efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia:

Valor contábil

2025

2024

Aplicações financeiras

89.462

78.707

Aplicações financeiras vinculadas

1.877

1.686

Contas a receber de clientes

1.713

1.571

(iii) Risco de liquidez:

Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, para mitigar o risco de liquidez, a Companhia monitora os níveis de endividamento e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de financiamentos. O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:

Valor contábil

2025

2024

Financiamentos

62.425

64.341

Fornecedores

3.295

2.161

(iv) Risco de mercado:

Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros. O objetivo do gerenciamento do risco de mercado é monitorar e controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado. **Exposição ao risco de taxa de juros:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco. O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:

2025

2024

Ativo

Aplicações financeiras

89.462

78.707

Aplicações financeiras vinculadas

1.877

1.686

91.339

80.393

Passivo

Financiamentos

62.425

64.341

A Companhia efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado da Companhia advindos da variação do CDI e do IPCA, sendo o cenário possível um aumento/redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%.

Em 31 de dezembro de 2025

Operação

Valor exposto

Risco

25%

50%

Aplicações financeiras

91.339

Redução do CDI (*)

10.207

6.805

Financiamentos

62.425

Aumento do IPCA (**)

3.324

3.989

(*) Os índices de CDI considerados foram de 14,90% a.a. (**) Os índices de IPCA considerados foram de 4,26% a.a.

Em 31 de dezembro de 2024

Operação

Valor exposto

Risco

25%

50%

Aplicações financeiras

80.393

Redução do CDI (*)

7.326

4.884

Financiamentos

64.341

Aumento do IPCA (**)

3.885

4.681

(*) Os índices de CDI considerados foram de 12,15% a.a. (**) Os índices de IPCA considerados foram de 4,83% a.a.



NOTAS EXPLICATIVAS - CONTINUAÇÃO									
16. Gastos por natureza			O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil nas rubricas de caixa e bancos, contas a receber de clientes, partes relacionadas, financiamentos e fornecedores.						
	2025	2024							
Custos dos serviços prestados	(23.395)	(21.039)							
Despesas gerais e administrativas	(1.391)	(1.060)							
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(128)	(62)							
	(24.913)	(22.161)							
Encargos de transmissão e conexão	(2.397)	(2.275)							
Compra de energia	(1.312)	(1.143)							
Liquidação Financeira Negativa - CCEE	(3.180)	(1.763)							
Despesa com pessoal	(1.084)	(919)							
Serviços de terceiros	(971)	(537)							
Depreciação	(11.258)	(11.326)							
Arrendamento	(365)	(347)							
Manutenção	(2.699)	(2.396)							
Aluguel	(360)	(293)							
Materiais	(524)	(443)							
Despesas administrativas	(417)	(527)							
Viagens e estadias	(83)	(60)							
Outras	(264)	(132)							
	(24.913)	(22.161)							
17. Resultado financeiro									
	2025	2024							
Despesas bancárias	(4)	(5)							
IOF	(16)	(8)							
Juros de financiamentos	(6.335)	(9.206)							
Juros e multas de mora	-	(7)							
Custo da estruturação da dívida	(819)	(1.382)							
Outras despesas financeiras	-	(79)							
Total das despesas financeiras	(7.175)	(10.687)							
Receita de aplicação financeira	811	1.298							
Outras receitas financeiras	1	-							
Total das receitas financeiras	812	1.298							
Resultado financeiro	(6.363)	(9.389)							
18. Imposto de renda e contribuição social									
A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:									
Regime de tributação pelo lucro presumido									
	2025	2024							
Receita com venda de energia (*)	27.977	24.970							
Outras receitas	316	1.298							
Base de cálculo IRPJ 8% (*)	2.560	3.296							
Base de cálculo CSLL 12% (*)	3.678	4.294							
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%)	715	881							
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R\$ 240 no período de 12 meses	232	306							
Imposto de renda e contribuição social correntes	947	1.186							
Taxa efetiva	15,18%	15,63%							
Imposto de renda e contribuição social diferidos (**)	28	1							
(*) A diferença na base de cálculo para apuração do imposto presumido calculada sobre a receita com venda de energia, refere-se ao saldo das provisões de receita registradas dentro de suas devidas competências. (**) O saldo refere-se ao imposto diferido sobre a provisão do faturamento.									
19. Instrumentos financeiros									
A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros. a. Classificação contábil e valores justos de instrumentos financeiros: Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável. A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.									
b. Riscos de crédito: Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas									
contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros ativos da Companhia. Para mitigar o risco de crédito, a Companhia efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia:									
	Valor contábil		2025		2024				
Aplicações financeiras			3.552		2.899				
Aplicações financeiras vinculadas			2.602		2.337				
Contas a receber de clientes			2.231		2.067				
(iii) Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, para mitigar o risco de liquidez, a Companhia monitora os níveis de endividamento e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de financiamentos. O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:									
	Valor contábil		2025		2024				
Financiamentos			70.507		71.897				
Fornecedores			6.129		5.293				
(iv) Risco de mercado: Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado. Exposição ao risco de taxa de juros: Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco. O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:									
	2025		2024						
Ativo									
Aplicações financeiras			3.552		2.899				
Aplicações financeiras vinculadas			2.602		2.337				
			6.154		5.236				
Passivo									
Financiamentos			70.507		71.897				
A Companhia efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado da Companhia advindos da variação do CDI e do IPCA, sendo o cenário possível um aumento/redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%.									
Em 31 de dezembro de 2025									
Operação	Valor exposto	Risco	25%	50%					
Aplicações financeiras	6.154	Redução do CDI (*)	688	458					
Financiamentos	70.507	Aumento da IPCA (**)	3.754	4.505					
(*) Os índices de CDI considerados foram de 14,90% a.a. (**) Os índices de IPCA considerados foram de 4,26% a.a.									
Em 31 de dezembro de 2024									
Operação	Valor exposto	Risco	25%	50%					
Aplicações financeiras	5.236	Redução do CDI (*)	477	318					
Financiamentos	71.897	Aumento da IPCA (**)	4.341	5.209					
(*) Os índices de CDI considerados foram de 12,15% a.a. (**) Os índices de IPCA considerados foram de 4,83% a.a.									
Diretoria									
Sílvia Helena Carvalho Vieira da Rocha									
Diretora									
Yu Guan									
Diretor									
Raffael Ubarana Mohamed									
Contador CRC RJ - 077398/O									
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras									
A Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados									
Aos Administradores e Acionistas da Tanque Novo V Energias Renováveis S.A. São Paulo - SP									
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Tanque Novo V Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tanque Novo V Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente									
das circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.									
Curitiba, 27 de março de 2026.									
KPMG Auditores Independentes Ltda.									
CRC SP-014428/O-6 F-PR									
Almir Eduardo Bertonecelo									
Contador CRC PR-052062/O									
KPMG									

Tanque Novo VI Energias Renováveis S.A.

CNPJ Nº 35.655.028/0001-41

</

NOTAS EXPLICATIVAS - CONTINUAÇÃO

são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado. **Desreconhecimento:** • **Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. • **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. i. **Valor recuperável de ativos ("Impairment"):** (i) **Ativos financeiros não-derivativos:** Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • Inadimplência ou atrasos do devedor; • Reestruturação de uma perda de valor devido à companhia em condições não consideradas em condições normais; • Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência; • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros. (ii) **Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado. (iii) **Ativos não financeiros:** A Companhia tem como política contábil efetuar o teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado anualmente, independentemente de haver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradoras de Caixa - UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. j. **Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. **CPC 51 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O CPC 51 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais: • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará; • As medidas de desempenho definidas pela Administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras; • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros". **Outras Normas Contábeis:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações CPC 48 e CPC 40); • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 48 e CPC 40).

7. Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixa e bancos	1.058	197
Aplicações financeiras (i)	27.770	22.049
	28.828	22.246

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa. (i) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os saldos de aplicação financeira referem-se a disponibilidades em conta aplicação no Banco Santander, Banco Bradesco e Banco da China Brasil, em moeda nacional, indexada pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, com resgate imediato sem prejuízo da remuneração auferida até a data. A taxa média de remuneração da aplicação no Banco Santander, Banco Bradesco e Banco da China Brasil foi de 95% do CDI nos dois exercícios.

8. Contas a receber de clientes

	2025	2024
Contas a receber	2.089	1.986
	2.089	1.986

O contas a receber decorre do fornecimento de energia relativo ao mês de dezembro de 2025 e com vencimento em janeiro de 2026. Não existem valores de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Adicionalmente, não há expectativa de perdas com o montante de contas a receber de clientes da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para perdas de crédito esperadas.

9. Partes relacionadas

A Companhia possui operações entre as companhias do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as companhias e gestão de recursos financeiros.

	2025	2024
Passivo circulante		
Complexo Taque Novo Energias Renováveis S/A. (a)	353	97
Complexo Taque Novo Energias Renováveis S/A. (b)	131	-
	484	97

(a) Os saldos de contas a pagar à partes relacionadas de curto prazo referem-se ao rateio de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as companhias e a controladora direta. (b) Os saldos de partes relacionadas referem-se aos dividendos a pagar. Para fins de demonstração de fluxo de caixa, os dividendos recebidos e pagos são apresentados nas atividades de investimento e financiamento, respectivamente.

As transações entre partes relacionadas, são realizadas de acordo com os termos e condições acordados entre as partes, conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazos definidos preestabelecidos. As contas a pagar não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros. **Remuneração do pessoal chave da Administração:** Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 22 de abril de 2025, foi aprovado o montante máximo global da remuneração anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2025, no valor de até R\$ 7.500, a ser distribuído entre os membros da Administração conforme deliberação interna e de acordo com o Estatuto Social da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram reconhecidas despesas com remuneração dos membros-chave da Administração no montante de R\$ 5.862 (R\$ 6.363 em 2024). A Companhia não possui planos de benefícios pós-emprego, remuneração baseada em ações ou outras participações societárias.

10. Aplicações financeiras vinculadas

	2025	2024
Aplicações financeiras vinculadas	2.584	2.321
	2.584	2.321

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os saldos de aplicações financeiras vinculadas referem-se a saldo da conta Reserva do Serviço da Dívida com restrição de movimento para atendimento ao covenants e a garantia de pagamento das prestações conforme definido no contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNB (nota explicativa 12). Tais montantes não possuem liquidez e estão aplicados em moeda nacional junto ao Banco BNB e podem ser movimentadas somente mediante autorização expressa do BNB. As aplicações financeiras vinculadas são lastreadas em títulos públicos e indexadas pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI.

11. Imobilizado

(i) Composição do saldo

	2025		2024	
	<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Saldo líquido</u>	<u>Saldo líquido</u>
Sistema de geração	197.211	(19.038)	178.173	185.511
Sistemas de transmissão e conexão	13	(2)	11	12
	197.224	(19.040)	178.184	185.523

(ii) Movimentação do custo

	Movimentação em 2025				
	Saldo em 2024	Adições	Baixas	Transfe- rências	Saldo em 2025
Sistema de geração	197.211	-	-	-	197.211
Sistemas de transmissão e conexão	13	-	-	-	13
	<u>197.224</u>	-	-	-	<u>197.224</u>
	Movimentação em 2024				
	Saldo em 2023	Adições	Baixas	Transfe- rências	Saldo em 2024
Sistema de geração	197.211	-	-	-	197.211
Sistemas de transmissão e conexão	13	-	-	-	13
	<u>197.224</u>	-	-	-	<u>197.224</u>

(iii) Movimentação da depreciação

	Movimentação em 2025				
	Saldo em 2024	Adições	Baixas	Transfe- rências	Saldo em 2025
Sistema de geração	(11.700)	(7.338)	-	-	(19.038)
Sistemas de transmissão e conexão	(1)	(1)	-	-	(2)
	<u>(11.701)</u>	<u>(7.339)</u>	-	-	<u>(19.040)</u>
	Movimentação em 2024				
	Saldo em 2023	Adições	Baixas	Transfe- rências	Saldo em 2024
Sistema de geração	(4.257)	(7.444)	-	-	(11.700)
Sistemas de transmissão e conexão	-	(1)	-	-	(1)
	<u>(4.257)</u>	<u>(7.445)</u>	-	-	<u>(11.701)</u>

a. **Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment):** A Administração anualmente efetua cálculo de recuperabilidade dos ativos imobilizados do Complexo Tanque Novo, o qual a Companhia faz parte e que representa sua Unidade Geradora de Caixa - UGC. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Administração estimou os valores recuperáveis de sua UGC baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados. O fluxo de caixa projetado levou em consideração fatores internos e externos, ajustando fatores como o volume de vendas, preços estimados para os próximos anos e elevação de despesas em linha com a expectativa de aumento no nível de operações da Companhia. A taxa de desconto utilizada foi de 10,68% a.a. (9,65% a.a. em 2024), elaborada levando em consideração o custo médio do capital (WACC). O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil, por esse motivo, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado foi contabilizada.

12. Financiamentos

Operações (moeda nacional)	Indexador e taxas anuais de juros	Vencimento final	2025	2024
BNB (a)	IPCA + 5,89%	15/07/2043	69.818	71.625
			69.818	71.625
Passivo circulante			2.455	2.078
Passivo não circulante			67.363	69.547

(a) Em 28 de junho de 2023 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor de R\$ 80.000, com vencimento final para julho de 2043. Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10). A Companhia mantém sua previsibilidade de pagamento dos financiamentos conforme o fluxo de caixa como segue:

2026	2.455
2027 a 2029	7.674
2030 a 2032	9.038
2033 a 2035	10.953
2036 a 2038	13.638
2039 a 2041	16.793
2042 a 2044	9.267
Total	69.818

12.1. Movimentação

	2025	2024
Saldo inicial	71.625	124.697
Pagamento de juros	(6.303)	(7.681)
Pagamento de principal	(1.789)	(52.488)
Despesas com juros	6.286	7.097
Saldo final	69.818	71.625

Para fins de demonstração de fluxo de caixa, os juros pagos são apresentados nas atividades de financiamentos. **12.2. Covenants:** A Companhia contratou financiamentos com cláusulas que requerem a manutenção de determinadas condições a serem observadas, tais como: constituição, sem a prévia autorização do BNB, de penhor ou gravame sobre quaisquer direitos, inclusive creditórios, oriundos do projeto financiado, além de desempenho satisfatório em relação a determinados indicadores financeiros. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar no vencimento antecipado das dívidas e/ou multas. **12.2.1. Índice de Cobertura do Serviço da Dívida:** A Companhia possui covenants financeiros em contrato junto ao Banco Santander como fiador, de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida superior a 1,20. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 todas as condições foram atendidas referentes às Cláusulas Restritivas do referido contrato. **12.3. Outras garantias:** As garantias referem-se a: Garantia fidejussória do contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB, formalizada através de carta fiança e garantia financeira dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

13. Provisões

(i) **Provisão ressarcimento:** A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir a energia contratual. Esta provisão é mensurada considerando os valores apurados nos relatórios emitidos pela CCEE, relatórios internos de geração de energia da Companhia, além de considerar os abatimentos dos valores de energia restringida ("constrained-off"), em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS. Ressarcimento anual à CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, ficando abaixo de 90%. Ressarcimento Quadrinial à CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia dentro do regime de tolerância de 10%, permanecendo entre 100% e 90% ao compromisso contratual. Os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), tem as seguintes

características: (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia física preestabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais e quadrienais de energia; (iii) a CCEE realiza apurações anuais e quadrienais comparando a geração versus o montante contratado, conforme segue:

Cenários	Geração x Montante Contratado	Resultados
1	Abaixo de 90%	Ressarcimento Anual à CCEE
2	Entre 90% a 100%	Ressarcimento Quadrinial
3	Entre 100% a 130%	Gera saldo positivo na apuração quadrienal
4	Acima de 130%	Gera recebimento, é valorado ao PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) no Mercado de Curto Prazo (MCP), nos meses em que a energia for gerada acima do compromisso contratual

O pagamento do ressarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior, e o ressarcimento quadrienal, apurado a cada 4 anos e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR). Com o encerramento do ciclo do ressarcimento quadrienal, o saldo é transferido do longo prazo para o curto prazo. Em 22 de março de 2021 a ANEEL publicou no Diário Oficial da União a Resolução Normativa nº 827 que regulamenta o abatimento dos valores energia restringida ("constrained-off") em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS. O cálculo é realizado com base na metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de "constrained-off" de usinas eólicas objeto de CCEAR e CER disponibilizado pela CCEE conforme estabelecido no art. 8º da Resolução Normativa supracitada. Este componente é contido como abatimento nos valores de ressarcimento. O "curtailment", conforme classificação do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), corresponde à restrição de geração e pode ocorrer por três razões: (i) Energética, quando há impossibilidade de alocação da geração na carga do sistema; (ii) Confiabilidade Elétrica, relacionada à confiabilidade de equipamentos externos às usinas; e (iii) Indisponibilidade Externa, decorrente de indisponibilidades em instalações externas às usinas. A Lei nº 15.269, sancionada em novembro de 2025, instituiu mecanismo de compensação para cortes classificados como Confiabilidade Elétrica e Indisponibilidade Externa, aplicável ao período de setembro de 2023 a novembro de 2025, conforme regulamentação. Em conformidade com a legislação aplicável, a Companhia reconheceu em suas demonstrações financeiras a compensação referente aos cortes ocorridos no período elegível, mensurado com base em dados históricos do ONS e na sistemática de ressarcimento prevista na legislação. A apuração e liquidação dos valores serão conduzidas pelas entidades responsáveis, com atualização pela variação do IPCA.

A composição do saldo de provisões é como segue:

	Saldo em 31 de dezembro de 2024	Saldo em 31 de dezembro de 2025
Constituição	(4.036)	(4.036)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	2025	2024
Ativo	4.036	-
Provisão para ressarcimento curto prazo	4.036	-

Estes montantes e transações não afetam o caixa e consequentemente as demonstrações do fluxo de caixa no exercício em 31 de dezembro de 2025 e 2024. (ii) **Provisão para contingências:** Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não existem contingências prováveis ou possíveis de qualquer natureza, conhecidas pela Administração e com base no parecer de seus assessores jurídicos, que impliquem registro de provisões e/ou divulgação.

14. Patrimônio líquido

a. **Capital social:** O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ 141.055, dividido em 131.251.534 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas conforme abaixo:

	2025	2024
Acionistas	141.055	141.055
Controladora e controlador final:		
Novo Energias Renováveis S.A. controlada pela Atlantic Energias Renováveis S.A., a qual o controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A. ("Grupo CGN Brasil").		
b. Reserva legal: A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos que eventualmente venham a ser apurados anteriormente, e limitada a 20% do capital social.		

	2025	2024
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	3.637	(2.245)
Absorção do prejuízo	(3.084)	-
Lucro líquido ajustado	553	-
Constituição de reserva legal - 5%	28	-
c. Dividendos: Os acionistas terão direito aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.		

	2025	2024
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	3.637	(2.245)
Absorção do prejuízo	(3.084)	-
Lucro líquido ajustado	553	-
Constituição de reserva legal - 5%	(28)	-
	525	-
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	(131)	-
Lucros retidos	394	-

d. **Reserva de lucros:** A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada. e. **Lucro básico e diluído:** Não há diluição de ações ordinárias para o cálculo de lucro diluído. O cálculo do lucro básico por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias.

	2025	2024
Lucro líquido (prejuízo) atribuído aos detentores de ações ordinárias (básico e diluído)	3.637	(2.245)
Ações ordinárias (básico e diluído)	131.252	131.252
Resultado por ação ordinária (básico e diluído)	0,0277	(0,0171)

15. Receita líquida de venda de energia

	2025	2024
Receita bruta venda de energia	24.896	22.710
Ressarcimento de energia (i)	4.036	-
(-) PIS / COFINS	(908)	(829)
	28.024	21.881

(i) Vide nota explicativa 13(i).

16. Gastos por natureza

	2025	2024
Custos dos serviços prestados	(18.268)	(16.204)
Despesas gerais e administrativas	(946)	(887)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	45	27
	(19.168)	(17.064)
Encargos de transmissão e conexão	(2.396)	(2.274)
Compra de energia	(1.212)	(1.267)
Liquidação Financeira Negativa - CCEE	(4.037)	(2.413)
Despesa com pessoal	(1.053)	(873)
Serviços de terceiros	(239)	(191)
Depreciação	(7.339)	(7.445)
Arrendamento	(443)	(314)
Manutenção	(2.045)	(1.844)
Despesas administrativas	(387)	(438)
Outras	(19)	(5)
	(19.168)	(17.064)

17. Resultado financeiro

	2025	2024
Despesas bancárias	(4)	(6)
IOF	(16)	(14)
Juros de financiamentos	(6.286)	(7.097)
Juros e multas de mora	-	(1)
Custo da estruturação da dívida	(793)	(1.382)
Outras despesas financeiras	-	(163)
Total das despesas financeiras	(7.099)	(8.663)
Juros recebidos	2	-
Receita de aplicação financeira	3.678	3.381
Outras receitas financeiras	-	69
Total das receitas financeiras	3.680	3.450
Resultado financeiro	(3.419)	(5.213)

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP nº 2.200-2
de 24/08/2001.

A autenticidade pode ser
conferida ao lado



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente
no dia 10/04/2026

Para acessar a página de Publicações Legais no portal
do JORNAL POLO BRASIL, aponte a câmera do celular
para o QR Code. Para acessar o site:
www.jornalpolobrasil.com.br



Tanque Novo VII Energias Renováveis S.A.

CNPJ Nº 35.655.010/0001-40

<



Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP nº 2.200-2
de 24/08/2001.

A autenticidade pode ser
conferida ao lado



Para acessar a página de Publicações Legais no portal do **Jornal POLO BRASIL** aponte a câmera do celular para o QR Code. Para acessar o site: www.jornalpolobrasil.com.br



<https://sdocs.safeweb.com.br/porta/Validador/publicID=62469341-fac9-4683-a7d3-cc61f1714997>

NOTAS EXPLICATIVAS - CONTINUAÇÃO

f. Provisões - As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. **Ressarcimento** - Uma provisão para ressarcimento é reconhecida quando a entrega de energia é inferior a garantia física preestabelecida nos contratos de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas nos contratos de comercialização de energia firmados entre as partes.

g. Benefícios a empregados - Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

h. Capital social - As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos.

i. Instrumentos financeiros - Reconhecimento e mensuração inicial - O contábil a receber de clientes, partes relacionadas e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contábil a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (Valor Justo através do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contábil a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente - Ativos Financeiros - classificação - No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento de dívida; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo através do resultado). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: - É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. - Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: - É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros. - Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio - A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os modelos de negócios são os seguintes:

Mantido para recebimento A Companhia detém ativos financeiros decorrentes de seu negócio de geração de energia elétrica. O objetivo do modelo de negócios para esses instrumentos financeiros é obter receita através dos contratos de venda de energia no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e/ou no Ambiente de Contratação Livre (ACL). A Companhia também detém uma carteira de títulos de dívida corporativa com o objetivo de manter um perfil de taxa de juros amplamente fixo para gerenciar sua exposição ao risco de taxa de juros.

Mantido para recebimento e venda A Companhia mantém uma carteira de títulos de dívida corporativa para fins de gerenciamento de liquidez.

Mantido para negociação A Companhia não possui ativos financeiros mantidos para negociação.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são SPPI - A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; - Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; - O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e - Os termos que limitem o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. A Companhia não tinha ativos financeiros mantidos fora dos modelos de negócios comerciais que não passaram na avaliação do SPPI.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo - amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas - Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento - Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação** - Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

j. Redução ao valor recuperável (impairment) - (i) Ativos financeiros não-derivativos - Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor

inclui: - Inadimplência ou atrasos do devedor; - Reestruturação de um valor devido à companhia em condições não consideradas em condições normais; - Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência; - Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; - O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou - Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiro. **(ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado** - O Grupo considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados ao julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado. **(iii) Ativos não financeiros** - A Companhia e suas controladas tem como política contábil efetuar o teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado anualmente, independentemente de haver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradoras de Caixa - UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

k. Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas - Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. **CPC 51 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis** - O CPC 51 substituirá o CPC 28 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais: - As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará; - As medidas de desempenho definidas pela Administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras; - Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros". **Outras Normas Contábeis** - Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: - Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações CPC 48 e CPC 40); - Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 48 e CPC 40).

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e bancos	360	53	1.497	422
Aplicações financeiras (i)	132.200	120.107	242.854	229.153
	132.560	120.162	244.351	229.575

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa. (i) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os saldos de aplicações financeiras referem-se a disponibilidades em conta aplicação no Banco BTG Pactual, Banco Santander e Banco Bradesco, em moeda nacional, indexada pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, com resgate imediato sem prejuízo da remuneração auferida até a data. A taxa média de remuneração da aplicação no Banco BTG Pactual, Banco Santander e Banco Bradesco foi de 95% do CDI nos dois exercícios.

	2025	2024
Contas a receber	37.019	20.605
	37.019	20.605

O contas a receber decorre do fornecimento de energia relativo ao mês de dezembro de 2025 e com vencimento em janeiro de 2026.

Não existem valores de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Adicionalmente, não há expectativa de perdas com o montante de contas a receber de clientes da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para perdas de crédito esperadas.

9. Partes relacionadas A Companhia possui operações entre as empresas do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as empresas e gestão de recursos financeiros.

	2025	2024
Controladora		
Ativo circulante		
Andorinha Energias Renováveis S/A. (c)	3.297	2.319
Campo Formoso I Energias Renováveis S/A. (c)	2.420	1.511
Campo Formoso II Energias Renováveis S/A. (c)	1.389	-
Morinhos Energias Renováveis S/A. (c)	3.068	2.648
Sertão Energias Renováveis S/A. (c)	3.233	2.057
Ventos dos Guarás I Energias Renováveis S/A. (c)	2.313	1.852
	15.720	10.188
Ativo não circulante		
Campo Formoso II Energias Renováveis S/A. (b)	6.811	6.301
	6.811	6.301

	2025	2024
Passivo circulante		
Atlântic Energias Renováveis S/A. (a)	7.896	2.869
Atlântic Energias Renováveis S/A. (c)	16.707	9.413
	24.603	12.082

	2025	2024
Passivo não circulante		
Andorinha Energias Renováveis S/A. (b)	20.221	14.152
Campo Formoso I Energias Renováveis S/A. (b)	18.080	13.112
Morinhos Energias Renováveis S/A. (b)	20.976	16.008
Sertão Energias Renováveis S/A. (b)	18.424	13.117
Ventos dos Guarás I Energias Renováveis S/A. (b)	18.428	13.459
	95.788	69.848

(a) Os saldos de contas a pagar a partes relacionadas de curto prazo referem-se ao rateio de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as empresas e a controladora direta. (b) Os saldos de contas a receber e contas a pagar a partes relacionadas de longo prazo referem-se ao acordo de cooperação financeira entre as empresas e a controladora direta. Sobre este saldo não incidem juros e atualizações, assim como também não existe um prazo de vencimento determinado. (c) Os saldos de partes relacionadas referem-se aos dividendos a receber e a pagar. Para fins de demonstração de fluxo de caixa, os dividendos recebidos e pagos são apresentados nas atividades de investimento e financiamento, respectivamente. As transações entre partes relacionadas, não realizadas de acordo com os termos e condições acordados entre as partes, conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazo definidos preestabelecidos. As contas a receber/ pagar não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros.

	2025	2024
Consolidado		
Passivo circulante		
Atlântic Energias Renováveis S/A. (a)	7.896	2.869
Atlântic Energias Renováveis S/A. (b)	16.707	9.413
	24.603	12.082

(a) Os saldos de contas a pagar a partes relacionadas de curto prazo referem-se ao rateio de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as empresas e a controladora direta. (b) Os saldos de partes relacionadas referem-se aos dividendos a pagar. Para fins de demonstração de fluxo de caixa, os dividendos recebidos e pagos são apresentados nas atividades de investimento e financiamento, respectivamente.

Remuneração do pessoal chave da Administração - Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 22 de abril de 2025, foi aprovado o montante máximo global da remuneração anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2025, no valor de até R\$ 7.500, a ser distribuído entre os membros da Administração conforme deliberação interna e de acordo com o Estatuto Social da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram reconhecidas despesas com remuneração dos membros-chave da Administração no montante de R\$ 5.862 (R\$ 6.363 em 2024). A Companhia não possui planos de benefícios pós-emprego, remuneração baseada em ações ou outras participações societárias.

	2025	2024
10. Aplicações financeiras vinculadas (consolidado)		
Aplicações financeiras vinculadas	48.063	45.832
	48.063	45.832

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os saldos de aplicações financeiras vinculadas referem-se a saldo da conta Reserva do Serviço da Dívida, Conta reserva de O&M (Operação e Manutenção) e Conta Reserva Especial com restrição de movimento para atendimento ao covenant conforme definido no contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNDES (nota explicativa 14). Tais montantes não possuem liquidez e estão aplicados em moeda nacional junto ao Banco Itaú e podem ser movimentadas somente mediante autorização expressa do BNDES. As aplicações financeiras vinculadas são lastreadas em títulos públicos e indexadas pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI.

11. Investimentos (controladora)

	2025				
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita	Lucro (Prejuízo)
Controladas					
Andorinha Energias Renováveis S/A.	187.789	72.569	115.220	31.722	13.883
Campo Formoso I Energias Renováveis S/A.	155.026	73.042	81.984	29.079	10.189
Campo Formoso II Energias Renováveis S/A.	166.173	70.757	95.416	33.063	8.580
Morinhos Energias Renováveis S/A.	178.039	68.216	111.823	30.277	12.918
Sertão Energias Renováveis S/A.	166.558	57.882	108.676	29.581	13.613
Ventos dos Guarás I Energias Renováveis S/A.	181.019	75.712	105.307	30.800	9.738
	1.034.604	415.978	618.626	184.521	66.190

	2024				
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita	Lucro (Prejuízo)
Controladas					
Andorinha Energias Renováveis S/A.	176.996	72.362	104.634	25.150	9.765
Campo Formoso I Energias Renováveis S/A.	148.327	74.112	74.215	23.966	6.364
Campo Formoso II Energias Renováveis S/A.	162.257	71.302	90.955	27.316	(1.327)
Morinhos Energias Renováveis S/A.	168.822	68.848	101.973	26.516	11.151
Sertão Energias Renováveis S/A.	158.899	60.402	98.497	23.570	8.659
Ventos dos Guarás I Energias Renováveis S/A.	173.080	75.198	97.882	28.994	6.957
	988.381	420.225	568.156	153.513	41.569

11.2. Participações em empresas controladas

Os investimentos e as respectivas movimentações nas controladas, apresentado nas demonstrações financeiras individuais, estão demonstrados abaixo:

	2025				
	Participação	Saldo Inicial	Dividendos	Equivalência patrimonial	Saldo final
Andorinha Energias Renováveis S/A	100%	104.634	(3.297)	13.883	115.220
Campo Formoso I Energias Renováveis S/A	100%	74.215	(2.420)	10.189	81.984
Campo Formoso II Energias Renováveis S/A	100%	90.955	(1.389)	8.580	95.416
Morinhos Energias Renováveis S/A	100%	101.973	(3.068)	12.918	111.823
Sertão Energias Renováveis S/A	100%	98.497	(2.323)	13.613	108.676
Ventos dos Guarás I Energias Renováveis S/A	100%	97.882	(2.313)	9.738	105.307
		568.156	(15.720)	66.190	618.626

	2024				
	Participação	Saldo Inicial	Dividendos	Equivalência patrimonial	Saldo final
Andorinha Energias Renováveis S/A.	100%	97.189	(2.319)	9.765	104.634
Campo Formoso I Energias Renováveis S/A.	100%	69.362	(1.511)	6.364	74.215
Campo Formoso II Energias Renováveis S/A.	100%	92.282	-	(1.327)	90.955
Morinhos Energias Renováveis S/A.	100%	93.471	(2.648)	11.151	101.973
Sertão Energias Renováveis S/A.	100%	91.894	(2.057)	8.659	98.497
Ventos dos Guarás I Energias Renováveis S/A.	100%	92.577	(1.852)	6.957	97.882
		536.776	(10.188)	41.569	568.156

(*) Os dividendos recebidos são apresentados nas demonstrações dos fluxos de caixa das atividades de investimento em função dos retornos sobre estes investimentos.

12. Imobilizado (consolidado)

2025		2024	
	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
	Custo		
Móveis e utensílios	42	(28)	14
Equipamentos de informática	519	(371)	147
Edificações, obras civis e benfeitorias	4.521	(1.312)	3.209
Sistema de geração	1.009.523	(308.501)	701.023
Sistemas de transmissão e conexão	10.782	(435)	10.347
Imobilizado em andamento	92	-	92
	1.025.479	(310.646)	714.833

(ii) Movimentação do custo					
	Movimentação em 2025				
	Saldo em 2024	Adições	Baixas	Transfe- rências	Saldo em 2025
Móveis e utensílios	42	-	-	-	42
Equipamentos de informática	519	-	-	-	519
Edificações, obras civis e benfeitorias	4.489	32	-	-	4.521
Sistema de geração	972.599	33.924	-	3.000	1.009.523
Sistemas de transmissão e conexão	1.288	-	-	9.494	10.782
Imobilização em andamento	12.160	426	-	(12.494)	92

	991.097	34.382	-	-	1.025.479
	Movimentação em 2024				
	Saldo em 2023	Adições	Baixas	Transfe- rências	Saldo em 2024
Móveis e utensílios	44	-	(2)	-	42
Equipamentos de informática	511	7	-	-	519
Edificações, obras civis e benfeitorias	4.138	351	-	-	4.489
Sistema de geração	923.212	49.402	(15)	-	972.599
Sistemas de transmissão e conexão	1.288	-	-	-	1.288
Peças de manutenção	3.443	-	(3.443)	-	-
Imobilizado em andamento	11.947	213	-	-	12.160
	944.584	49.973	(3.461)	-	991.097

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP nº 2.200-2
de 24/08/2001.

A autenticidade pode ser
conferida ao lado



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente
no dia 10/04/2026

Para acessar a página de Publicações Legais no portal
do Jornal POLO BRASIL, aponte a câmera do celular
para o QR Code. Para acessar o site:
www.jornalpolobrasil.com.br



NOTAS EXPLICATIVAS - CONTINUAÇÃO

Preço cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento. - **Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio. - **Nível 3. Sem mercado ativo:** Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

21. Gerenciamento integrado de riscos (consolidado) - A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites. A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos do Grupo. (i) **Risco operacional** - O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado do parque eólico. Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração do Grupo mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque eólico. (ii) **Risco de crédito** - Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros ativos do Grupo. Para mitigar o risco de crédito, o Grupo efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito do Grupo:

	2025	2024
Aplicações financeiras	242.854	229.153
Aplicações financeiras vinculadas	48.063	45.832
Contas a receber de clientes	37.019	20.805

(iii) **Risco de liquidez** - Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. A abordagem do Grupo na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, para mitigar o risco de liquidez, a Companhia monitora os níveis de endividamento e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de financiamentos. O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez do Grupo:

	2025	2024
Financiamentos	284.938	309.007
Debêntures a pagar	55.580	76.293
Fornecedores	3.915	879

(iv) **Risco de mercado** - Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado. **Exposição ao risco de taxa de juros** - Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco. O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:

	2025	2024
Ativo		
Aplicações financeiras	242.854	229.153
Aplicações financeiras vinculadas	48.063	45.832
	290.917	274.985
Passivo		
Financiamentos	284.938	309.007
Debêntures a pagar	55.580	76.293

A Companhia efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado da Companhia advindos da variação do CDI, da TJLP e do IPCA, sendo o cenário possível um aumento/redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%.

Operação	Valor exposto	Risco	25%	50%
Aplicações financeiras	290.917	Redução do CDI (*)	32.510	21.673
Financiamentos	284.938	Aumento da TJLP (**)	32.305	38.798
Debêntures	55.580	Aumento do IPCA (**)	2.960	3.552

(*) Os índices de CDI considerados foram de 14,90% a.a.

(**) Os índices de TJLP e IPCA considerados foram de 9,07% a.a. e 4,28% a.a. respectivamente

Operação	Valor exposto	Risco	25%	50%
Aplicações financeiras	274.985	Redução do CDI (*)	25.058	16.705
Financiamentos	309.007	Aumento da TJLP (**)	28.899	34.439
Debêntures	76.293	Aumento do IPCA (**)	4.606	5.527

(*) Os índices de CDI considerados foram de 12,15% a.a.

(**) Os índices de TJLP e IPCA considerados foram de 7,43% a.a. e 4,83% a.a. respectivamente.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Complexo Morrinhos Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Complexo Morrinhos Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria - Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Provisão para ressarcimento** Notas explicativas 6 (f) e 13 (i) das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Principal assunto de auditoria** - A provisão para ressarcimento é reconhecida quando a entrega de energia elétrica é inferior ou superior a garantia física preestabelecida nos contratos de fornecimento, tomando como base as regras estabelecidas nos contratos de comercialização de energia firmados entre as partes. A provisão de ressarcimento é mensurada considerando os valores apurados nos relatórios emitidos pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), relatórios internos de geração de energia da Companhia, além de considerar os abatimentos dos valores de energia restringida ("constrained-off"), em função do não cumprimento da entrega de energia ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS. Consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria devido à complexidade dos dados usados na determinação da estimativa que podem impactar relevantemente a mensuração da provisão para ressarcimento nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto** - Nossos procedimentos incluíram, entre outros: avaliação do desenho e implementação dos controles internos chave relacionados à determinação do montante da provisão para ressarcimento de geração energia elétrica contratual; análise dos dados utilizados na determinação da estimativa da provisão de ressarcimento de geração energia elétrica contratual, especificamente: os dados da apuração da carga de energia gerada e entregue; os registros de ressarcimento anual e quadrienal realizados pela Companhia junto ao Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), visando determinar o percentual de aplicação de geração frente ao volume e montante contratado pactuado entre as partes; as correspondências encaminhadas pelo Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS, demonstrando a quantidade de energia restringida. Adicionalmente, testamos a integridade e exatidão matemática dos dados utilizados no referido cálculo e efetuamos teste de valorização por meio do confronto dos valores reconhecidos de provisão para ressarcimento com as expectativas independentes geradas a partir de nossos testes de auditoria, assim como, a segregação de curto e longo prazo. Avaliamos também a adequação das divulgações relacionadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento e mensuração da provisão de ressarcimento de geração energia elétrica contratual, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. **Respon-**

sabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Outras informações que acompanham **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 27 de março de 2026.

KPMG

Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-PR

Almir Eduardo Bertoncello
Contador CRC PR-052062/O

DIRETORIA

Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha - Diretora

Tonghai Chi - Diretor

Raffael Ubarana Mohamed - Contador CRC RJ - 077398/O

https://sdocs.sateweb.com.br/portal/Validador?publicId=62469341-fac9-4683-a7d3-cc61f1714997
Este documento foi assinado digitalmente pelo(s) signatário(s) na lista de protocolo de assinatura(s). Para validar as assinaturas acesse:

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP nº 2.200-2
de 24/08/2001.

A autenticidade pode ser
conferida ao lado



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente
no dia 10/04/2026

Para acessar a página de Publicações Legais no portal do
Jornal POLO BRASIL, aponte a câmera do celular
para o QR Code. Para acessar o site:
www.jornalpolobrasil.com.br





Morrinhos Energias Renováveis S.A.
CNPJ Nº 17.613.286/0001-83

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)					
	Nota	2025	2024		
Ativo				Passivo	
Caixa e equivalentes de caixa	7	34.544	33.361	Fornecedores	332
Contas a receber de clientes	8	6.248	3.396	Provisões	12 16.286
Despesas antecipadas		75	96	Financiamentos	13 5.952
Adiantamentos a fornecedores		652	2.410	Obrigações sociais e trabalhistas	66 89
Tributos e contribuições a compensar		1.168	508	Adiantamento de clientes	9 9
Outros ativos		2.392	2.376	Dividendos a pagar	9 3.068
Total do ativo circulante		45.078	42.147	Obrigações fiscais	170 145
Contas a receber de partes relacionadas	9	20.976	16.008	Imposto de renda e contribuição social a pagar	161 180
Aplicações financeiras vinculadas	10	8.107	7.579	Total do passivo circulante	26.044 21.237
Imobilizado	11	103.877	103.088	Provisões	12 -
Intangível		1	-	Financiamentos	13 40.099
Total do ativo não circulante		132.960	126.675	Tributos diferidos	73 218
Total do ativo		178.039	168.822	Total do passivo não circulante	40.172 45.611
				Capital social	38.623 38.623
				Reserva legal	4.780 4.134
				Reserva de lucros	68.220 59.017
				Total do patrimônio líquido	111.823 101.974
				Total do passivo e patrimônio líquido	178.039 168.822

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas das demonstrações financeiras (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional
A Morrinhos Energias Renováveis S.A. ("Morrinhos" ou "Companhia"), com sede na Avenida das Nações Unidas 14.171, em São Paulo-SP, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 27 de novembro de 2012 e tem como objeto social a geração de energia elétrica, mediante exploração específica do Parque Eólico de Morrinhos, na cidade de Campo Formoso - BA, e destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia. A Morrinhos foi vencedora do Leilão de Energia A-5/2011 promovido pela ANEEL, com a autorização do projeto por 35 anos, e assinou contrato de fornecimento de energia em 01 de janeiro de 2016 por um período de 20 anos. A Companhia entrou em operação comercial em 14 de novembro de 2015 com a produção anual estimada de 15,0 MWm (não auditado). A vigência do prazo de autorização inicia-se a partir da data de assinatura do contrato.

Companhia	Potência [MW]	Leilão	Modelo Aero	Outorga
Morrinhos	30	A-5 2011	G97-2MW- H178m	499

2 Base de preparação

Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas na nota explicativa 6. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 27 de março de 2026. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação - As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4 Uso de estimativas críticas e julgamentos** - Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas. As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa 11** - Imobilizado (*Impairment* do ativo imobilizado);
- **Nota explicativa 12** - Provisão para ressarcimento (probabilidade e magnitude das saídas de recursos).

5 Base de mensuração - As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6 Resumo das políticas contábeis materiais - O Grupo aplicou às políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, exceto nos casos indicados em contrário. **a. Reconhecimento da receita de vendas contrato com o cliente** - A receita de vendas advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de vendas é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O CPC 47 estabeleceu um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a companhia cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A energia produzida pela Companhia é vendida de duas formas. (i) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - ACR (Ambiente de Contratação Regulada) e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre - ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda a vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. O efeito na contabilização das receitas são consequência da garantia física de cada unidade. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas por cláusulas contratuais entre as partes, quando a entrega é inferior a garantia física, ocorre o ressarcimento descrito na nota explicativa 12 - i e quando é superior a diferença é recebida de acordo com o contrato entre as partes. A receita líquida inclui basicamente a receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS, COFINS e Ressarcimento. **b. Receitas financeiras e despesas financeiras** - As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre os financiamentos contratados. **c. Impostos** - (i) **Impostos e contribuições sobre as receitas:** As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e ao COFINS, pelas alíquotas vigentes de 0,65% e 3%, respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica. (ii) **Impostos e contribuições sobre o lucro:** Em 2025 e 2024, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de

negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. (iii) **Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **d. Imobilizado** - (i) **Reconhecimento e mensuração** - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e

Início da Outorga	Fim da Outorga	Garantia Física Comercializada [MWm]	Garantia Física solicitada alteração [MWm]	Garantia Física outorgada [MWm]
13/09/2012	13/09/2047	15,0	17,1	17,1

qualquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis. Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício. (ii) **Custos subsequentes** - Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pela Companhia. (iii) **Depreciação** - A depreciação, reconhecida no resultado, é calculada para amortizar o custo do ativo imobilizado baseada na vida útil estimada dos itens utilizando o método linear. **Taxas médias de depreciação para os dois exercícios apresentados**

Classe de imobilizado	Taxa anual de depreciação
Equipamentos de informática	20%
Edificações, obras civis e benfeitorias	2%
Sistema de geração	3%
Sistemas de transmissão e conexão	4%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **e. Provisões** - As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. **Ressarcimento** - Uma provisão para ressarcimento é reconhecida quando a entrega de energia é a garantia física preestabelecida nos contratos de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas nos contratos de comercialização de energia firmados entre as partes. **f. Benefícios a empregados** - Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **g. Capital social** - As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos. **h. Instrumentos financeiros - Reconhecimento e mensuração inicial** - O contas a receber de clientes partes relacionadas e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescidos, para um item não mensurado ao VJR (Valor Justo através do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **Classificação e mensuração subsequente** - No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento de dívida; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo através do resultado). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros. • e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA. **Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio** - A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os modelos de negócios são os seguintes: **Mantido para recebimento** A Companhia detém ativos financeiros decorrentes de seu negócio de geração de energia elétrica. O objetivo do modelo de negócios para esses instrumentos financeiros é obter receita através dos contratos de venda de energia no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e/ou no Ambiente de Contratação Livre (ACL). A Companhia também detém uma carteira de títulos de dívida corporativa com o objetivo de manter um perfil de taxa de juros amplamente fixo para gerar uma exposição ao risco de taxa de juros. **Mantido para recebimento e venda** A Companhia mantém uma carteira de títulos de dívida corporativa para fins de gerenciamento de liquidez. **Mantido para negociação** A Companhia não possui ativos financeiros mantidos para negociação. **Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são SPPI** - A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são

Demonstrações de Resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
Receita líquida de venda de energia	15	30.277	26.516
Custo da geração de energia	16	(14.782)	(10.616)
Lucro bruto		15.494	15.900
Despesas gerais e administrativas	16	(892)	(739)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	16	(158)	(158)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		14.445	15.003
Despesas financeiras	17	(5.847)	(5.783)
Receitas financeiras	17	5.487	4.307
Receitas (despesas) financeiras líquidas		(360)	(1.476)
Resultado antes dos impostos		14.085	13.527
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(1.341)	(2.374)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	174	(3)
Lucro líquido do exercício		12.918	11.151
Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)		0,3327	0,2872

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	12.918	11.151
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	12.918	11.151

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Notas	Capital Social	Reserva Legal	Reservas de lucro	Lucros Acum.	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		38.823	3.576	51.072	-	93.471
Lucro líquido do exercício		-	-	-	11.151	11.151
Constituição da reserva legal	14b	-	558	-	(558)	-
Dividendos mínimo obrigatório	14c	-	-	-	(2.648)	(2.648)
Reserva de lucros	14d	-	-	7.945	(7.945)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		38.823	4.134	59.017	-	101.974
Lucro líquido do exercício		-	-	-	12.918	12.918
Constituição da reserva legal	14b	-	646	-	(646)	-
Dividendos mínimo obrigatório	14c	-	-	-	(3.068)	(3.068)
Reserva de lucros	14d	-	-	9.204	(9.204)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		38.823	4.780	68.221	-	111.823

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
Lucro líquido do exercício		12.918	11.151
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	11	4.843	4.596
Provisão ressarcimento de energia	12	4.437	2.506
Juros e variações monetárias	13	5.406	4.988
Amortização de custos de transação	13	98	98
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	1.341	2.374
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(174)	3
		28.869	25.716
Variações em:			
Contas a receber de clientes		(2.852)	513
Despesas antecipadas		21	(12)
Adiantamentos a fornecedores		1.758	(1.569)
Tributos e contribuições a compensar		(660)	(104)
Outros ativos		(16)	421
Partes relacionadas	9	(4.968)	(2.682)
Fornecedores		180	(502)
Provisões	12	(1.491)	(994)
Obrigações sociais e trabalhistas		(23)	(22)
Obrigações fiscais		(296)	(765)
Tributos diferidos		28	3
Caixa proveniente das atividades operacionais		20.551	20.003
Impostos pagos sobre o lucro		(1.040)	(1.662)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		19.511	18.341
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Aquisição de imobilizado	11	(5.632)	(7.773)
Aquisição de intangível		(1)	-
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(5.632)	(7.773)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:			
Aplicações financeiras vinculadas		(528)	(1.662)
Dividendos pagos	9	(2.648)	(1.773)
Pagamento de principal sobre financiamentos	13	(5.314)	(4.797)
Pagamento de juros sobre financiamentos	13	(4.206)	(4.566)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(12.696)	(12.798)
Aumento líquido (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		1.183	(2.230)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		33.361	35.591
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		34.544	33.361

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazê-la avaliação, a Companhia considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (ou não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. A Companhia não tinha ativos financeiros mantidos fora dos modelos de negócios comerciais que não passaram na avaliação do SPPI.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas
Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. **Ativos financeiros a custo amortizado** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA. **Instrumentos a VJORA** **Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas** - Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado. **Desreconhecimento** - **Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP nº 2.200-2
de 24/08/2001.

A autenticidade pode ser
conferida ao lado



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente
no dia 10/04/2026

Para acessar a página de Publicações Legais no portal
do Jornal POLO BRASIL, aponte a câmera do celular
para o QR Code. Para acessar o site:
www.jornalpolobrasil.com.br



aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros: A Companhia reconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também reconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação** - Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **i. Valor recuperável de ativos (impairment) - (i) Ativos financeiros não derivativos:** Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • Inadimplência ou atrasos do devedor; • Reestruturação de um valor devido à companhia em condições não consideradas em condições normais; • Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência; • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiro. **(ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado. **(iii) Ativos não financeiros:** A Companhia tem como política contábil efetuar o teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado anualmente, independentemente de haver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradora de Caixa - UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **j. Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. **CPC 51 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis** O CPC 51 substitui o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais: • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará; • As medidas de desempenho definidas pela Administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras; • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros". **Outras Normas Contábeis** - Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações CPC 48 e CPC 40); • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 48 e CPC 40).

7. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa. (i) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os saldos de aplicações financeiras referem-se a disponibilidades em conta aplicação no Banco BTG Pactual, Banco Santander e Banco Bradesco, em moeda nacional, indexada pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, com resgate imediato sem prejuízo da remuneração auferida até a data. A taxa média de remuneração da aplicação no Banco BTG Pactual, Banco Santander e Banco Bradesco foi de 95% do CDI nos dois exercícios.

8 Contas a receber de clientes

O contas a receber decorre do fornecimento de energia relativo ao mês de dezembro de 2025 e com vencimento em janeiro de 2026. Não existem valores de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Adicionalmente, não há expectativa de perdas com o montante de contas a receber de clientes da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para perdas de crédito esperadas.

9 Partes relacionadas - A Companhia possui operações entre as companhias do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as companhias e gestão de recursos financeiros.

Ativo não circulante

Complexo Morinhos Energias Renováveis S/A (a)

Passivo circulante

Complexo Morinhos Energias Renováveis S/A (b)

(a) Os saldos de contas a receber de partes relacionadas de longo prazo referem-se ao acordo de cooperação financeira entre as companhias e a controladora direta. Sobre este saldo não incidem juros e atualizações, assim como também não existe um prazo de vencimento determinado. (b) Os saldos de partes relacionadas referem-se aos dividendos a pagar. Para fins de demonstração de fluxo de caixa, os dividendos recebidos e pagos são apresentados nas atividades de investimento e financiamento, respectivamente. As transações entre partes relacionadas, são realizadas de acordo com os termos e condições acordados entre as partes, conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazos definidos preestabelecidos. As contas a receber/pagar não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros. **Remuneração do pessoal chave da Administração** - Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 22 de abril de 2025, foi aprovado o montante máximo global da remuneração anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2025, no valor de até R\$ 7.500, a ser distribuído entre os membros da Administração conforme deliberação interna e de acordo com o Estatuto Social da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram reconhecidas despesas com remuneração

NOTAS EXPLICATIVAS - CONTINUAÇÃO

dos membros-chave da Administração no montante de R\$ 5.662 (R\$ 6.363 em 2024). A Companhia não possui planos de benefícios pós-emprego, remuneração baseada em ações ou outras participações societárias.

10 Aplicações financeiras vinculadas

	2025	2024
Aplicações financeiras vinculadas	8.107	7.579
	8.107	7.579

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os saldos de aplicações financeiras vinculadas referem-se a saldo da conta Reserva do Serviço da Dívida, Conta reserva de O&M (Operação e Manutenção) e Conta Reserva Especial com restrição de movimento para atendimento ao covenants conforme definido no contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNDES (nota explicativa 13). Tais montantes não possuem liquidez e estão aplicados em moeda nacional junto ao Banco Itaú e podem ser movimentadas somente mediante autorização expressa do BNDES. As aplicações financeiras vinculadas são lastreadas em títulos públicos e indexadas pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI.

11 Imobilizado

(i) Composição do saldo

	2025	2024
	Depre. Saldo	Saldo
	Custo acumulada líquido	líquido
Equipamentos de informática	81 (41)	41 57
Edificações, obras civis e benfeitorias	739 (261)	478 469
Sistema de geração	141.532 (42.892)	98.641 98.091
Sistemas de transmissão e conexão	4.719 (1)	4.718 -
Imobilizado em andamento	- -	- 4.442
	147.071 (43.194)	103.877 103.068

(ii) Movimentação do custo

	Movimentação em 2025				Saldo em
	2024	Adições	Baixas	Transf.	2025
Equipamentos de informática	81	-	-	-	81
Edificações, obras civis e benfeitorias	739	-	-	-	739
Sistema de geração	136.177	5.355	-	-	141.532
Sistemas de transmissão e conexão	-	-	-	4.719	4.719
Imobilizado em andamento	4.442	277	-	(4.719)	-
	141.439	5.632	-	-	147.071

	Movimentação em 2024				Saldo em
	2023	Adições	Baixas	Transf.	2024
Equipamentos de informática	74	7	-	-	81
Edificações, obras civis e benfeitorias	739	-	-	-	739
Sistema de geração	128.176	8.006	(7)	-	136.177
Pecas de manutenção	235	-	(235)	-	-
Imobilizado em andamento	4.442	-	-	-	4.442
	133.666	8.015	(242)	-	141.439

(iii) Movimentação da depreciação

	Movimentação em 2025				Saldo em
	2024	Adições	Baixas	Transf.	2025
Equipamentos de informática	(24)	(16)	-	-	(41)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(240)	(21)	-	-	(261)
Sistema de geração	(38.087)	(4.805)	-	-	(42.892)
Sistemas de transmissão e conexão	-	(1)	-	-	(1)
	(38.352)	(4.843)	-	-	(43.194)

	Movimentação em 2024				Saldo em
	2023	Adições	Baixas	Transf.	2024
Equipamentos de informática	(9)	(15)	-	-	(24)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(219)	(21)	-	-	(240)
Sistema de geração	(33.527)	(4.560)	-	-	(38.087)
	(33.756)	(4.596)	-	-	(38.352)

a. Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment) - A Administração anualmente efetua cálculo de recuperabilidade dos ativos imobilizados do Complexo Morinhos, o qual a Companhia faz parte e que representa sua Unidade Geradora de Caixa - UGC. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Administração estimou os valores recuperáveis de sua UGC baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados. O fluxo de caixa projetado levou em consideração fatores internos e externos, ajustando fatores como o volume de vendas, preços estimados para os próximos anos e elevação de despesas em linha com a expectativa de aumento no nível de operações da Companhia. A taxa de desconto utilizada foi de 11,47% a.a. (9,91% a.a. em 2024), elaborada levando em consideração o custo médio do capital (WACC). O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil, por esse motivo, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado foi contabilizada.

12 Provisões - (i) Provisão ressarcimento - A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir a energia contratual. Esta provisão é mensurada considerando os valores apurados nos relatórios emitidos pela CCEE, relatórios internos de geração de energia da Companhia, além de considerar os abatimentos dos valores de energia restringida ("constrained-off"), em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS. Ressarcimento anual a CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, ficando abaixo de 90%. Ressarcimento Quadrinial a CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia dentro do regime de tolerância de 10%, permanecendo entre 100% e 90% ao compromisso contratual. Os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), tem as seguintes características: (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia física preestabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais e quadrienais de energia; (iii) a CCEE realiza apurações anuais e quadrienais comparando a geração versus o montante contratado, conforme segue:

cenários	Geração x Montante Contratado	Resultados
1	Abaixo de 90%	Ressarcimento Anual a CCEE
2	Entre 90% a 100%	Ressarcimento Quadrinial
3	Entre 100% a 130%	Gera saldo positivo na apuração quadrienal
4	Acima de 130%	Gera recebimento, é valorado ao PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) no Mercado de Curto Prazo (MCP), nos meses em que a energia for gerada acima do compromisso contratual

O pagamento do ressarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior, e o ressarcimento quadrienal, apurado a cada 4 anos e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR). Com o encerramento do ciclo do ressarcimento quadrienal, o saldo é transferido do longo prazo para o curto prazo. Em 22 de março de 2021 a ANEEL publicou no Diário Oficial da União a Resolução Normativa nº 927 que regulamenta o abatimento dos valores energia restringida ("constrained-off") em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS. O cálculo é realizado com base na metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de "constrained-off" de usinas eólicas objeto de CCEAR e CER disponibilizado pela CCEE conforme estabelecido no art. 8º da Resolução Normativa supracitada. Este componente é confiado como abatimento nos valores de ressarcimento. O "curtailment", conforme classificação do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), corresponde à redução da geração e pode ocorrer por três razões: (i) Energética, quando há impossibilidade de alocação da geração na carga do sistema; (ii) Confabilidade Elétrica, relacionada à confiabilidade de equipamentos externos às usinas; e (iii) Indisponibilidade Externa, decorrente de indisponibilidades em instalações externas às usinas. A Lei nº 15.269, sancionada em novembro de 2025, instituiu mecanismo de compensação para cortes classificados como Confabilidade Elétrica e Indisponibilidade Externa, aplicável ao período de setembro de 2023 a novembro de 2025, conforme regulamentação. Em conformidade com a legislação aplicável, a Companhia reconheceu em suas demonstrações financeiras a compensação referente aos cortes ocorridos no período eleitoral, mensurado com base em dados históricos do ONS e na sistemática de ressarcimento prevista na legislação. A apuração e liquidação dos valores serão conduzidas pelas entidades responsáveis, com atualização pela variação do IPCA. A composição do saldo de provisões é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	11.828
Constituição	2.506
Baixa	(94)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	13.340
Constituição	4.437
Baixa	(1.491)

Saldo em 31 de dezembro de 2025	16.286
	2025 2024
Provisão para ressarcimento curto prazo	16.286 12.643
Provisão para ressarcimento longo prazo	- 697
	16.286 13.340

(ii) Provisão para desmantelamento - Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual de restauração do ativo (terreno) ou ainda de desmobilização de edificações (obras civis), fundações de qualquer natureza ou ainda vias de acesso realizadas no ativo durante o período de cessão. A Companhia não possui tais obrigações nos contratos de arrendamento firmados. Adicionalmente, será facultado à SPE apenas o uso do direito de retirada dos aerogeradores e da respectiva rede elétrica interna. Entretanto, a retirada dos aerogeradores constituiria assim, um evento de significativa materialidade em comparação aos potenciais custos de desmobilização de obras civis edificadas e vias de acesso nos imóveis e, neste contexto limitar-se-ia à utilização de horas de guindaste e mão-de-obra. Desta forma, segundo o CPC 25, parágrafo 19º, "são reconhecidas como provisão apenas as obrigações que surgem de eventos passados que existam independentemente de ações futuras da entidade"; o que não se aplica neste caso, uma vez que é facultativa a retirada dos aerogeradores e rede elétrica interna, o que depende de uma tomada de decisão futura da Companhia e, por esse motivo não há obrigação presente relativa aos gastos futuro e nenhuma provisão deve ser reconhecida.

(iii) Provisão para contingências - Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não existem contingências prováveis ou possíveis de qualquer natureza, conhecidas pela Administração e com base no parecer de seus assessores jurídicos, que impliquem registro de provisões e/ou divulgação.

13 Financiamentos

Operações (moeda nacional)	Indexador e taxas anuais de juros	Vencimento final	2025	2024
BNDES (a)	TJLP + 2,45%	15/03/2032	32.243	36.153
BNDES (b)	TJLP + 4,15%	15/03/2032	14.421	15.624
Custos com a captação			(8.13)	(7.11)
			46.051	50.066

Passivo circulante

Passivo não circulante

(a) Em 13 de novembro de 2015 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emite) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R\$ 58.378, com vencimento final para março de 2032. (b) Em 2 de março de 2016 foi assinado o Contrato de abertura de Crédito para Financiamento entre a Companhia (emite) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES mediante repasse dos recursos pelos bancos Bradesco S/A, Itaú Unibanco S/A e Banco Santander S/A (credores) no valor de R\$ 24.162, com vencimento final para março de 2032. Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10). A Companhia mantém sua previsibilidade de pagamento dos financiamentos conforme o fluxo de caixa como segue:

	2025	2024
2026	5.952	
2027 a 2029	20.712	
2030 a 2032	19.387	
Total	46.051	

13.1 Movimentação

	2025	2024
Saldo inicial	50.086	54.343
Pagamento de juros	(4.206)	(4.566)
Pagamento de principal	(5.314)	(4.797)
Despesas com juros	5.406	4.988
Custos de captação amortizados	98	98
Saldo final	46.051	50.066

Para fins de demonstração de fluxo de caixa, os juros pagos são apresentados nas atividades de financiamentos. **13.2 Covenants** - A Companhia contratou financiamentos com cláusulas que requerem a manutenção de determinadas condições a serem observadas, tais como: constituição, sem a prévia autorização do BNDES, de penhor ou gravame sobre quaisquer direitos, inclusive creditórios, oriundos do projeto financiado, além de desempenho satisfatório em relação a determinados indicadores financeiros. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar no vencimento antecipado das dívidas e/ou multas. **13.2.1 Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - BNDES** - Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a controladora apurou um índice anual igual ou superior de 1,20 e atendeu todas as condições referentes às Cláusulas Restritivas do referido contrato. **13.3 Outras garantias** - As garantias referem-se a: Garantia fidejussória do contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES, formalizada através de carta fiança e garantia financeira dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

14 Patrimônio Líquido

a. Capital social - O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ 38.823, dividido em 38.823 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas conforme abaixo:

Acionistas	2025	2024
Complexo Morinhos Energias Renováveis S.A.	38.823	38.823

Controladora e controlador final - As ações da entidade são 100% do Complexo Morinhos Energias Renováveis S.A., controlada pela Atlântic Energias Renováveis S.A., a qual o controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A. ("Grupo CGN Brasil"). **b. Reserva legal** - A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos que eventualmente venham a ser apurados anteriormente, e limitada a 20% do capital social.

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	12.918	11.151
Constituição de reserva legal - 5%	646	558

c. Dividendos - Os acionistas terão direito aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	12.918	11.151
Constituição de reserva legal - 5%	(646)	(558)
	12.272	10.593
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	(3.068)	(2.648)
Lucros retidos	9.204	7.945

d. Reserva de lucros - A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada.

e. Lucro básico e diluído - Não há diluição de ações ordinárias para o cálculo de lucro líquido. O cálculo do lucro básico por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias.

	2025	2024
Lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias (básico e diluído)	12.918	11.151
Ações ordinárias (básico e diluído)	38.823	38.823
Resultado por ação ordinária (básico e diluído)	0,3327	0,2872

15 Receita líquida de venda de energia

	2025	2024
Receita bruta venda de energia	35.949	30.121
Ressarcimento de energia (1)	(4.437)	(2.506)
(-) PIS / COFINS	(1.235)	(1.099)
	30.277	26.516

(1) Vide nota explicativa 12(i).

16 Gastos por natureza

	2025	2024
Custo da geração de energia	(14.782)	(10.616)
Despesas gerais e administrativas	(892)	(739)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(158)	(158)
	(15.832)	(11.513)
Encargos de transmissão e conexão	(2.240)	(2.094)
Compra de energia	(990)	(381)
Liquidação financeira negativa - CCEE	(1.111)	(709)
Despesa com pessoal	(973)	(848)
Serviços de terceiros	(3.056)	(3.749)
Depreciação	(4.843)	(4.596)
Arendamentos	(452)	(412)
Manutenção	(806)	(1.022)
Aluguel	(3)	(3)
Materiais	(572)	(558)
Outras despesas administrativas	(317)	(256)
Viagens e estadias	(273)	(35)
Outros	(197)	(218)
	(15.832)	(11.513)

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP nº 2.200-2
de 24/08/2001.

A autenticidade pode ser
conferida ao lado



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente
no dia 10/04/2026

Para acessar a página de Publicações Legais no portal do
Jornal POLO BRASIL, aponte a câmera do celular
para o QR Code. Para acessar o site:
www.jornalpolobrasil.com.br



17 Resultado financeiro

	2025	2024
Despesas bancárias	(165)	(158)
IOF	(3)	(176)
Juros de financiamentos	(5.406)	(4.988)
Amortização do custo de captação	(98)	(98)
Juros e multa de mora	(1)	(39)
Custo de estruturação da dívida	(169)	(275)
Outras despesas financeiras	(4)	(49)
Total das despesas financeiras	(5.847)	(5.783)
Receita de aplicação financeira	5.494	4.305
Outras receitas financeiras	3	2
Total das receitas financeiras	5.497	4.307
Resultado financeiro	(350)	(1.476)

18 Imposto de renda e contribuição social

- A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconciliada no resultado é demonstrada como segue:

	2025	2024
Receita com venda de energia (*)	33.067	30.034
Outras receitas	998	4.307
Base de cálculo IRPJ 8% (*)	3.666	6.736
Base de cálculo CSLL 12% (*)	4.985	7.933
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%)	999	1.724
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R\$ 240 no período de 12 meses	343	650
Imposto de renda e contribuição social correntes	1.341	2.374
Taxa efetiva	15,50%	16,18%
Imposto de renda e contribuição social diferidos (**)	(174)	3

(*) A diferença na base de cálculo para apuração do imposto presumido calculada sobre a receita com venda de energia, refere-se ao saldo das provisões de receita registradas dentro de suas devidas competências. (**) O saldo refere-se ao imposto diferido sobre a provisão do faturamento.

19 Instrumentos financeiros

- A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia. A Administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros. a. Classificação contábil e valores justos de instrumentos financeiros

- Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável. A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil nas rubricas de caixa e bancos, contas a receber de clientes, partes relacionadas, financiamentos e fornecedores.

	2025		2024	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
	Custo		Custo	
Descrição	amortizado(*)	Nível 2	amortizado(*)	Nível 2
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e bancos	230	-	58	-
Aplicações financeiras	-	34.314	-	33.303
Contas a receber de clientes	6.248	-	3.396	-
Não circulante				
Aplicações financeiras vinculadas	-	8.107	-	7.579
Partes relacionadas (nota 9)	20.976	-	16.008	-
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	332	-	153	-
Financiamentos (nota 13)	5.952	-	5.370	-
Partes relacionadas (nota 9)	3.068	-	2.648	-
Não circulante				
Financiamentos (nota 13)	40.099	-	44.696	-

(*) O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo. • Caixa e bancos: são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. • Aplicações financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais. • Aplicações financeiras vinculadas: referem-se, substancialmente, aos saldos das contas reserva constituídas de acordo com os respectivos contratos de financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Os instrumentos financeiros relativos a essas contas reserva são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são mensurados ao valor justo por meio do resultado. • Financiamentos: referem-se a passivos financeiros, para fins de divulgação, estimados mediante o desconto do fluxo de caixa contratual futuro pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares. Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue: • Nível 1. Mercado ativo: Preço cotado - Um

NOTAS EXPLICATIVAS - CONTINUAÇÃO

instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento. • **Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio. • **Nível 3. Sem mercado ativo:** Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

20 Gerenciamento integrado de riscos - A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites. A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia. (i) **Risco operacional** - O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado do parque eólico. Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque eólico. (ii) **Risco de crédito** - Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros ativos da Companhia. Para mitigar o risco de crédito, a Companhia efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia:

	Valor contábil	
	2025	2024
Aplicações financeiras	34.314	33.303
Aplicações financeiras vinculadas	8.107	7.579
Contas a receber de clientes	6.248	3.396

(iii) **Risco de liquidez** - Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, para mitigar o risco de liquidez, a Companhia monitora os níveis de endividamento e o cumprimento de índices ("covenants") previstos em contratos de financiamentos. O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:

	Valor contábil	
	2025	2024
Financiamentos	46.051	50.066
Fornecedores	332	153

(iv) **Risco de mercado** - Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativo e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado. **Exposição ao risco de taxa de juros** - Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco. O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:

	2025		2024	
Ativo				
Aplicações financeiras	34.314	33.303		
Aplicações financeiras vinculadas	8.107	7.579		
	42.421	40.882		
Passivo				
Financiamentos	46.051	50.066		

A Companhia efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado da Companhia advindos da variação do CDI e do IPCA, sendo o cenário possível um aumento/redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%.

Em 31 de dezembro de 2025

Operação	Valor exposto	Risco	25%	50%
Aplicações financeiras	42.421	Redução do CDI (*)	4.741	3.160
Financiamentos	46.051	Aumento da TJLP (**)	5.221	6.265

(*) Os índices de CDI considerados foram de 14,90% a.a.

(**) Os índices de TJLP considerados foram de 9,07% a.a.

Em 31 de dezembro de 2024

Operação	Valor exposto	Risco	25%	50%
Aplicações financeiras	40.882	Redução do CDI (*)	3.725	2.484
Financiamentos	50.066	Aumento da TJLP (**)	4.650	5.580

(*) Os índices de CDI considerados foram de 12,15% a.a.

(**) Os índices de TJLP considerados foram de 7,43% a.a.

Aos Administradores e Acionistas da Morrinhos Energias Renováveis S.A

São Paulo - SP

Opinião

- Examinamos as demonstrações financeiras da Morrinhos Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Morrinhos Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras** - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 27 de março de 2026.

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-PR

Almir Eduardo Bertoncello
Contador CRC PR-052082/O

DIRETORIA

Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha - Diretora

Tonghai Chi - Diretor

Raffael Ubarana Mohamed - Contador CRC RJ - 077398/O

Campo Formoso I Energias Renováveis S.A.

CNPJ Nº 17.613.280/0001-06

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)					
	Nota	2025	2024		
Ativo				Passivo	
Caixa e equivalentes de caixa	7	11.491	9.837	Fornecedores	198
Contas a receber de clientes	8	6.202	3.482	Provisões	21.878
Despesas antecipadas		75	99	Financiamentos	6.061
Adiantamentos a fornecedores		930	898	Adiantamento de clientes	9
Tributos e contribuições a compensar		358	197	Obrigações sociais e trabalhistas	66
Outros ativos		2.782	2.762	Dividendos a pagar	2.420
				Obrigações fiscais	235
Total do ativo circulante		21.837	17.275	Imposto de renda e contribuição social a pagar	207
Contas a receber de partes relacionadas	9	18.080	13.112	Total do passivo circulante	31.074
Aplicações financeiras vinculadas	10	7.778	7.684	Provisões	-
Imobilizado	11	107.331	110.255	Financiamentos	41.632
				Tributos diferidos	335
Total do ativo não circulante		133.189	131.052	Total do passivo não circulante	41.968
				Capital social	39.971
Total do ativo		155.026	148.327	Reserva legal	2.755
				Reserva de lucros	39.258
				Total do patrimônio líquido	81.984
				Total do passivo e patrimônio líquido	155.026

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas das demonstrações financeiras (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Campo Formoso I Energias Renováveis S.A. ("Campo Formoso I" ou "Companhia"), com sede na Avenida das Nações Unidas 14.171, em São Paulo-SP, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 27 de novembro de 2012 e tem como objeto social a geração de energia elétrica, mediante exploração específica do parque eólico de Campo Formoso I, no município de Campo Formoso-BA, e destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia. A Campo Formoso I foi vencedora do Leilão de Energia A-5/2011 promovido pela ANEEL, com a autorização do projeto por 35 anos, e assinou contrato de fornecimento de energia em 01 de janeiro de 2016 por um período de 20 anos. A Companhia entrou em operação comercial em 22 de janeiro de 2016 com a produção anual estimada de 15,5 MWm (não auditado). A vigência do prazo de autorização inicia-se a partir da data de assinatura do contrato.

Companhia

Potência [MW]

Leilão

Modelo Aero

Outorga

Campo Formoso I

30

A-5 2011

G97-2MW-
HH78m

497

2 Base de preparação

Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas na nota explicativa 6. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 27 de março de 2026. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação - As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas críticas e julgamentos - Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas. As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 11** - Imobilizado (*Impairment* do ativo imobilizado);
- **Nota explicativa nº 12** - Provisão para ressarcimento (probabilidade e magnitude das saídas de recursos).

5 Base de mensuração - As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6 Resumo das políticas contábeis materiais - O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, exceto nos casos indicados em contrário.

a. Reconhecimento da receita de contrato com o cliente - A receita de vendas advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de vendas é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a companhia cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A energia produzida pela Companhia é vendida de duas formas. (i) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - ACR (Ambiente de Contratação Regulada) e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre - ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWm mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWm durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. O efeito na contabilização das receitas são consequência da garantia física de cada unidade. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas por cláusulas contratuais entre as partes, quando a entrega é inferior a garantia física, ocorre o ressarcimento descrito na nota explicativa 12 - i e quando é superior a diferença é recebida de acordo com o contrato entre as partes. A receita líquida inclui basicamente a receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS, COFINS e Ressarcimento.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras - As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre os financiamentos contratados.

c. Impostos - (i) **Impostos e contribuições sobre as receitas:** As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e à COFINS, pelas alíquotas vigentes de 0,65% e 3%, respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica. (ii) **Impostos e contribuições sobre o lucro:** Em 2025 e 2024, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de

negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. (iii) **Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **d. Imobilizado** - (i) **Reconhecimento e mensuração** - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e

Início da Outorga	Fim da Outorga	Garantia Física Comercializada [MWm]	Garantia Física solicitada alteração [MWm]	Garantia Física outorgada [MWm]
13/09/2012	13/09/2047	15,5	16,9	16,9

qualquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício. (ii) **Custos subsequentes** - Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pela Companhia. (iii) **Depreciação** - A depreciação, reconhecida no resultado, é calculada para amortizar o custo do ativo imobilizado baseada na vida útil estimada dos itens utilizando o método linear.

Taxas médias de depreciação para os dois exercícios apresentados

Classe de imobilizado	Taxa anual de depreciação
Equipamentos de informática	20%
Edificações, obras civis e benfeitorias	2%
Sistema de geração	3%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

e. Provisões - As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. **Ressarcimento** - Uma provisão para ressarcimento é reconhecida quando a entrega de energia é inferior a garantia física preestabelecida nos contratos de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas nos contratos de comercialização de energia firmados entre as partes. **f. Benefícios a empregados** - Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **g. Capital social** - As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos de transação diretamente atribuíveis a emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos. **h. Instrumentos financeiros** - **Reconhecimento e mensuração inicial** - O contas a receber de clientes partes relacionadas e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescidos, para um item não mensurado ao VJR (Valor Justo através do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **Classificação e mensuração subsequente** - **Noreconhecimento inicial**, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento de dívida; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo através do resultado). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA. **Ativos financeiros** - **Avaliação do modelo de negócio** - A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os modelos de negócios são os seguintes:

Mantido para recebimento

A Companhia detém ativos financeiros decorrentes de seu negócio de geração de energia elétrica. O objetivo do modelo de negócios para esses instrumentos financeiros é obter receita através dos contratos de venda de energia no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e/ou no Ambiente de Contratação Livre (ACL). A Companhia também detém uma carteira de títulos de dívida corporativa com o objetivo de manter um perfil de taxa de juros amplamente fixo para gerenciar sua exposição ao risco de taxa de juros.

A Companhia mantém uma carteira de títulos de dívida corporativa para fins de gerenciamento de liquidez.

A Companhia não possui ativos financeiros mantidos para negociação.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são SPPI - A Companhia

Demonstrações de Resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
Receita líquida de venda de energia	15	29.079	23.966
Custo da geração de energia	16	(13.199)	(11.072)
Lucro bruto		15.880	12.894
Despesas gerais e administrativas	16	(734)	(741)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	16	(1)	(23)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		15.145	12.130
Despesas financeiras	17	(6.042)	(5.880)
Receitas financeiras	17	2.498	1.544
Receitas (despesas) financeiras líquidas		(3.544)	(4.336)
Resultado antes dos impostos		11.601	7.794
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(1.323)	(1.424)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(89)	(6)
Lucro líquido do exercício		10.189	6.364
Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)		0,2549	0,1592

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	10.189	6.364
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	10.189	6.364

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reserva Legal	Reservas de lucro	Lucros Acum.	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	39.971	1.927	27.464	-	69.362
Lucro líquido do exercício	-	-	-	6.364	6.364
Constituição da reserva legal	14b	318	-	(318)	-
Dividendos mínimo obrigatório	14c	-	-	(1.511)	(1.511)
Reserva de lucros	14d	-	4.535	(4.535)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	39.971	2.245	31.999	-	74.215
Lucro líquido do exercício	-	-	-	10.189	10.189
Constituição da reserva legal	14b	509	-	(509)	-
Dividendos mínimo obrigatório	14c	-	-	(2.420)	(2.420)
Reserva de lucros	14d	-	7.260	(7.260)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	39.971	2.754	39.259	-	81.984

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
Lucro líquido do exercício		10.189	6.364
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	11	5.501	5.423
Provisão ressarcimento de energia	12	5.138	4.835
Juros e variações monetárias	13	5.595	5.154
Amortização de custos de transação	13	100	100
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	1.323	1.424
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	89	6
		27.935	23.306
Variações em:			
Contas a receber de clientes		(2.720)	(359)
Despesas antecipadas		24	(14)
Adiantamentos a fornecedores		(33)	403
Tributos e contribuições a compensar		(161)	(166)
Outros ativos		(19)	4.678
Partes relacionadas	9	(4.968)	(2.682)
Fornecedores		64	(164)
Provisões	12	(3.218)	(2.168)
Obrigações sociais e trabalhistas		(23)	(22)
Obrigações fiscais		(192)	(348)
Tributos diferidos		24	8
Caixa proveniente das atividades operacionais		16.714	22.472
Impostos pagos sobre o lucro		(1.117)	(1.070)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		15.597	21.402
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Aquisição de imobilizado	11	(2.576)	(8.133)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(2.576)	(8.133)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:			
Aplicações financeiras vinculadas		(94)	(2.459)
Dividendos pagos	9	(1.511)	(714)
Pagamento de principal sobre financiamentos	13	(5.410)	(4.884)
Pagamento de juros sobre financiamentos	13	(4.352)	(4.718)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(11.367)	(12.775)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		1.654	494
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		9.837	9.343
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		11.491	9.837

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. A Companhia não tinha ativos financeiros mantidos fora dos modelos de negócios comerciais que não passaram na avaliação do SPPI.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Passivos financeiros - **Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas** - Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado. **Desreconhecimento:** • **Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP nº 2.200-2
de 24/08/2001.

A autenticidade pode ser
conferida ao lado



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente
no dia 10/04/2026

Para acessar a página de Publicações Legais no portal do **Jornal POLO BRASIL** aponte a câmera do celular para o QR Code. Para acessar o site: www.jornalpolobrasil.com.br



NOTAS EXPLICATIVAS - CONTINUAÇÃO

aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. • **Passivos financeiros:** A Companhia reconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também reconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No reconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação** - Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **i. Valor recuperável de ativos (impairment) - (i) Ativos financeiros não derivativos:** Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • Inadimplência ou atrasos do devedor; • Reestruturação de um valor devido à companhia em condições não consideradas em condições normais; • Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência; • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros. **(ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado. **(iii) Ativos não financeiros:** A Companhia tem como política contábil efetuar o teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado anualmente, independentemente de haver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradora de Caixa - UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **j. Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. **CPC 51 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis** O CPC 51 substitui o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais: • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará; • As medidas de desempenho definidas pela Administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras; • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros". **Outras Normas Contábeis** - Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações CPC 48 e CPC 40); • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 48 e CPC 40).

7. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa. (i) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os saldos de aplicações financeiras referem-se a disponibilidades em conta aplicação no Banco BTG Pactual, Banco Santander e Banco Bradesco, em moeda nacional, indexada pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, com resgate imediato sem prejuízo da remuneração auferida até a data. A taxa média de remuneração da aplicação no Banco BTG Pactual, Banco Santander e Banco Bradesco foi de 95% do CDI nos dois exercícios.

8 Contas a receber de clientes

O contas a receber decorre do fornecimento de energia efetuado no mês de dezembro de 2025 a vencer em janeiro de 2026. Não existem valores de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Adicionalmente, não há expectativa de perdas com o montante de contas a receber de clientes da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para perdas de créditos esperadas.

9 Partes relacionadas - A Companhia possui operações entre as companhias do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as companhias e gestão de recursos financeiros.

Ativo não circulante

Complexo Morinhos Energias Renováveis S/A (a)

Passivo circulante

Complexo Morinhos Energias Renováveis S/A (b)

(a) Os saldos de contas a receber de partes relacionadas de longo prazo referem-se ao acordo de cooperação financeira entre as companhias e a controladora direta. Sobre este saldo não incidem juros e atualizações, assim como também não existe um prazo de vencimento determinado. (b) Os saldos de partes relacionadas referem-se aos dividendos a pagar. Para fins de demonstração de fluxo de caixa, os dividendos recebidos e pagos são apresentados nas atividades de investimento e financiamento, respectivamente. As transações entre partes relacionadas, são realizadas de acordo com os termos e condições acordados entre as partes, conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazos definidos preestabelecidos. As contas a receber/pagar não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros. **Remuneração do pessoal chave da Administração** - Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 22 de abril de 2025, foi aprovado o montante máximo global da remuneração anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2025, no valor de até R\$ 7.500, a ser distribuído entre os membros da Administração conforme deliberação interna e de acordo com o Estatuto Social da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram reconhecidas despesas com remuneração dos membros-chave da Administração no montante de R\$ 5.662 (R\$ 6.363 em 2024). A Companhia

não possui planos de benefícios pós-emprego, remuneração baseada em ações ou outras participações societárias.

10 Aplicações financeiras vinculadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os saldos de aplicações financeiras vinculadas referem-se a saldo da conta Reserva do Serviço da Dívida, Conta reserva de O&M (Operação e Manutenção) e Conta Reserva Especial com restrição de movimento para atendimento ao covenants conforme definido no contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNDES (nota explicativa 13). Tais montantes não possuem liquidez e estão aplicados em moeda nacional junto ao Banco Itaú e podem ser movimentados somente mediante autorização expressa do BNDES. As aplicações financeiras vinculadas são lastreadas em títulos públicos e indexadas pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI.

11 Imobilizado

(i) Composição do saldo

Equipamentos de informática

Edificações, obras civis e benfeitorias

Sistema de geração

Imobilizado em andamento

(ii) Movimentação do custo

Equipamentos de informática

Edificações, obras civis e benfeitorias

Sistema de geração

Imobilizado em andamento

(iii) Movimentação da depreciação

Equipamentos de informática

Edificações, obras civis e benfeitorias

Sistema de geração

Imobilizado em andamento

a. Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment) - A Administração anualmente efetua cálculo de recuperabilidade dos ativos imobilizados do Complexo Morinhos, o qual a Companhia faz parte e que representa sua Unidade Geradora de Caixa - UGC. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Administração estimou os valores recuperáveis de sua UGC baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados. O fluxo de caixa projetado levou em consideração fatores internos e externos, ajustando fatores como o volume de vendas, preços estimados para os próximos anos e elevação de despesas em linha com a expectativa de aumento no nível de operações da Companhia. A taxa de desconto utilizada foi de 11,47% a.a. (9,91% a.a. em 2024), elaborada levando em consideração o custo médio do capital (WACC). O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil, por esse motivo, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado foi contabilizada.

12 Provisões - (i) Provisão ressarcimento - A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir a energia contratual. Esta provisão é mensurada considerando os valores apurados nos relatórios emitidos pela CCEE, relatórios internos de geração de energia da Companhia, além de considerar os abatimentos dos valores de energia restringida ("constrained-off"), em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS. Ressarcimento anual à CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, ficando abaixo de 90%. Ressarcimento Quadrinial à CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia dentro do regime de tolerância de 10%, permanecendo entre 100% e 90% ao compromisso contratual. Os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), tem as seguintes características: (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia física preestabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais e quadrienais de energia; (iii) a CCEE realiza apurações anuais e quadrienais comparando a geração versus o montante contratado, conforme segue:

Geração x

Montante Contratado

Resultados

1 Abaixo de 90% Ressarcimento Anual a CCEE

2 Entre 90% a 100% Ressarcimento Quadrinial

3 Entre 100% a 130% Gera saldo positivo na apuração quadrienal

4 Acima de 130% Gera recebimento, é valorado ao PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) no Mercado de Curto Prazo (MCP), nos meses em que a energia for gerada acima do com promessa contratual

O pagamento do ressarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior, e o ressarcimento quadrienal, apurado a cada 4 anos e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR). Com o encerramento do ciclo do ressarcimento quadrienal, o saldo é transferido do longo prazo para o curto prazo. Em 22 de março de 2021 a ANEEL publicou no Diário Oficial da União a Resolução Normativa nº 927 que regulamenta o abatimento dos valores energia restringida ("constrained-off") em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS. O cálculo é realizado com base na metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de "constrained-off" de usinas eólicas objeto de CCEAR e CER disponibilizada pela CCEE conforme estabelecido no art. 8º da Resolução Normativa supracitada. Este componente é confidido como abatimento nos valores de ressarcimento. O "curtailment", conforme classificação do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), corresponde à restrição de geração e pode ocorrer por três razões: (i) Energética, quando há impossibilidade de alocação da geração na carga do sistema; (ii) Confiabilidade Elétrica, relacionada à confiabilidade de equipamentos externos às usinas, e (iii) Indisponibilidade Externa, decorrente de indisponibilidades em instalações externas às usinas. A Lei nº 15.269, sancionada em novembro de 2025, instituiu mecanismo de compensação para cortes classificados como Confiabilidade Elétrica e Indisponibilidade Externa, aplicável ao período de setembro de 2023 a novembro de 2025, conforme regulamentação. Em conformidade com a legislação aplicável, a Companhia reconheceu em suas demonstrações financeiras a compensação referente aos cortes ocorridos no período elegível, mensurado com base em dados históricos do ONS e na sistemática de ressarcimento prevista na legislação. A apuração e liquidação dos valores serão conduzidas pelas entidades responsáveis, com atualização pela variação do IPCA. A composição do saldo de provisões é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Saldo em 31 de dezembro de 2024

Saldo em 31 de dezembro de 2025

Provisão para ressarcimento curto prazo

Provisão para ressarcimento longo prazo

(ii) Provisão para desmantelamento - Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual de restauração do ativo (terreno) ou ainda de desmobilização de edificações (obras civis), fundações de qualquer natureza ou ainda vias de acesso realizadas no ativo durante o período de cessão. A Companhia não possui tais obrigações nos contratos de arrendamento firmados. Adicionalmente, será facultado à SPE apenas o uso do direito de retirada dos aerogeradores e da respectiva rede elétrica interna. Entretanto, a retirada dos aerogeradores constituiria assim, um evento de significativa materialidade em comparação aos potenciais custos de desmobilização de obras civis edificadas e vias de acesso nos imóveis e, neste contexto limitar-se-ia à utilização de horas de guindaste e mão-de-obra. Desta forma, segundo o CPC 25, parágrafo 19º, "são reconhecidas como provisão apenas as obrigações que surgem de eventos passados que existam independentemente de ações futuras da entidade", o que não se aplica neste caso, uma vez que é facultativa a retirada dos aerogeradores e rede elétrica interna, o que depende de uma tomada de decisão futura da Companhia e, por esse motivo não há obrigação presente relativa aos gastos futuro e nenhuma provisão deve ser reconhecida.

(iii) Provisão para contingências - Suportada pelos advogados que assessoram a Companhia, a Administração concluiu que as chances de perda no final do processo são avaliadas como "possíveis", totalizando o montante de R\$ 223 em 2025 (R\$ 223 em 2024).

13 Financiamentos

Operações

Indexador e taxas

Vencimento

2025

2024

BNDES (a)

BNDES (b)

Custos com a captação

Passivo circulante

Passivo não circulante

(a) Em 13 de novembro de 2015 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R\$ 58.514, com vencimento final para abril de 2032. (b) Em 02 de março de 2016 foi assinado o Contrato de abertura de Crédito para Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES mediante repasse dos recursos pelos bancos Bradesco S/A, Itaú Unibanco S/A e Banco Santander S/A (credores) no valor de R\$ 25.077, com vencimento final para abril de 2032. Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10). A Companhia mantém sua previsibilidade de pagamento dos financiamentos conforme o fluxo de caixa como segue:

2026

2027 a 2029

2030 a 2032

Total

13.1 Movimentação

Saldo inicial

Pagamento de juros

Pagamento de principal

Despesas com juros

Custos de captação amortizados

Saldo final

Para fins de demonstração de fluxo de caixa, os juros pagos são apresentados nas atividades de financiamentos. **13.2 Covenants** - A Companhia contratou financiamento com cláusulas que requerem a manutenção de determinadas condições a serem observadas, tais como: constituição, sem a prévia autorização do BNDES, de penhor ou gravame sobre quaisquer direitos, inclusive creditórios, oriundos do projeto financiado, além de desempenho satisfatório em relação a determinados indicadores financeiros. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar o vencimento antecipado das dívidas e multas. **13.2 Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - BNDES** - Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a controladora apurou um índice anual igual ou superior a 1,20 e atendeu todas as condições referentes às Cláusulas Restritivas do referido contrato. **13.3 Outras garantias** - As garantias referem-se a: Garantia fiduciária do contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES, formalizada através de carta fiança e garantia financeira dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

14 Patrimônio líquido

a. Capital social - O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ 39.971. O capital é dividido em 39.970.930 ações, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas conforme abaixo:

Acionistas

Complexo Morinhos Energias Renováveis S.A.

Controladora e controlador final - As ações da entidade são 100% do Complexo Morinhos Energias Renováveis S.A. controlada pela Atlantic Energias Renováveis S.A., a qual o controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A. (Grupo CGN Brasil). **b. Reserva legal** - A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos que eventualmente venham a ser apurados anteriormente, e limitada a 20% do capital social.

Lucro líquido do exercício

Constituição de reserva legal - 5%

c. Dividendos - Os acionistas terão direito aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Lucro líquido do exercício

Constituição de reserva legal - 5%

Dividendo mínimo obrigatório - 25%

Lucros retidos

d. Reserva de lucros - A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada. **e. Lucro básico e diluído** - Não há diluição de ações ordinárias para o cálculo de lucro líquido. O cálculo do lucro básico por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias.

Lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias (básico e diluído)

Ações ordinárias (básico e diluído)

Resultado por ação ordinária (básico e diluído)

15 Receita líquida de venda de energia

Receita bruta venda de energia

Ressarcimento de energia (1)

(-) PIS / COFINS

(1) Vide nota explicativa 12(i).

16 Gastos por natureza

Custos da geração de energia

Despesas gerais e administrativas

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

Encargos de transmissão e conexão

Compra de energia

Liquidação financeira negativa - CCEE

Serviço de pessoal

Arrendamentos

Manutenção

Materiais

Outras despesas administrativas

Viagens e estadias

Outros

17 Resultado financeiro

Despesas bancárias

IOF

Juros de financiamentos

Amortização do custo de captação

Juros e multa de mora

Custo de estruturação da dívida

Outras despesas financeiras

Despesa financeira

Receita de aplicação financeira

Outras receitas financeiras

Receita financeira

Resultado financeiro

18 Imposto de renda e contribuição social - A conciliação da despesa calculada pela aplicação

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP nº 2.200-2
de 24/08/2001.

A autenticidade pode ser
conferida ao lado



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente
no dia 10/04/2026

Para acessar a página de Publicações Legais no portal
do JORNAL POLO BRASIL, clique na câmera do celular
para o QR Code. Para acessar o site:
www.jornalpolobrasil.com.br



Campo Formoso II Energias Renováveis S.A.

CNPJ Nº 17.613.629/0001-00

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)							
	Nota	2025	2024		Nota	2025	2024
Ativo				Passivo			
Caixa e equivalentes de caixa	7	2.086	56	Fornecedores		569	301
Contas a receber de clientes	8	6.172	3.512	Provisões	12	13.728	11.924
Despesas antecipadas		75	99	Financiamentos	13	6.107	5.510
Adiantamentos a fornecedores		562	916	Obrigações sociais e trabalhistas		66	89
Tributos e contribuições a compensar		95	-	Adiantamento de clientes		9	9
Outros ativos		2.705	2.669	Dividendos a pagar	9	1.389	-
Total do ativo circulante		11.695	7.252	Obrigações fiscais		142	120
Aplicações financeiras vinculadas	10	8.278	7.683	Imposto de renda e contribuição social a pagar		229	240
Imobilizado	11	146.200	147.322	Total do passivo circulante		22.240	18.193
Total do ativo não circulante		154.478	155.005	Provisões	12	251	717
Total do ativo		166.173	162.257	Financiamentos	13	41.148	45.865
				Contas a pagar à partes relacionadas	9	6.811	6.301
				Tributos diferidos		307	226
				Total do passivo não circulante		48.517	53.109
				Capital social		82.548	82.548
				Reserva legal		1.374	1.081
				Reserva de lucros		11.493	7.325
				Total do patrimônio líquido	14	95.416	90.955
				Total do passivo e patrimônio líquido		166.173	162.257

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas das demonstrações financeiras (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Campo Formoso II Energias Renováveis S.A. ("Campo Formoso II" ou "Companhia"), com sede na Avenida das Nações Unidas 14.171, em São Paulo-SP, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 27 de novembro de 2012 e tem como objeto social a geração de energia elétrica, mediante exploração específica do parque eólico de Campo Formoso II, localizado no município de Campo Formoso-BA, e destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia. A Campo Formoso II foi vencedora do Leilão de Energia A-5/2011 promovido pela ANEEL, com a autorização do projeto por 35 anos, e assinou contrato de fornecimento de energia em 01 de janeiro de 2016 por um período de 20 anos. A Companhia entrou em operação comercial em 08 de dezembro de 2015 com a produção anual estimada de 15,5 MWm (não auditado). A vigência do prazo de autorização inicia-se a partir da data de assinatura do contrato.

negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **(iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **d. Imobilizado - (i) Reconhecimento e mensuração** - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e

Companhia	Potência [MW]	Leilão	Modelo Aero	Outorga
Campo Formoso II	30	A-5 2011	G97-2MW-HI78m	493

2 Base de preparação

Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas na nota explicativa 6. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 27 de março de 2026. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação - As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas críticas e julgamentos - Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas. As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 11** - Imobilizado (*Impairment* do ativo imobilizado);
- **Nota explicativa nº 12** - Provisão para ressarcimento (probabilidade e magnitude das saídas de recursos).

5 Base de mensuração - As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6 Resumo das políticas contábeis materiais - O Grupo aplicou às políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, exceto nos casos indicados em contrário. **a. Reconhecimento da receita de contrato com o cliente** - A receita de vendas advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de vendas é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O CPC 47 estabeleceu um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a companhia cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A energia produzida pela Companhia é vendida de duas formas. (i) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - ACR (Ambiente de Contratação Regulada) e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre - ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda a vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. O efeito na contabilização das receitas são consequência da garantia física de cada unidade. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas por cláusulas contratuais entre as partes, quando a entrega é inferior a garantia física, ocorre o ressarcimento descrito na nota explicativa 12 - i quando é superior a diferença é recebida de acordo com o contrato entre as partes. A receita líquida inclui basicamente a receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS, COFINS e Ressarcimento. **b. Receitas financeiras e despesas financeiras** - As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre os financiamentos contratados. **c. Impostos - (i) Impostos e contribuições sobre as receitas:** As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e a COFINS, pelas alíquotas vigentes de 0,65% e 3%, respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica. **(ii) Impostos e contribuições sobre o lucro:** Em 2025 e 2024, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de

Início da Outorga	Fim da Outorga	Garantia Física Comercializada [MWm]	Garantia Física solicitada alteração [MWm]	Garantia Física outorgada [MWm]
06/09/2012	06/09/2047	15,5	17,8	17,8

qualquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício. **(ii) Custos subsequentes** - Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pela Companhia. **(iii) Depreciação** - A depreciação, reconhecida no resultado, é calculada para amortizar o custo do ativo imobilizado baseada na vida útil estimada dos itens utilizando o método linear.

Taxas médias de depreciação para os dois exercícios apresentados

Classe de imobilizado	Taxa anual de depreciação
Móveis e utensílios	10%
Equipamentos de informática	20%
Edificações, obras civis e benfeitorias	2%
Sistema de geração	3%
Sistemas de transmissão e conexão	4%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

e. Provisões - As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimado a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. **Ressarcimento** - Uma provisão para ressarcimento é reconhecida quando a entrega de energia é inferior a garantia física preestabelecida nos contratos de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas nos contratos de comercialização de energia firmados entre as partes. **f. Benefícios a empregados** - Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **g. Capital social** - As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos. **h. Instrumentos financeiros - Reconhecimento e mensuração inicial** - O contas a receber de clientes partes relacionadas e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescidos, para um item não mensurado ao VJR (Valor Justo através do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **Classificação e mensuração subsequente** - No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento de dívida; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo através do resultado). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA. **Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio** - A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os modelos de negócios são os seguintes:

Mantido para recebimento e venda

Mantido para negociação

A Companhia detém ativos financeiros decorrentes de seu negócio de geração de energia elétrica. O objetivo do modelo de negócios para esses instrumentos financeiros é obter receita através dos contratos de venda de energia no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e/ou no Ambiente de Contratação Livre (ACL). A Companhia também detém uma carteira de títulos de dívida corporativa com o objetivo de manter um perfil de taxa de juros amplamente fixo para gerenciar sua exposição ao risco de taxa de juros.

A Companhia mantém uma carteira de títulos de dívida corporativa para fins de gerenciamento de liquidez.

A Companhia não possui ativos financeiros mantidos para negociação.

Demonstrações de Resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)			
	Nota	2025	2024
Receita líquida de venda de energia	15	33.063	27.316
Custo da geração de energia	16	(19.628)	(20.781)
Lucro bruto		13.435	6.535
Despesas gerais e administrativas	16	(827)	(806)
Outras receitas operacionais, líquidas	16	(566)	(753)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		12.043	4.976
Despesas financeiras	17	(6.135)	(5.956)
Receitas financeiras	17	1.086	915
Receitas (despesas) financeiras líquidas		(5.048)	(5.041)
Resultado antes dos impostos		6.994	(65)
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(1.084)	(1.260)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(60)	(2)
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		5.850	(1.327)
Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)		0,0709	(0,0161)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)			
	Nota	2025	2024
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		5.850	(1.327)
Outros resultados abrangentes		-	-
Resultado abrangente total		5.850	(1.327)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)					
	Capital Social	Reserva Legal	Reservas de lucro	Lucros Acum.	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	82.548	1.081	8.653	-	92.282
Prejuízo do exercício	-	-	-	(1.327)	(1.327)
Compensação de prejuízo	-	-	(1.327)	1.327	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	82.548	1.081	7.326	-	90.955
Lucro líquido do exercício	-	-	-	5.850	5.850
Constituição da reserva legal	14b.	292	-	(292)	-
Dividendos mínimo obrigatório	14c.	-	-	(1.389)	(1.389)
Reserva de lucros	14d.	-	4.168	(4.168)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	82.548	1.373	11.494	-	95.415

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)			
	Nota	2025	2024
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		5.850	(1.327)
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	11	7.080	6.913
Provisão ressarcimento de energia	12	2.622	2.734
Juros e variações monetárias	13	5.548	5.119
Amortização de custos de transação	13	101	101
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	1.084	1.260
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	60	2
		22.346	14.802

Variações em:

Contas a receber de clientes	(2.660)	581
Despesas antecipadas	25	(14)
Adiantamentos a fornecedores	354	(215)
Tributos e contribuições a compensar	(95)	-
Outros ativos	(36)	(891)
Partes relacionadas	9	510
Fornecedores	269	(140)
Provisões	12	(1.284)
Obrigações sociais e trabalhistas	(23)	(22)
Obrigações fiscais	(61)	(165)
Tributos diferidos	21	2

Caixa proveniente das atividades operacionais **19.365** **14.036**

Impostos pagos sobre o lucro **(1.012)** **(1.108)**

Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais **18.353** **12.928**

Fluxo de caixa das atividades de investimento:

Aquisição de imobilizado **11** **(5.959)** **(3.612)**

Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento **(5.959)** **(3.612)**

Fluxos de caixa das atividades de financiamento:

Aplicações financeiras vinculadas **(596)** **(1.292)**

Pagamento de principal sobre financiamentos **13** **(5.453)** **(4.923)**

Pagamento de juros sobre financiamentos **13** **(4.316)** **(4.686)**

Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento **(10.365)** **(10.901)**

Aumento líquido (Redução) de caixa e equivalentes de caixa **2.030** **(1.585)**

Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício **56** **1.641**

Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício **2.086** **56**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são SPPI - A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e, • Os termos que limitem o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. A Companhia não tinha ativos financeiros mantidos fora dos modelos de negócios comerciais que não passaram na avaliação do SPPI.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo.

O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desconhecimento é reconhecido no resultado.

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA **Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas** - Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso tal reconhecimento seja necessário para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desconhecimento também são reconhecidos no resultado. **Desreconhecimento:** •

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP nº 2.200-2
de 24/08/2001.

A autenticidade pode ser
conferida ao lado



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente
no dia 10/04/2026

Para acessar a página de Publicações Legais no portal
do Jornal POLO BRASIL, aponte a câmera do celular
para o QR Code. Para acessar o site:
www.jornalpolobrasil.com.br



NOTAS EXPLICATIVAS - CONTINUAÇÃO

Ativos financeiros:

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. •

Passivos financeiros:

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação** - Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **i. Valor recuperável de ativos (impairment) - (i) Ativos financeiros não derivativos:** Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • Inadimplência ou atrasos do devedor; • Reestruturação de um valor devido à companhia em condições não consideradas em condições normais; • Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência; • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiro. **(ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado. **(iii) Ativos não financeiros:** A Companhia tem como política contábil efetuar o teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado anualmente, independentemente de haver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradoras de Caixa - UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **j. Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. **CPC 51 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis** O CPC 51 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais: • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará; • As medidas de desempenho definidas pela Administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras; • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros". **Outras Normas Contábeis** - Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações CPC 48 e CPC 40); • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 48 e CPC 40).

7. Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixa e bancos	240	38
Aplicação financeira (i)	1.846	18
	2.086	56

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa. (i) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os saldos de aplicações financeiras referem-se a disponibilidades em conta aplicação no Banco BTG Pactual, Banco Santander e Banco Bradesco, em moeda nacional, indexada pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, com resgate imediato sem prejuízo da remuneração auferida até a data. A taxa média de remuneração da aplicação no Banco BTG Pactual, Banco Santander e Banco Bradesco foi de 95% do CDI nos dois exercícios.

8 Contas a receber de clientes

	2025	2024
Contas a receber	6.172	3.512
	6.172	3.512

O contas a receber decorre do fornecimento de energia relativo ao mês de dezembro de 2025 e com vencimento em janeiro de 2026. Não existem valores de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Adicionalmente, não há expectativa de perdas com o montante de contas a receber de clientes da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para perdas de crédito esperadas.

9 Partes relacionadas

A Companhia possui operações entre as companhias do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as companhias e gestão de recursos financeiros.

Passivo circulante

	2025	2024
Complexo Morinhos Energias Renováveis S/A (a)	1.389	-
	1.389	-

Passivo não circulante

	2025	2024
Complexo Morinhos Energias Renováveis S/A (b)	6.811	6.301
	6.811	6.301

(a) Os saldos de partes relacionadas referem-se aos dividendos a pagar. Para fins de demonstração de fluxo de caixa, os dividendos recebidos e pagos são apresentados nas atividades de investimento e financiamento, respectivamente. (b) Os saldos de contas a pagar à partes relacionadas de longo prazo referem-se ao acordo de cooperação financeira entre as companhias e a controladora direta. Sobre este saldo não incidem juros e atualizações, assim como também não existe um prazo de vencimento determinado. As transações entre partes relacionadas são realizadas de acordo com os termos e condições acordados entre as partes, conforme gestão de caixa do grupo não estando por prazo definidos preestabelecidos. As contas a receber/pagar não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros. **Remuneração do pessoal chave da Administração** - Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 22 de abril de 2025, foi aprovado o montante máximo global da remuneração anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2025, no valor de até R\$ 7.500, a ser distribuído entre os membros da Administração conforme deliberação interna e de acordo com o Estatuto Social da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram reconhecidas despesas com remuneração dos membros-chave da Administração no montante de R\$ 5.662 (R\$ 6.363 em 2024). A Companhia

não possui planos de benefícios pós-emprego, remuneração baseada em ações ou outras participações societárias.

10 Aplicações financeiras vinculadas

	2025	2024
Aplicações financeiras vinculadas	8.278	7.683
	8.278	7.683

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os saldos de aplicações financeiras vinculadas referem-se a saldo da conta Reserva do Serviço da Dívida, Conta reserva de O&M (Operação e Manutenção) e Conta Reserva Especial com restrição de movimento para atendimento ao covenants conforme definido no contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNDES (nota explicativa 13). Tais montantes não possuem liquidez e estão aplicados em moeda nacional junto ao Banco Itaú e podem ser movimentadas somente mediante autorização expressa do BNDES. As aplicações financeiras vinculadas são lastreadas em títulos públicos e indexadas pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI.

11 Imobilizado

(i) Composição do saldo

	2025	2024		
	Depre. acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido	
Móveis e utensílios	42	(28)	14	18
Equipamentos de informática	254	(231)	23	48
Edificações, obras civis e benfeitorias	978	(280)	698	726
Sistema de geração	212.006	(67.396)	144.610	144.619
Sistemas de transmissão e conexão	1.288	(434)	854	906
Imobilizado em andamento	1	-	1.000	-
	214.568	(68.368)	146.200	147.322

(ii) Movimentação do custo

	Movimentação em 2025				Movimentação em 2024			
	Saldo em 2024	Adições	Baixas	Transf.	Saldo em 2023	Adições	Baixas	Transf.
Móveis e utensílios	42	-	-	-	42	-	-	-
Equipamentos de informática	254	-	-	-	254	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	978	-	-	-	978	-	-	-
Sistema de geração	205.048	5.958	-	1.000	212.006	-	-	-
Sistemas de transmissão e conexão	1.288	-	-	-	1.288	-	-	-
Peças de manutenção	1.000	1	-	(1.000)	-	-	-	-
Imobilizado em andamento	208.609	5.959	-	-	214.568	-	-	-

(iii) Movimentação da depreciação

	Movimentação em 2025				Movimentação em 2024			
	Saldo em 2024	Adições	Baixas	Transf.	Saldo em 2023	Adições	Baixas	Transf.
Móveis e utensílios	(23)	(4)	-	-	(23)	(4)	-	-
Equipamentos de informática	(205)	(26)	-	-	(231)	(26)	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	(251)	(29)	-	-	(280)	(29)	-	-
Sistema de geração	(60.429)	(6.967)	-	-	(67.396)	-	-	-
Sistemas de transmissão e conexão	(380)	(54)	-	-	(434)	-	-	-
	(61.288)	(7.080)	-	-	(68.368)	-	-	-

	Movimentação em 2024				Movimentação em 2025			
	Saldo em 2023	Adições	Baixas	Transf.	Saldo em 2024	Adições	Baixas	Transf.
Móveis e utensílios	(19)	(4)	-	-	(23)	(4)	-	-
Equipamentos de informática	(175)	(30)	-	-	(205)	(26)	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	(221)	(29)	-	-	(251)	(29)	-	-
Sistema de geração	(53.634)	(8.795)	-	-	(60.429)	-	-	-
Sistemas de transmissão e conexão	(326)	(54)	-	-	(380)	-	-	-
	(54.374)	(6.913)	-	-	(61.288)	-	-	-

a. Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment)

A Administração anualmente efetua cálculo de recuperabilidade dos ativos imobilizados do Complexo Morinhos, o qual a Companhia faz parte e que representa sua Unidade Geradora de Caixa - UGC. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Administração estimou os valores recuperáveis de sua UGC baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados. O fluxo de caixa projetado levou em consideração fatores internos e externos, ajustando fatores como o volume de vendas, preços estimados para os próximos anos e elevação de despesas em linha com a expectativa de aumento no nível de operações da Companhia. A taxa de desconto utilizada foi de 11,47% a.a. (9,91% a.a. em 2024), elaborada levando em consideração o custo médio do capital (WACC). O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil, por esse motivo, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado foi contabilizada.

12 Provisões - (i) Provisão ressarcimento

A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir a energia contratual. Esta provisão é mensurada considerando os valores apurados nos relatórios emitidos pela CCEE, relatórios internos de geração de energia da Companhia, além de considerar os abatimentos dos valores de energia restringida ("constrained-off"), em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS. Ressarcimento anual à CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, ficando abaixo de 90%. Ressarcimento Quadrienal à CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia dentro do regime de tolerância de 10%, permanecendo entre 100% e 90% ao compromisso contratual. Os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), tem as seguintes características: (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia física preestabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em preços anuais e quadrienais de energia; (iii) a CCEE realiza apurações anuais e quadrienais comparando a geração versus o montante contratado, conforme segue:

Cenários	Geração x Montante Contratado	Resultados
1	Abaixo de 90%	Ressarcimento Anual a CCEE
2	Entre 90% a 100%	Ressarcimento Quadrienal
3	Entre 100% a 130%	Gera saldo positivo na apuração quadrienal
4	Acima de 130%	Gera recebimento, é valorado ao PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) no Mercado de Curto Prazo (MCP), nos meses em que a energia for gerada acima do compromisso contratual

O pagamento do ressarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior, e o ressarcimento quadrienal, apurado a cada 4 anos e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR). Com o encerramento do ciclo do ressarcimento quadrienal, o saldo é transferido do longo prazo para o curto prazo. Em 22 de março de 2021 a ANEEL publicou no Diário Oficial da União a Resolução Normativa nº 927 que regulamenta o abatimento dos valores energia restringida ("constrained-off") em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS. O cálculo é realizado com base na metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de "constrained-off" de usinas eólicas objeto de CCEAR e CER disponibilizado pela CCEE conforme estabelecido no art. 8º da Resolução Normativa supracitada. Este componente é contido como abatimento nos valores de ressarcimento. O "curtailment", conforme classificação do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), corresponde à restrição de geração e pode ocorrer por três razões: (i) Energética, quando há impossibilidade de alocação da geração na carga do sistema; (ii) Confiabilidade Elétrica, relacionada à confiabilidade de equipamentos externos às usinas; e (iii) Indisponibilidade Externa, decorrente de indisponibilidades em instalações externas às usinas. A Lei nº 15.269, sancionada em novembro de 2025, instituiu mecanismo de compensação para cortes classificados como Confiabilidade Elétrica e Indisponibilidade Externa, aplicável ao período de setembro de 2023 a novembro de 2025, conforme regulamentação. Em conformidade com a legislação aplicável, a Companhia reconheceu em suas demonstrações financeiras a compensação referente aos cortes ocorridos no período elegível, mensurado com base em dados históricos do ONS e na sistemática de ressarcimento prevista na legislação. A apuração e liquidação dos valores serão conduzidas pelas entidades responsáveis, com atualização pela variação do IPCA. A composição do saldo de provisões é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Constituição	10.039
Baixa	2.734
	(133)

Saldo em 31 de dezembro de 2024

Constituição	12.641
Baixa	2.622
	(1.284)

Saldo em 31 de dezembro de 2025

	2025	2024
Provisão para ressarcimento curto prazo	13.728	11.924
Provisão para ressarcimento longo prazo	251	717
	13.979	12.641

(ii) Provisão para desmantelamento

Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual de restauração do ativo (terreno) ou ainda de desmobilização de edificações (obras civis), fundações de qualquer natureza ou ainda vias de acesso realizadas no ativo durante o período de cessão. A Companhia não possui tais obrigações nos contratos de arrendamento firmados. Adicionalmente, será facultado à SPE apenas o uso do direito de retirada dos aerogeradores e da respectiva rede elétrica interna. Entretanto, a retirada dos aerogeradores constituiria assim, um evento de significativa materialidade em comparação aos potenciais custos de desmobilização de obras civis edificadas e vias de acesso nos imóveis e, neste contexto limitar-se-ia à utilização de horas de guindaste e mão-de-obra. Desta forma, segundo o CPC 25, parágrafo 19º, "são reconhecidas como provisão apenas as obrigações que surgem de eventos passados que existam independentemente de ações futuras da entidade", o que não se aplica neste caso, uma vez que é facultativa a retirada dos aerogeradores e rede elétrica interna, o que depende de uma tomada de decisão futura da Companhia e, por esse motivo não há obrigação presente relativa aos gastos futuro e nenhuma provisão deve ser reconhecida.

(iii) Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não existem contingências prováveis ou possíveis de qualquer natureza, conhecidas pela Administração e com base no parecer de seus assessores jurídicos, que impliquem registro de provisões e/ou divulgação.

13 Financiamentos

	Indexador e taxas anuais de juros	Vencimento final	2025	2024
Operações (moeda nacional)				
BNDES (a)	TJLP + 2,45%	15/03/2032	33.047	36.030
BNDES (b)	TJLP + 4,15%	15/03/2032	14.837	16.075
Custos com a captação			(630)	(730)
			47.255	51.375
Passivo circulante			6.107	5.510
Passivo não circulante			41.148	45.865

(a) Em 13 de novembro de 2015 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R\$ 58.414, com vencimento final para março de 2032. (b) Em 02 de março de 2016 foi assinado o Contrato de abertura de Crédito para Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES mediante repasse dos recursos pelos bancos Bradesco S/A, Itaú Unibanco S/A e Banco Santander S/A (credores) no valor de R\$ 25.035, com vencimento final para março de 2032. Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10) A Companhia mantém sua previsibilidade de pagamento dos financiamentos conforme o fluxo de caixa como segue:

	2026	6.107
2027 a 2029	21.254	
2030 a 2032	19.894	
Total	47.255	

13.1 Movimentação

	2025	2024
Saldo inicial	51.375	55.764
Pagamento de juros	(4.316)	(4.686)
Pagamento de principal	(5.453)	(4.923)
Despesas com juros	5.548	5.119
Custos de captação amortizados	101	101
Saldo final	47.255	51.375

Para fins de demonstração de fluxo de caixa, os juros pagos são apresentados nas atividades de financiamentos. **13.2 Covenants** - A Companhia contratou financiamento com cláusulas que requerem a manutenção de determinadas condições a serem observadas, tais como: constituição, sem prévia autorização do BNDES, de penhor ou gravame sobre quaisquer direitos, inclusive creditórios, oriundos do projeto financiado, além de desempenho satisfatório em relação a determinados indicadores financeiros. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar o vencimento antecipado das dívidas e/ou multas. **13.2.1 Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - BNDES** - Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a controladora apurou um índice anual igual ou superior de 1,20 e atendeu todas as condições referentes às Cláusulas Restritivas do referido contrato. **13.3 Outras garantias** - As garantias referem-se a: Garantia fiduciária do contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES, formalizada através de carta fiança e garantia financeira dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

14 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ 82.548, dividido em 82.548.447 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas conforme abaixo:

Acionistas

	2025	2024
Complexo Morinhos Energias Renováveis S.A.	82.548	82.548

Controladora e controlador final

As ações da entidade são 100% do Complexo Morinhos Energias Renováveis S.A., controlada pela Atlântic Energias Renováveis S.A., a qual o controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A. ("Grupo CGN Brasil").

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos que eventualmente venham a ser apurados anteriormente, e limitada a 20% do capital social.

	2025	2024
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	5.650	(1.327)
Constituição de reserva legal - 5%	292	-

c. Dividendos

Os acionistas terão direito aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

	2025	2024
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	5.650	(1.327)
Constituição de reserva legal - 5%	(292)	-
	5.357	-
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	(1.389)	-
Lucros retidos	4.168	-

d. Reserva de lucros

A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada.

e. Lucro básico e diluído

Não há diluição de ações ordinárias para o cálculo de lucro diluído. O cálculo do lucro básico por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias.

	2025	2024
Lucro líquido (Prejuízo) atribuído aos detentores de ações ordinárias (básico e diluído)	5.650	(1.327)
Ações ordinárias (básico e diluído)	82.548	82.548
Resultado por ação ordinária (básico e diluído)	0,0709	(0,0161)

15 Receita líquida de venda de energia

	2025	2024
Receita bruta venda de energia	36.957	31.188
Ressarcimento de energia (1)	(2.622)	(2.734)
(-) PIS / COFINS	(1.272)	(1.138)
	33.063	27.316

(1) Vide nota explicativa 12(i).

16 Gastos por natureza

	2025	2024
Custo da geração de energia	(19.628)	(20.781)
Despesas gerais e administrativas	(827)	(806)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(566)	(753)
	(21.020)	(22.340)
Encargos de transmissão e conexão	(2.425)	(2.270)
Compra de energia	(970)	(416)
Liquidação financeira negativa - CCEE	(1.087)	(771)
Despesa com pessoal	(971)	(862)
Serviço de terceiros	(2.360)	(2.282)
Depreciação	(7.080)	(6.913)
Arrendamentos	(4	



Andorinha Energias Renováveis S.A.

CNPJ Nº 17.613.512/0001-26

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)					
	Nota	2025	2024		
Ativo				Passivo	
Caixa e equivalentes de caixa	7	27.773	33.131	Fornecedores	1.313
Contas a receber de clientes	8	6.385	3.582	Provisões	20.101
Despesas antecipadas		75	97	Financiamentos	6.166
Adiantamentos a fornecedores		5.627	4.921	Obrigações sociais e trabalhistas	66
Tributos e contribuições a compensar		1.084	373	Adiantamento de clientes	11
Outros ativos		2.267	2.247	Dividendos a pagar	3.297
				Obrigações fiscais	181
Total do ativo circulante		43.209	44.351	Imposto de renda e contribuição social a pagar	198
Contas a receber de partes relacionadas	9	20.221	14.152	Total do passivo circulante	31.334
Aplicações financeiras vinculadas	10	8.047	7.730	Provisões	-
Imobilizado	11	116.312	110.763	Financiamentos	40.823
				Tributos diferidos	412
Total do ativo não circulante		144.579	132.645	Total do passivo não circulante	41.235
				Capital social	41.618
Total do ativo		187.789	176.996	Reserva legal	4.821
				Reserva de lucros	68.781
				Total do patrimônio líquido	115.220
				Total do passivo e patrimônio líquido	187.789

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas das demonstrações financeiras (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Andorinha Energias Renováveis S.A. ("Andorinha" ou "Companhia"), com sede na Avenida das Nações Unidas 14.171, em São Paulo-SP, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 26 de novembro de 2012 e tem como objeto social a geração de energia elétrica, mediante exploração específica do Parque Eólico Andorinha, na cidade de Campo Formoso - BA, e destina-se à comercialização na modalidade de produtor independente de energia. A Andorinha foi vencedora do Leilão de Energia A-5/2011 promovido pela ANEEL, com a autorização do projeto por 35 anos, e assinou contrato de fornecimento de energia em 01 de janeiro de 2016 por um período de 20 anos. A Companhia entrou em operação comercial em 14 de novembro de 2015 com a produção anual estimada de 15,9 MWm (não auditado). A vigência do prazo de autorização inicia-se a partir da data de assinatura do contrato.

Companhia	Potência [MW]	Leilão	Modelo Aero	Outorga
Andorinha	30	A-5 2011	G97-2MW-HH78m	498

2 Base de preparação

Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas na nota explicativa 6. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 27 de março de 2026. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação - As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas críticas e julgamentos - Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas. As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos próximo exercício social, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa 11** - Imobilizado (*Impairment* do ativo imobilizado);
- **Nota explicativa 12** - Provisão para ressarcimento (probabilidade e magnitude das saídas de recursos).

5 Base de mensuração - As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6 Resumo das políticas contábeis materiais - O Grupo aplicou às políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, exceto nos casos indicados em contrário.

a. Reconhecimento da receita de contrato com o cliente - A receita de vendas advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de vendas é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a companhia cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A energia produzida pela Companhia é vendida de duas formas. (i) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - ACR (Ambiente de Contratação Regulada) e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre - ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MW/h mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MW/h durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. O efeito na contabilização das receitas são consequência da garantia física de cada unidade. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas por cláusulas contratuais entre as partes, quando a entrega é inferior a garantia física, ocorre o ressarcimento descrito na nota explicativa 12 - i e quando é superior a diferença é recebida de acordo com o contrato entre as partes. A receita líquida inclui basicamente a receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS, COFINS e Ressarcimento.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras - As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre os financiamentos contratados.

c. Impostos - (i) **Impostos e contribuições sobre as receitas:** As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e à COFINS, pelas alíquotas vigentes de 0,65% e 3%, respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica. (ii) **Impostos e contribuições sobre o lucro:** Em 2025 e 2024, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de

negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. (iii) **Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **d. Imobilizado** - (i) **Reconhecimento e mensuração** - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e

Inicio da Outorga	Fim da Outorga	Garantia Física Comercializada [MWm]	Garantia Física solicitada alteração [MWm]	Garantia Física outorgada [MWm]
13/09/2012	13/09/2047	15,9	17,9	17,9

qualquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis. Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício. (ii) **Custos subsequentes** - Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pela Companhia. (iii) **Depreciação** - A depreciação, reconhecida no resultado, é calculada para amortizar o custo do ativo imobilizado baseada na vida útil estimada dos itens utilizando o método linear.

Taxas médias de depreciação para os dois exercícios apresentados

Classe de imobilizado	Taxa anual de depreciação
Equipamentos de informática	20%
Edificações, obras civis e benfeitorias	2%
Sistema de geração	3%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

e. Provisões - As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. **Ressarcimento** - Uma provisão para ressarcimento é reconhecida quando a entrega de energia é a garantia física preestabelecida nos contratos de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas nos contratos de comercialização de energia firmados entre as partes. **f. Benefícios a empregados** - Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **g. Capital social** - As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos de transação diretamente atribuíveis a emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos. **h. Instrumentos financeiros - Reconhecimento e mensuração inicial** - O contas a receber de clientes partes relacionadas e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescidos, para um item não mensurado ao VJR (Valor Justo através do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **Classificação e mensuração subsequente** - No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento de dívida; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo através do resultado). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio - A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os modelos de negócios são os seguintes:

Mantido para recebimento

A Companhia detém ativos financeiros decorrentes de seu negócio de geração de energia elétrica. O objetivo do modelo de negócios para esses instrumentos financeiros é obter receita através dos contratos de venda de energia no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e/ou no Ambiente de Contratação Livre (ACL). A Companhia também detém uma carteira de títulos de dívida corporativa com o objetivo de manter um perfil de taxa de juros amplamente fixo para gerar sua exposição ao risco de taxa de juros.

A Companhia mantém uma carteira de títulos de dívida corporativa para fins de gerenciamento de liquidez.

A Companhia não possui ativos financeiros mantidos para negociação.

Mantido para recebimento e venda

Mantido para negociação

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são SPPI - A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são

Demonstrações de Resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
Receita líquida de venda de energia	15	31.722	25.150
Custo da geração de energia	16	(14.607)	(10.764)
Lucro bruto		17.115	14.386
Despesas gerais e administrativas	16	(708)	(725)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	16	(139)	9
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		16.269	13.670
Despesas financeiras	17	(6.090)	(5.827)
Receitas financeiras	17	5.199	4.367
Receitas (despesas) financeiras líquidas		(891)	(1.460)
Resultado antes dos impostos		15.378	12.210
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(1.340)	(2.442)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(155)	(3)
Lucro líquido do exercício		13.883	9.765
Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)		0,3336	0,2346

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	13.883	9.765
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	13.883	9.765

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reserva Legal	Reservas de lucro	Lucros Acum.	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	41.618	3.639	51.932	-	97.189
Lucro líquido do exercício	-	-	-	9.765	9.765
Constituição da reserva legal	14b.	488	-	(488)	-
Dividendos mínimo obrigatório	14c.	-	-	(2.319)	(2.319)
Reserva de lucros	14d.	-	6.958	(6.958)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	41.618	4.127	58.889	-	104.634
Lucro líquido do exercício	-	-	-	13.883	13.883
Constituição da reserva legal	14b.	694	-	(694)	-
Dividendos mínimo obrigatório	14c.	-	-	(3.297)	(3.297)
Reserva de lucros	14d.	-	9.892	(9.892)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	41.618	4.821	68.781	-	115.220

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
Lucro líquido do exercício		13.883	9.765
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	11	5.174	4.876
Provisão ressarcimento de energia	12	4.509	5.410
Juros e variações monetárias	13	5.473	5.050
Amortização de custos de transação	13	96	96
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	1.340	2.442
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	155	3
		30.630	27.641

Variações em:

Contas a receber de clientes	(2.803)	565
Despesas antecipadas	22	(13)
Adiantamentos a fornecedores	(706)	(1.054)
Tributos e contribuições a compensar	(710)	(181)
Outros ativos	(20)	36
Partes relacionadas	9	(6.069)
Fornecedores	12	1.173
Provisões	(2.478)	(563)
Obrigações sociais e trabalhistas	(23)	(22)
Obrigações fiscais	(239)	(868)
Tributos diferidos	26	3

Caixa proveniente das atividades operacionais

Impostos pagos sobre o lucro

Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais

Fluxo de caixa das atividades de investimento:

Aquisição de imobilizado

Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento

Fluxos de caixa das atividades de financiamento:

Aplicações financeiras vinculadas

Dividendos pagos

Pagamento de principal sobre financiamentos

Pagamento de juros sobre financiamentos

Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento

Redução de caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício

Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitem o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. A Companhia não tinha ativos financeiros mantidos fora dos modelos de negócios comerciais que não passaram na avaliação do SPPI.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas - Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado.

Desreconhecimento -

Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP nº 2.200-2
de 24/08/2001.A autenticidade pode ser
conferida ao ladoA publicação acima foi assinada e certificada digitalmente
no dia 10/04/2026Para acessar a página de Publicações Legais no portal do
Jornal POLO BRASIL, aponte a câmera do celular
para o QR Code. Para acessar o site:
www.jornalpolobrasil.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS - CONTINUAÇÃO

aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. •

Passivos financeiros: A Companhia reconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retratada, cancelada ou expira. A Companhia também reconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação** - Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **i. Valor recuperável de ativos (impairment) - (i) Ativos financeiros não derivativos:** Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • Inadimplência ou atrasos do devedor; • Reestruturação de um valor devido à companhia em condições não consideradas em condições normais; • Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência; • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros. **(ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado. **(iii) Ativos não financeiros:** A Companhia tem como política contábil efetuar o teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado anualmente, independentemente de haver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradora de Caixa - UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **j. Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. **CPC 51 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis** O CPC 51 substituirá o CPC 28 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes requisitos principais: • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará; • As medidas de desempenho definidas pela Administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras; • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros". **Outras Normas Contábeis** - Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações CPC 48 e CPC 40); • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 48 e CPC 40).

7. Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixa e bancos	207	51
Aplicação financeira (i)	27.586	33.080
	27.793	33.131

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa. (i) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os saldos de aplicações financeiras referem-se a disponibilidades em conta aplicação no Banco BTG Pactual, Banco Santander e Banco Bradesco, em moeda nacional, indexada pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, com resgate imediato sem prejuízo da remuneração auferida até a data. A taxa média de remuneração da aplicação no Banco BTG Pactual, Banco Santander e Banco Bradesco foi de 95% do CDI nos dois exercícios.

8. Contas a receber de clientes

	2025	2024
Contas a receber	6.385	3.582
	6.385	3.582

O contas a receber decorre do fornecimento de energia efetuado no mês de dezembro de 2025 a vencer em janeiro de 2026. Não existem valores de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Adicionalmente, não há expectativa de perdas com o montante de contas a receber de clientes da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para perdas de crédito relacionadas.

9 Partes relacionadas - A Companhia possui operações entre as companhias do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as companhias e gestão de recursos financeiros.

	2025	2024
Ativo não circulante		
Complexo Morinhos Energias Renováveis S.A. (a)	20.221	14.152
	20.221	14.152
	2025	2024
Passivo circulante		
Complexo Morinhos Energias Renováveis S.A. (b)	3.297	2.319
	3.297	2.319

(a) Os saldos de contas a receber de partes relacionadas de longo prazo referem-se ao acordo de cooperação financeira entre as companhias e a controladora direta. Sobre este saldo não há juros e atualizações, assim como também não existe um prazo de vencimento determinado. (b) Os saldos de partes relacionadas referem-se aos dividendos a pagar. Para fins de demonstração de fluxo de caixa, os dividendos recebidos e pagos são apresentados nas atividades de investimento e financiamento, respectivamente. As transações entre partes relacionadas, são realizadas de acordo com os termos e condições acordados entre as partes, conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazo definidos preestabelecidos. As contas a receber/pagar não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros. **Remuneração do pessoal chave da Administração** - Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 22 de abril de 2025, foi aprovado o montante máximo global da remuneração anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2025, no valor de até R\$ 7.500, a ser distribuído entre os membros da Administração conforme deliberação interna e de acordo com o Estatuto Social da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram reconhecidas despesas com remuneração

dos membros-chave da Administração no montante de R\$ 5.862 (R\$ 6.363 em 2024). A Companhia não possui planos de benefícios pós-emprego, remuneração baseada em ações ou outras participações societárias.

10 Aplicações financeiras vinculadas

	2025	2024
Aplicações financeiras vinculadas	8.047	7.730
	8.047	7.730

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os saldos de aplicações financeiras vinculadas referem-se a saldo da conta Reserva do Serviço da Dívida, Conta reserva de O&M (Operação e Manutenção) e Conta Reserva Especial com restrição de movimento para atendimento ao covenants conforme definido no contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNDES (nota explicativa 13). Tais montantes não possuem liquidez e estão aplicados em moeda nacional junto ao Banco Itaú e podem ser movimentadas somente mediante autorização expressa do BNDES. As aplicações financeiras vinculadas são lastreadas em títulos públicos e indexadas pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI.

11 Imobilizado**(i) Composição do saldo**

	2025	2024
	Depre. Custo	Saldo acumulada líquido líquido
Equipamentos de informática	23	(11) 12
Edificações, obras civis e benfeitorias	678	(198) 480
Sistema de geração	157.718	(46.673) 111.044
Sistemas de transmissão e conexão	4.775	- 4.775
Imobilizado em andamento	1	- 4.629
	163.194	(46.882) 110.763

	2024	2023
	Depre. Custo	Saldo acumulada líquido líquido
Equipamentos de informática	23	(6) 17
Edificações, obras civis e benfeitorias	678	(179) 499
Sistema de geração	147.141	(41.523) 105.618
Pecas de manutenção	-	- 259
Imobilizado em andamento	4.629	- 4.416
	152.471	(41.708) 110.763

(ii) Movimentação do custo

	Movimentação em 2025	
	Saldo em 2024	Saldo em 2025
Equipamentos de informática	23	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	678	-
Sistema de geração	147.141	10.577
Sistemas de transmissão e conexão	-	-
Imobilizado em andamento	4.629	147
	152.471	10.724

	Movimentação em 2024	
	Saldo em 2023	Saldo em 2024
Equipamentos de informática	23	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	678	-
Sistema de geração	137.332	9.809
Pecas de manutenção	259	(259)
Imobilizado em andamento	4.416	213
	142.708	10.022

(iii) Movimentação da depreciação

	Movimentação em 2025	
	Saldo em 2024	Saldo em 2025
Equipamentos de informática	(6)	(5)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(179)	(19)
Sistema de geração	(41.523)	(5.150)
	(41.708)	(5.174)

	Movimentação em 2024	
	Saldo em 2023	Saldo em 2024
Equipamentos de informática	(2)	(5)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(160)	(19)
Sistema de geração	(36.672)	(4.852)
	(36.833)	(4.876)

a. Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment) - A Administração anualmente efetua cálculo de recuperabilidade dos ativos imobilizados do Complexo Morinhos, o qual a Companhia faz parte e que representa sua Unidade Geradora de Caixa - UGC. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Administração estimou os valores recuperáveis de sua UGC baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados. O fluxo de caixa projetado levou em consideração fatores internos e externos, ajustando fatores como o volume de vendas, preços estimados para os próximos anos e elevação de despesas em linha com a expectativa de aumento no nível de operações da Companhia. A taxa de desconto utilizada foi de 11,47% a.a. (9,91% a.a. em 2024), elaborada levando em consideração o custo médio do capital (WACC). O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil, por esse motivo, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado foi contabilizada.

12 Provisões - (i) Provisão ressarcimento - A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir a energia contratual. Esta provisão é mensurada considerando os valores apurados nos relatórios emitidos pela CCEE, relatórios internos de geração de energia da Companhia, além de considerar os abatimentos dos valores de energia restringida ("constrained-off"), em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS. Ressarcimento anual à CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, ficando abaixo de 90%. Ressarcimento Quadrinial à CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia dentro do regime de tolerância de 10%, permanecendo entre 100% e 90% ao compromisso contratual. Os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), tem as seguintes características; (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia física preestabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais e quadriennais de energia; (iii) a CCEE realiza apurações anuais e quadriennais comparando a geração versus o montante contratado, conforme segue:

Genários	Geração x Montante Contratado	Resultados
1	Abaixo de 90%	Ressarcimento Anual a CCEE
2	Entre 90% a 100%	Ressarcimento Quadrinial
3	Entre 100% a 130%	Gera saldo positivo na apuração quadriennal
4	Acima de 130%	Gera recebimento, é valorado ao PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) no Mercado de Curto Prazo (MCP), nos meses em que a energia for gerada acima do com promissio contratual

O pagamento do ressarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior, e o ressarcimento quadriennal, apurado a cada 4 anos e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR). Com o encerramento do ciclo do ressarcimento quadriennal, o saldo é transferido para o balanço patrimonial. Em 22 de março de 2021 a ANEEL publicou no Diário Oficial da União a Resolução Normativa nº 927 que regulamenta o abatimento dos valores energia restringida ("constrained-off") em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS. O cálculo é realizado com base na metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de "constrained-off" de usinas eólicas objeto de CCEAR e CER disponibilizada pela CCEE conforme estabelecido no art. 8º da Resolução Normativa supracitada. Este componente é confido como abatimento nos valores de ressarcimento. O "curtailment", conforme classificação do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), corresponde à restrição de geração e pode ocorrer por três razões: (i) Energética, quando há impossibilidade de alocação da geração na carga do sistema; (ii) Confiabilidade Elétrica, relacionada à confiabilidade de equipamentos externos às usinas; e (iii) Indisponibilidade Externa, decorrente de indisponibilidades em instalações externas às usinas. A Lei nº 15.269, sancionada em novembro de 2025, instituiu mecanismo de compensação para cortes classificados como Confiabilidade Elétrica e Indisponibilidade Externa, aplicável ao período de setembro de 2023 a novembro de 2025, conforme regulamentação. Em conformidade com a legislação aplicável, a Companhia reconheceu em suas demonstrações financeiras a compensação referente aos cortes ocorridos no período elegível,

mensurado com base em dados históricos do ONS e na sistemática de ressarcimento prevista na legislação. A apuração e liquidação dos valores serão conduzidas pelas entidades responsáveis, com atualização pela variação do IPCA. A composição do saldo de provisões é como segue:

	2025	2024
Saldo em 31 de dezembro de 2023	13.224	
Constituição	5.410	
Baixa	(563)	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	18.071	
Constituição	4.509	
Baixa	(2.478)	
Saldo em 31 de dezembro de 2025	20.101	
	2025	2024
Provisão para ressarcimento curto prazo	20.101	17.329
Provisão para ressarcimento longo prazo	-	742
	20.101	18.071

(ii) Provisão para desmantelamento - Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual de restauração do ativo (terreno) ou ainda de desmobilização de edificações (obras civis), fundações de qualquer natureza ou ainda vias de acesso realizadas no ativo durante o período de cessão. A Companhia não possui tais obrigações nos contratos de arrendamento firmados. Adicionalmente, será facultado à SPE apenas o uso do direito de retirada dos aerogeradores e da respectiva rede elétrica interna. Entretanto, a retirada dos aerogeradores constituiria assim, um evento de significativa materialidade em comparação aos potenciais custos de desmobilização de obras civis edificadas e vias de acesso nos imóveis e, neste contexto limitar-se-ia à utilização de horas de guindaste e mão-de-obra. Desta forma, segundo o CPC 25, parágrafo 19º, "são reconhecidas como provisão apenas as obrigações que surgem de eventos passados que existam independentemente de ações futuras da entidade", o que não se aplica neste caso, uma vez que é facultativa a retirada dos aerogeradores e rede elétrica interna, o que depende de uma tomada de decisão futura da Companhia e, por esse motivo não há obrigação presente relativa aos gastos futuro e nenhuma provisão deve ser reconhecida.

(iii) Provisão para contingências - Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não existem contingências prováveis ou possíveis de qualquer natureza, conhecidas pela Administração e com base no parecer de seus assessores jurídicos, que impliquem registro de provisões e/ou divulgação.

13 Financiamentos

Operações (moeda nacional)	Indexador e taxas anuais de juros	Vencimento final	2025	2024
BNDES (a)	T.JLP + 2,45%	15/02/2032	33.359	36.429
BNDES (b)	T.JLP + 4,15%	15/02/2032	14.242	15.458
Custos com a captação			(6.12)	(709)
			46.989	51.179

Passivo circulante

Passivo não circulante	6.166	5.588
	40.823	45.611

(a) Em 13 de novembro de 2015 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R\$ 82.142, com vencimento final para fevereiro de 2032. (b) Em 02 de março de 2016 foi assinado o Contrato de abertura de Crédito para Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES mediante repasse dos recursos pelos bancos Bradesco S.A., Itaú Unibanco S.A. e Banco Santander S.A. (credores) no valor de R\$ 25.579, com vencimento final para fevereiro de 2032. Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10). A Companhia mantém sua previsibilidade de pagamento dos financiamentos conforme o fluxo de caixa como segue:

	2025	2024
2026	6.166	
2027 a 2029	21.433	
2030 a 2032	19.390	
	46.989	

13.1 Movimentação

	2025	2024
Saldo inicial	51.179	55.632
Pagamento de juros	(4.247)	(4.618)
Pagamento de principal	(5.512)	(4.981)
Despesas com juros	5.473	5.050
Custos de captação amortizados	96	96
Saldo final	46.989	51.179

Para fins de demonstração de fluxo de caixa, os juros pagos são apresentados nas atividades de financiamentos. **13.2 Covenants** - A Companhia contratou financiamento com cláusulas que requerem a manutenção de determinadas condições a serem observadas, tais como: constituição, sem a prévia autorização do BNDES, de penhor ou gravame sobre quaisquer direitos, inclusive creditórios, oriundos do projeto financiado, além de desempenho satisfatório em relação a determinados indicadores financeiros. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar no vencimento antecipado das dívidas e/ou multas. **13.2.1 Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - BNDES** - Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a controladora apurou um índice anual igual ou superior de 1,20 e atendeu todas as condições referentes as Cláusulas Restritivas do referido contrato. **13.3 Outras garantias** - As garantias referem-se a: Garantia fidejussória do contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES, formalizada através de carta fiança e garantia financeira dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

14. Patrimônio Líquido

a. Capital social - O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ 41.618, dividido em 41.618 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas conforme abaixo:

	2025	2024
Acionistas		
Complexo Morinhos Energias Renováveis S.A.	41.618	41.618
Controladora e controlador final - As ações da entidade são 100% do Complexo Morinhos Energias Renováveis S.A. controlada pela Atlantic Energias Renováveis S.A., a qual o controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A. ("Grupo CGN Brasil"). b. Reserva legal - A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos que eventualmente venham a ser apurados anteriormente, e limitada a 20% do capital social.		

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	13.883	9.765
Constituição de reserva legal - 5%	694	488

	2025	2024
c. Dividendos - Os acionistas terão direito aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.		
Lucro líquido do exercício	13.883	9.765
Constituição de reserva legal - 5%	(694)	(488)
	13.189	9.277

	2025	2024
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	(3.297)	(2.319)
Lucros retidos	9.892	6.958
Controladora e controlador final - As ações da entidade são 100% do Complexo Morinhos Energias Renováveis S.A. controlada pela Atlantic Energias Renováveis S.A., a qual o controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A. d. Reserva de lucros - A reserva de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada. e. Lucro básico e diluído - Não há diluição de ações ordinárias para o cálculo de lucro líquido. O cálculo do lucro básico por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias.		

	2025	2024
Lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias (básico e diluído)	13.883	9.765
Ações ordinárias (básico e diluído)	41.618	41.618
Resultado por ação ordinária (básico e diluído)	0,3336	0,2346

15 Receita líquida de venda de energia

	2025	2024
Receita bruta de venda de energia	37.524	31.716
Ressarcimento de energia (1)	(4.509)	(5.410)
(-) PIS / COFINS	(1.293)	(1.156)
	31.722	25.150

(1) Vide nota explicativa 12(i).

16 Gastos por natureza

	2025	2024
Custo da geração de energia	(14.607)	(10.764)
Despesas gerais e administrativas	(708)	(725)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(139)	9
	(15.454)	(11.480)
Encargos de transmissão e conexão	(2.241)	(2.094)
Compra de energia	(1.033)	
Liquidação financeira negativa - CCEE	(954)	(674)
Despesa com pessoal	(888)	(770)
Serviços de terceiros	(2.539)	(887)
Depreciação	(5.174)	(4.876)
Arrendamentos	(489)	(444)

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP nº 2.200-2
de 24/08/2001.

A autenticidade pode ser
conferida ao lado



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente
no dia 10/04/2026

Para acessar a página de Publicações Legais no portal
do JORNAL POLO BRASIL, aponte a câmera do celular
para o QR Code. Para acessar o site:
www.jornalpolobrasil.com.br



Manutenção

(749)

(1.018)

Materiais

(973)

19

Outras despesas administrativas

(235)

(253)

Viagens e estadias

-

(57)

Outros

(177)

(49)

(15.454)

(11.480)

17 Resultado financeiro

2025

2024

Despesas bancárias

(161)

(154)

IOF

(4)

(167)

Juros de financiamentos

(5.473)

(5.050)

Amortização do custo de captação

(96)

(96)

Custo de estruturação da dívida

(175)

(282)

Juros e multa de mora

-

(37)

Outras despesas financeiras

(180)

(41)

Total das despesas financeiras

(6.090)

(5.827)

Receita de aplicação financeira

5.167

4.275

Outras receitas financeiras

33

92

Total das receitas financeiras

5.199

4.367

Resultado financeiro líquido

(891)

(1.460)

18 Imposto de renda e contribuição social - A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:

2025

2024

Receita com venda de energia (*)

34.700

31.637

Outras receitas

853

4.367

Base de cálculo IRPJ 8% (*)

3.646

6.919

Base de cálculo CSLL 12% (*)

5.031

8.181

Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%)

1.000

1.774

Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R\$ 240 no período de 12 meses

341

668

Imposto de renda e contribuição social correntes

1.340

2.442

Taxa efetiva

15,45%

16,17%

Imposto de renda e contribuição social diferidos (**)

155

3

(*) A diferença na base de cálculo para apuração do imposto presumido calculada sobre a receita com venda de energia, refere-se ao saldo das provisões de receita registradas dentro de suas devidas competências. (**) O saldo refere-se ao imposto diferido sobre a provisão do faturamento de dezembro.

19 Instrumentos financeiros - A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros. a. Classificação contábil e valores justos de instrumentos financeiros - Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável. A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil nas rubricas de caixa e bancos, contas a receber de clientes, partes relacionadas, financiamentos e fornecedores.

2025

2024

Valor contábil

Valor justo

Valor contábil

Valor justo

Custo

Custo

amortizado(*)

Nível 2

amortizado(*)

Nível 2

Descrição

Ativos financeiros

Circulante

Caixa e bancos

207

-

51

-

Aplicações financeiras

-

27.566

-

33.080

Contas a receber de clientes

6.385

-

3.582

-

Não circulante

Aplicações financeiras vinculadas

-

8.047

-

7.730

Partes relacionadas (nota 9)

20.221

-

14.152

-

Passivos financeiros

Circulante

Fornecedores

1.313

-

140

-

Financiamentos (nota 13)

6.166

-

5.568

-

Partes relacionadas (nota 9)

3.297

-

2.319

-

Não circulante

Financiamentos (nota 13)

40.823

-

45.611

-

(*) O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo. • Caixa e bancos: são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. • Aplicações financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais. • Aplicações financeiras vinculadas: referem-se, substancialmente, aos saldos das contas reserva constituídas de acordo com os respectivos contratos de financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Os instrumentos financeiros relativos a essas contas reserva são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são mensurados ao valor justo por meio do resultado. • Financiamentos: referem-se a passivos financeiros, para fins de divulgação, estimados mediante o desconto do fluxo de caixa contratual futuro pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares. Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue: • Nível 1.

Mercado ativo: Preço cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem prontos e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento. • Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio. • Nível 3. Sem mercado ativo: Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

20 Gerenciamento integrado de riscos - A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites. A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia. (i) Risco operacional - O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado do parque eólico. Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque eólico. (ii) Risco de crédito - Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros ativos da Companhia. Para mitigar o risco de crédito, a Companhia efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia:

Valor contábil

2025

2024

Aplicações financeiras

27.566

33.080

Aplicações financeiras vinculadas

8.047

7.730

Contas a receber de clientes

6.385

3.582

iii) Risco de liquidez - Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, para mitigar o risco de liquidez, a Companhia monitora os níveis de endividamento e o cumprimento de índices ("covenants") previstos em contratos de financiamentos. O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:

Valor contábil

2025

2024

Financiamentos

46.989

51.179

Fornecedores

1.313

140

(iv) Risco de mercado - Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado. Exposição ao risco de taxa de juros - Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco. O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:

2025

2024

Ativo

Aplicações financeiras

27.566

33.080

Aplicações financeiras vinculadas

8.047

7.730

35.613

40.810

Passivo

Financiamentos

46.989

51.179

A Companhia efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado da Companhia advindos da variação do CDI e do IPCA, sendo o cenário possível um aumento/redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%.

Em 31 de dezembro de 2025

Operação

Valor exposto

Risco

25%

50%

Aplicações financeiras

35.613

Redução do CDI (*)

3.980

2.853

Financiamentos

46.989

Aumento da TJLP (**)

5.327

6.363

(*) Os índices de CDI considerados foram de 14,90% a.a.

(**) Os índices de TJLP considerados foram de 9,07% a.a.

Em 31 de dezembro de 2024

Operação

Valor exposto

Risco

25%

50%

Aplicações financeiras

40.810

Redução do CDI (*)

3.719

2.479

Financiamentos

51.179

Aumento da TJLP (**)

4.753

5.704

(*) Os índices de CDI considerados foram de 12,15% a.a.

(**) Os índices de TJLP considerados foram de 7,43% a.a.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da Andorinha Energias Renováveis S.A

São Paulo - SP

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da Andorinha Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Andorinha Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção no nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 27 de março de 2026.

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-PR

Almir Eduardo Bertoncello

Contador

CRC PR-052082/O

DIRETORIA

Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha - Diretora

Tonghai Chi - Diretor

Raffael Ubarana Mohamed - Contador CRC RJ - 077398/O





Sertão Energias Renováveis S.A.

CNPJ Nº 17.613.432/0001-70

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024		Nota	2025	2024
Ativo				Passivo			
Caixa e equivalentes de caixa	7	25.785	24.538	Fornecedores		308	77
Contas a receber de clientes	8	5.825	3.050	Provisões	12	12.873	13.088
Despesas antecipadas		75	93	Financiamentos	13	5.143	4.640
Adiantamentos a fornecedores		338	2.147	Obrigações sociais e trabalhistas		66	89
Tributos e contribuições a compensar		452	3	Adiantamento de clientes		8	8
Outros ativos		1.988	1.972	Dividendos a pagar	9	3.233	2.056
				Obrigações fiscais		176	131
Total do ativo circulante		34.462	31.803	Imposto de renda e contribuição social a pagar		179	207
Contas a receber de partes relacionadas	9	18.084	13.117	Total do passivo circulante		21.986	20.296
Aplicações financeiras vinculadas	10	7.362	7.124	Provisões	12	-	624
Imobilizado	11	106.649	106.854	Financiamentos	13	35.333	39.286
				Tributos diferidos		363	197
Total do ativo não circulante		132.096	127.095	Total do passivo não circulante		35.696	40.107
				Capital social		52.153	52.153
Total do ativo		166.558	158.899	Reserva legal		3.719	3.038
				Reserva de lucros		53.005	43.306
				Total do patrimônio líquido	14	108.876	98.497
				Total do passivo e patrimônio líquido		166.558	158.899

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas das demonstrações financeiras (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Sertão Energias Renováveis S.A. ("Sertão" ou "Companhia"), com sede na Avenida das Nações Unidas 14.171, em São Paulo-SP, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 27 de novembro de 2012 e tem como objeto social a geração de energia elétrica, mediante exploração específica do Parque Eólico de Sertão, na cidade de Campo Formoso - BA, e destina-se à comercialização na modalidade de produtor independente de energia. A Sertão foi vencedora do Leilão de Energia A-5/2011 promovido pela ANEEL, com a autorização do projeto por 35 anos, e assinou contrato de fornecimento de energia em 01 de janeiro de 2016 por um período de 20 anos. A Companhia entrou em operação comercial em 01 de janeiro de 2016 com a produção anual estimada de 12,7 MW/m (não auditado). A vigência do prazo de autorização inicia-se a partir da data de assinatura do contrato.

Companhia	Potência [MW]	Leilão	Modelo Aero	Outorga
Sertão	30	A-5 2011	G97-2MW-HI78m	500

2 Base de preparação

Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas na nota explicativa 6. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia 27 de março de 2026. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação - As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas críticas e julgamentos - Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas. As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 11** - Imobilizado (*Impairment* do ativo imobilizado);
- **Nota explicativa nº 12** - Provisão para ressarcimento (probabilidade e magnitude das saídas de recursos).

5 Base de mensuração - As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6 Resumo das políticas contábeis materiais - O Grupo aplicou às políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, exceto nos casos indicados em contrário.

a. Reconhecimento da receita de contrato com o cliente - A receita de vendas advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de vendas é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O CPC 47 estabeleceu um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a companhia cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A energia produzida pela Companhia é vendida de duas formas. (i) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - ACR (Ambiente de Contratação Regulada) e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre - ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda a vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. O efeito na contabilização das receitas são consequência da garantia física de cada unidade. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas por cláusulas contratuais entre as partes, quando a entrega é inferior a garantia física, ocorre o ressarcimento descrito na nota explicativa 12 - i quando é superior a diferença é recebida de acordo com o contrato entre as partes. A receita líquida inclui basicamente a receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS, COFINS e Ressarcimento.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras - As despesas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras. As receitas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre os financiamentos contratados.

c. Impostos - (i) **Impostos e contribuições sobre as receitas:** As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e à COFINS, pelas alíquotas vigentes de 0,65% e 3%, respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica. (ii) **Impostos e contribuições sobre o lucro:** Em 2025 e 2024, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de

negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. (iii) **Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. d. **Imobilizado** - (i) **Reconhecimento e mensuração** - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e

		Garantia Física Comercializada [MWm]	Garantia Física solicitada alteração [MWm]	Garantia Física outorgada [MWm]
Início da Outorga	Fim da Outorga			
13/09/2012	13/09/2047	12,7	14,8	14,8

quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício. (ii) **Custos subsequentes** - Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pela Companhia. (iii) **Depreciação** - A depreciação, reconhecida no resultado, é calculada para amortizar o custo do ativo imobilizado baseada na vida útil estimada dos itens utilizando o método linear.

Taxas médias de depreciação para os dois exercícios apresentados

Classe de imobilizado	Taxa anual de depreciação
Equipamentos de informática	20%
Edificações, obras civis e benfeitorias	2%
Sistema de geração	3%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

e. Provisões - As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros inicialmente a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. **Ressarcimento** - Uma provisão para ressarcimento é reconhecida quando a entrega de energia é inferior a garantia física preestabelecida nos contratos de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas nos contratos de comercialização de energia firmados entre as partes. f. **Benefícios a empregados** - Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. g. **Capital social** - As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos. h. **Instrumentos financeiros - Reconhecimento e mensuração inicial** - O contas a receber de clientes partes relacionadas e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescidos, para um item não mensurado ao VJR (Valor Justo através do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **Classificação e mensuração subsequente** - No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento de dívida; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo através do resultado). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio - A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os modelos de negócios são os seguintes:

Mantido para recebimento - A Companhia detém ativos financeiros decorrentes de seu negócio de geração de energia elétrica. O objetivo do modelo de negócios para esses instrumentos financeiros é obter receita através dos contratos de venda de energia no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e/ou no Ambiente de Contratação Livre (ACL). A Companhia também detém uma carteira de títulos de dívida corporativa com o objetivo de manter um perfil de taxa de juros amplamente fixo para gerar sua exposição ao risco de taxa de juros.

A Companhia mantém uma carteira de títulos de dívida corporativa para fins de gerenciamento de liquidez.

A Companhia não possui ativos financeiros mantidos para negociação.

Mantido para recebimento e venda

Mantido para negociação

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são SPPI - A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são

Demonstrações de Resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
Receita líquida de venda de energia	15	29.581	23.570
Custo da geração de energia	16	(12.996)	(10.550)
Lucro bruto		16.585	13.020
Despesas gerais e administrativas	16	(704)	(722)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	16	(16)	(0)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		15.864	12.297
Despesas financeiras	17	(5.152)	(5.083)
Receitas financeiras	17	4.295	3.433
Receitas (despesas) financeiras líquidas		(857)	(1.650)
Resultado antes dos impostos		15.008	10.647
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(1.254)	(1.985)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(141)	(3)
Lucro líquido do exercício		13.613	8.659
Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)		0,2610	0,1660

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	13.613	8.659
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	13.613	8.659

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Nota	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de lucros	Lucros Acum.	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		52.153	2.605	37.137	-	91.895
Lucro líquido do exercício		-	-	-	8.659	8.659
Constituição da reserva legal	14b.	-	433	-	(433)	-
Dividendos mínimo obrigatório	14c.	-	-	-	(2.057)	(2.057)
Reserva de lucros	14d.	-	-	6.169	(6.169)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		52.153	3.038	43.306	-	98.497
Lucro líquido do exercício		-	-	-	13.613	13.613
Constituição da reserva legal	14b.	-	681	-	(681)	-
Dividendos mínimo obrigatório	14c.	-	-	-	(3.233)	(3.233)
Reserva de lucros	14d.	-	-	9.699	(9.699)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		52.153	3.718	53.005	-	108.877

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
Lucro líquido do exercício		13.613	8.659
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	11	4.934	4.703
Provisão ressarcimento de energia	12	2.049	2.653
Juros e variações monetárias	13	4.747	4.373
Amortização de custos de transação	13	86	86
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	1.254	1.985
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	141	3
		26.824	22.462

Variações em:

Contas a receber de clientes	(2.775)	441
Despesas antecipadas	19	(13)
Adiantamentos a fornecedores	1.809	(794)
Tributos e contribuições a compensar	(449)	-
Outros ativos	(15)	39
Partes relacionadas	9	(4.968)
Fornecedores	231	(377)
Provisões	12	(2.886)
Obrigações sociais e trabalhistas	(23)	(22)
Obrigações fiscais	(253)	(680)
Tributos diferidos	25	3

Caixa proveniente das atividades operacionais **17.538** **17.540**

Impostos pagos sobre o lucro **(984)** **(1.243)**

Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais **16.554** **16.297**

Fluxo de caixa das atividades de investimento:

Aquisição de imobilizado 11 **(4.729)** **(9.417)**

Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento **(4.729)** **(9.417)**

Fluxos de caixa das atividades de financiamento:

Aplicações financeiras vinculadas	(238)	(1.702)
Dividendos pagos	9	(2.056)
Pagamento de principal sobre financiamentos	13	(4.591)
Pagamento de juros sobre financiamentos	13	(3.693)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(10.578)	(11.247)
Aumento líquido (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	1.247	(4.368)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	24.538	28.906
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	25.785	24.538

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e, • Os termos que limitem o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. A Companhia não tinha ativos financeiros mantidos fora dos modelos de negócios comerciais que não passaram na avaliação do SPPI.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

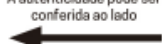
A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Instrumentos de dívida

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas - Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado. **Desreconhecimento** - **Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP nº 2.200-2
de 24/08/2001.

A autenticidade pode ser
conferida ao lado



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente
no dia 10/04/2026

Para acessar a página de Publicações Legais no portal
do Jornal POLO BRASIL, aponte a câmera do celular
para o QR Code. Para acessar o site:
www.jornalpolobrasil.com.br



NOTAS EXPLICATIVAS - CONTINUAÇÃO

aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros: A Companhia reconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retratada, cancelada ou expira. A Companhia também reconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação** - Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **i. Valor recuperável de ativos (impairment) - (i) Ativos financeiros não derivativos:** Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • Inadimplência ou atrasos do devedor; • Reestruturação de um valor devido à companhia em condições não consideradas em condições normais; • Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência; • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros. **(ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado. **(iii) Ativos não financeiros:** A Companhia tem como política contábil efetuar o teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado anualmente, independentemente de haver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradoras de Caixa - UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **j. Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. **CPC 51 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis** O CPC 51 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais: • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará; • As medidas de desempenho definidas pela Administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras; • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros". **Outras Normas Contábeis** - Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações CPC 48 e CPC 40); • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 48 e CPC 40).

7. Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixa e bancos	241	50
Aplicações financeiras (i)	25.544	24.488
	25.785	24.538

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa. (i) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os saldos de aplicações financeiras referem-se a disponibilidades em conta aplicação no Banco BTG Pactual, Banco Santander e Banco Bradesco, em moeda nacional, indexada pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, com resgate imediato sem prejuízo da remuneração auferida até a data. A taxa média de remuneração da aplicação no Banco BTG Pactual, Banco Santander e Banco Bradesco foi de 95% do CDI nos dois exercícios.

8 Contas a receber de clientes

	2025	2024
Contas a receber	5.825	3.050
	5.825	3.050

O contas a receber decorre do fornecimento de energia relativo ao mês de dezembro de 2025 e com vencimento em janeiro de 2026. Não existem valores de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Adicionalmente, não há expectativa de perdas com o montante de contas a receber de clientes da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para perdas esperadas.

9 Partes relacionadas - A Companhia possui operações entre as companhias do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as companhias e gestão de recursos financeiros.

Ativo não circulante

	2025	2024
Complexo Morinhos Energias Renováveis S.A. (a)	18.084	13.117
	18.084	13.117

Passivo circulante

	2025	2024
Complexo Morinhos Energias Renováveis S.A. (b)	3.233	2.056
	3.233	2.056

(a) Os saldos de contas a receber de partes relacionadas de longo prazo referem-se ao acordo de cooperação financeira entre as companhias e a controladora direta. Sobre este saldo não incidem juros e atualizações, assim como também não existe um prazo de vencimento determinado. (b) Os saldos de partes relacionadas referem-se aos dividendos a pagar. Para fins de demonstração de fluxo de caixa, os dividendos recebidos e pagos são apresentados nas atividades de investimento e financiamento, respectivamente. As transações entre partes relacionadas, são realizadas de acordo com os termos e condições acordados entre as partes, conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazo definidos preestabelecidos. As contas a receber/pagar não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros. **Remuneração do pessoal chave da Administração** - Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 22 de abril de 2025, foi aprovado o montante máximo global da remuneração anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2025, no valor de até R\$ 7.500, a ser distribuído entre os membros da Administração conforme deliberação interna e de acordo com o Estatuto Social da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram reconhecidas despesas com remuneração

dos membros-chave da Administração no montante de R\$ 5.862 (R\$ 6.363 em 2024). A Companhia não possui planos de benefícios pós-emprego, remuneração baseada em ações ou outras participações societárias.

10 Aplicações financeiras vinculadas

	2025	2024
Aplicações financeiras vinculadas	7.362	7.124
	7.362	7.124

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os saldos de aplicações financeiras vinculadas referem-se a saldo da conta Reserva do Serviço da Dívida, Conta reserva de O&M (Operação e Manutenção) e Conta Reserva Especial com restrição de movimento para atendimento ao covenants conforme definido no contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNDES (nota explicativa 13). Tais montantes não possuem liquidez e estão aplicados em moeda nacional junto ao Banco Itaú e podem ser movimentadas somente mediante autorização expressa do BNDES. As aplicações financeiras vinculadas são lastreadas em títulos públicos e indexadas pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI.

11 Imobilizado**(i) Composição do saldo**

	2025	2024
	Depre. Saldo	Saldo
	Custo acumulado líquido	líquido
Equipamentos de informática	79 (43)	36
Edificações, obras civis e benfeitorias	645 (188)	457
Sistema de geração	152.185 (46.118)	106.067
Imobilizado em andamento	90 -	90
	152.999 (46.350)	106.649

(ii) Movimentação do custo

	2025	2024
	Saldo em 2024	Saldo em 2025
	Adições	Baixas Transf.
Equipamentos de informática	79 -	- -
Edificações, obras civis e benfeitorias	645 -	- -
Sistema de geração	148.457 4.728	- 1.000
Imobilizado em andamento	1.090 1	- (1.000)
	148.270 4.729	- -

Movimentação em 2024

	2024	2025
	Adições	Baixas Transf.
Equipamentos de informática	79 -	- -
Edificações, obras civis e benfeitorias	645 -	- -
Sistema de geração	137.040 9.417	- 148.457
Imobilizado em andamento	1.090 -	- 1.090
	138.853 9.417	- -

(iii) Movimentação da depreciação

	2025	2024
	Saldo em 2024	Saldo em 2025
	Adições	Baixas Transf.
Equipamentos de informática	(28) (16)	- -
Edificações, obras civis e benfeitorias	(170) (18)	- -
Sistema de geração	(41.218) (4.900)	- -
	(41.416) (4.934)	- -

Movimentação em 2024

	2024	2025
	Adições	Baixas Transf.
Equipamentos de informática	(12) (16)	- -
Edificações, obras civis e benfeitorias	(151) (18)	- -
Sistema de geração	(36.550) (4.869)	- -
	(36.713) (4.703)	- -

a. Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment) - A Administração anualmente efetua cálculo de recuperabilidade dos ativos imobilizados do Complexo Morinhos, o qual a Companhia faz parte e que representa sua Unidade Geradora de Caixa - UGC. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Administração estimou os valores recuperáveis de sua UGC baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados. O fluxo de caixa projetado levou em consideração fatores internos e externos, ajustando fatores como o volume de vendas, preços estimados para os próximos anos e elevação de despesas em linha com a expectativa de aumento no nível de operações da Companhia. A taxa de desconto utilizada foi de 11,47% a.a. (9,91% a.a. em 2024), elaborada levando em consideração o custo médio do capital (WACC). O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil, por esse motivo, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado foi contabilizada.

12 Provisões - (i) Provisão ressarcimento - A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir a energia contratual. Esta provisão é mensurada considerando os valores apurados nos relatórios emitidos pela CCEE, relatórios internos de geração de energia da Companhia, além de considerar os abatimentos dos valores de energia restringida ("constrained-off"), em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS. Ressarcimento anual à CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, ficando abaixo de 90%. Ressarcimento Quadrinial à CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia dentro do regime de tolerância de 10%, permanecendo entre 100% e 90% ao compromisso contratual. Os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), tem as seguintes características; (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia física preestabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais e quadriennais de energia; (iii) a CCEE realiza apurações anuais e quadriennais comparando a geração versus o montante contratado, conforme segue:

Genêrios	Montante Contratado	Resultados
1	Abaixo de 90%	Ressarcimento Anual à CCEE
2	Entre 90% a 100%	Ressarcimento Quadrinial
3	Entre 100% a 130%	Gera saldo positivo na apuração quadriennal
4	Acima de 130%	Gera recebimento, é valorado ao PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) no Mercado de Curto Prazo (MCP), nos meses em que a energia for gerada acima do compromisso contratual

O pagamento do ressarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior, e o ressarcimento quadriennal, apurado a cada 4 anos e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR). Com o encerramento do ciclo de ressarcimento quadriennal, o saldo é transferido do longo prazo para o curto prazo. Em 22 de março de 2021 a ANEEL publicou no Diário Oficial da União a Resolução Normativa nº 927 que regulamenta o abatimento dos valores energia restringida ("constrained-off") em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS. O cálculo é realizado com base na metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de "constrained-off" de usinas eólicas objeto de CCEAR e CER disponibilizado pela CCEE conforme estabelecido no art. 8º da Resolução Normativa supracitada. Este componente é contido como abatimento nos valores de ressarcimento. O "curtailment", conforme classificação do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), corresponde à restrição de geração e pode ocorrer por três razões: (i) Energética, quando há impossibilidade de alocação da geração na carga do sistema; (ii) Confiabilidade Elétrica, relacionada à confiabilidade de equipamentos externos às usinas; e (iii) Indisponibilidade Externa, decorrente de indisponibilidades em instalações externas às usinas. A Lei nº 15.269, sancionada em novembro de 2025, instituiu mecanismo de compensação para cortes classificados como Confiabilidade Elétrica e Indisponibilidade Externa, aplicável ao período de setembro de 2023 a novembro de 2025, conforme regulamentação. Em conformidade com a legislação aplicável, a Companhia reconheceu em suas demonstrações financeiras a compensação referente aos cortes ocorridos no período elegível, mensurado com base em dados históricos do ONS e na sistemática de ressarcimento prevista na legislação. A apuração e liquidação dos valores serão conduzidas pelas entidades responsáveis, com atualização pela variação do IPCA. A composição do saldo de provisões é como segue:

	2025	2024
Saldo em 31 de dezembro de 2023	11.894	
Constituição	2.653	
Baixa	(836)	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	13.711	
Constituição	2.049	
Baixa	(2.886)	
Saldo em 31 de dezembro de 2025	12.873	
Provisão para ressarcimento curto prazo	12.873	13.068
Provisão para ressarcimento longo prazo	-	624
	12.873	13.711

(ii) Provisão para desmantelamento - Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual de restauração do ativo (terreno) ou ainda de desmobilização de edificações (obras civis), fundações de qualquer natureza ou ainda vias de acesso realizadas no ativo durante o período de cessão. A Companhia não possui tais obrigações nos contratos de arrendamento firmados. Adicionalmente, será facultado à SPE apenas o uso do direito de retirada dos aerogeradores e da respectiva rede elétrica interna. Entretanto, a retirada dos aerogeradores constituiria assim, um evento de significativa imaterialidade em comparação aos potenciais custos de desmobilização de obras civis edificadas e vias de acesso nos imóveis e, neste contexto limitar-se-ia à utilização de horas de guindaste e mão-de-obra. Desta forma, segundo o CPC 25, parágrafo 19º, "são reconhecidas como provisão apenas as obrigações que surgem de eventos passados que existam independentemente de ações futuras da entidade", o que não se aplica neste caso, uma vez que é facultativa a retirada dos aerogeradores e rede elétrica interna, o que depende de uma tomada de decisão futura da Companhia e, por esse motivo não há obrigação presente relativa aos gastos futuro e nenhuma provisão deve ser reconhecida.

(iii) Provisão para contingências - Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não existem contingências prováveis ou possíveis de qualquer natureza, conhecidas pela Administração e com base no parecer de seus assessores jurídicos, que impliquem registro de provisões e/ou divulgação.

13 Financiamentos

	Indexador e taxas	Vencimento	2025	2024
Operações (moeda nacional)	anuais de juros	final		
BNDES (a)	TJLP + 2,45%	15/04/2032	28.304	30.804
BNDES (b)	TJLP + 4,15%	15/04/2032	12.706	13.742
Custos com a captação			(534)	(620)
			40.476	43.927

Passivo circulante 5.143 4.640

Passivo não circulante 35.333 39.286

(a) Em 13 de novembro de 2015 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R\$ 49.630, com vencimento final para abril de 2032. (b) Em 02 de março de 2016 foi assinado o Contrato de abertura de Crédito para Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES mediante repasse dos recursos pelos bancos Bradesco S.A., Itaú Unibanco S.A. e Banco Santander S.A. (credores) no valor de R\$ 21.270, com vencimento final para abril de 2032. Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10). A Companhia mantém sua previsibilidade de pagamento dos financiamentos conforme o fluxo de caixa como segue:

	2025	2024
2026	5.143	
2027 a 2029	17.891	
2030 a 2032	17.443	
Total	40.476	

13.1 Movimentação

	2025	2024
Saldo inicial	43.927	47.616
Pagamento de juros	(3.693)	(4.003)
Pagamento de principal	(4.591)	(4.144)
Despesas com juros	4.747	4.373
Custos de captação amortizados	86	86
Saldo final	40.476	43.927

Para fins de demonstração de fluxo de caixa, os juros pagos são apresentados nas atividades de financiamentos. **13.2 Covenants** - A Companhia contratou financiamento com cláusulas que requerem a manutenção de determinadas condições a serem observadas, tais como: constituição, sem a prévia autorização do BNDES, de penhor ou gravame sobre quaisquer direitos, inclusive creditórios, oriundos do projeto financiado, além de desempenho satisfatório em relação a determinados indicadores financeiro. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar no vencimento antecipado das dívidas e/ou multas. **13.2 Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - BNDES** - Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a controladora apurou um índice anual igual ou superior de 1,20 e atendeu todas as condições referentes às Cláusulas Restritivas do referido contrato. **13.3 Outras garantias** - As garantias referem-se a: Garantia fidejussória do contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES, formalizada através de carta fiança e garantia financeira dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

14. Patrimônio Líquido

a. Capital social - O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ 52.153, dividido em 52.152.923 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas conforme abaixo:

	2025	2024
Acionistas	52.153	52.153

Controladora e controlador final - As ações da entidade são 100% do Complexo Morinhos Energias Renováveis S.A., controlada pela Atlantic Energias Renováveis S.A., a qual o controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A. ("Grupo CGN Brasil"). **b. Reserva legal** - A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos que eventualmente venham a ser apurados anteriormente, e limitada a 20% do capital social.

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	13.613	8.659
Constituição de reserva legal - 5%	681	433

c. Dividendos - Os acionistas terão direito aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	13.613	8.659
Constituição de reserva legal - 5%	(681)	(433)
	12.932	8.226

Dividendo mínimo obrigatório - 25%

	2025	2024
Lucros retidos	9.699	6.169

d. Reserva de lucros - A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada. **e. Lucro básico e diluído** - Não há diluição de ações ordinárias para o cálculo de lucro diluído. O cálculo do lucro básico por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias.

	2025	2024
Lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias (básico e diluído)	13.613	8.659
Ações ordinárias (básico e diluído)	52.153	52.153
Resultado por ação ordinária (básico e diluído)	0,2610	0,1660

15 Receita líquida de venda de energia

	2025	2024
Receita bruta venda de energia	32.748	27.145
Ressarcimento de energia (1)	(2.049)	(2.653)
(-) PIS / COFINS	(1.118)	(822)
	29.581	23.570

(1) Vide nota explicativa 12(i).

16 Gastos por natureza

	2025	2024
Custo da geração de energia	(12.996)	(10.550)
Despesas gerais e administrativas	(704)	(722)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(16)	-
	(13.716)	(11.273)

	2025	2024
Encargos de transmissão e conexão	(2.238)	(2.092)
Compra de energia	(866)	(353)
Liquidação financeira negativa - CCEE	(983)	(787)
Despesa com pessoal	(882)	(770)
Serviço de terceiros	(1.846)	(844)
Depreciação	(4.934)	(4.703)
Arrendamentos	(418)	(372)
Manutenção	(1.071)	(1.040)
Materiais	(161)	(6)
Outras despesas administrativas	(250)	(245)
Outros	(58)	(62)
	(13.716)	(11.273)

17 Resultado financeiro

	2025	2024
Despesas bancárias	(165)	(158)
IOF	(5)	(147)
Juros de financiamentos	(4.747)	(4.373)
Amortização do custo de captação	(86)	(86)
Juros e multa de mora	-	(1)
Custo da estruturação da dívida	(148)	(251)
Outras despesas financeiras	(1)	(68)
Despesa financeira	(5.152)	(5.083)
Receita de aplicação financeira	4.233	3.365
Outras receitas financeiras	2	68
Receita financeira	4.235	3.433
Resultado financeiro	(857)	(1.650)

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP nº 2.200-2
de 24/08/2001.

A autenticidade pode ser
conferida ao lado



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente
no dia 10/04/2026

Para acessar a página de Publicações Legais no portal
do JORNAL POLO BRASIL, aponte a câmera do celular
para o QR Code. Para acessar o site:
www.jornalpolobrasil.com.br



NOTAS EXPLICATIVAS - CONTINUAÇÃO					RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS																																																																																																																																																																																																															
18 Imposto de renda e contribuição social - A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue: <table><tr><td>Regime de tributação pelo lucro presumido</td><td>2025</td><td>2024</td></tr><tr><td>Receita com venda de energia (*)</td><td>29.956</td><td>27.129</td></tr><tr><td>Outras receitas</td><td>1.029</td><td>3.433</td></tr><tr><td>Base de cálculo IRPJ 8% (*)</td><td>3.443</td><td>5.623</td></tr><tr><td>Base de cálculo CSLL 12% (*)</td><td>4.639</td><td>6.705</td></tr><tr><td>Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%)</td><td>934</td><td>1.447</td></tr><tr><td>Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R\$ 240 no período de 12 meses</td><td>320</td><td>538</td></tr><tr><td>Imposto de renda e contribuição social correntes</td><td>1.254</td><td>1.985</td></tr><tr><td>Taxa efetiva</td><td>15,52%</td><td>16,10%</td></tr><tr><td>Imposto de renda e contribuição social diferidos (**)</td><td>141</td><td>3</td></tr></table> (*) A diferença na base de cálculo para apuração do imposto presumido calculada sobre a receita com venda de energia, refere-se ao saldo das provisões de receita registradas dentro de suas devidas competências. (**) O saldo refere-se ao imposto diferido sobre a provisão do faturamento. 19 Instrumentos financeiros - A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros. a. Classificação contábil e valores justos de instrumentos financeiros - Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável. A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil nas rubricas de caixa e bancos, contas a receber de clientes, partes relacionadas, financiamentos e fornecedores. <table><tr><th rowspan="2">Descrição</th><th colspan="2">2025</th><th colspan="2">2024</th></tr><tr><th>Valor contábil Custo amortizado(*)</th><th>Valor justo Nível 2</th><th>Valor contábil Custo amortizado(*)</th><th>Valor justo Nível 2</th></tr><tr><td>Ativos financeiros</td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr><tr><td>Circulante</td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr><tr><td>Caixa e bancos</td><td>241</td><td>-</td><td>50</td><td>-</td></tr><tr><td>Aplicações financeiras</td><td>-</td><td>25.544</td><td>-</td><td>24.488</td></tr><tr><td>Contas a receber de clientes</td><td>5.825</td><td>-</td><td>3.050</td><td>-</td></tr><tr><td>Não circulante</td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr><tr><td>Aplicações financeiras vinculadas</td><td>-</td><td>7.362</td><td>-</td><td>7.124</td></tr><tr><td>Partes relacionadas (nota 9)</td><td>18.084</td><td>-</td><td>13.117</td><td>-</td></tr><tr><td>Passivos financeiros</td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr><tr><td>Circulante</td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr><tr><td>Fornecedores</td><td>308</td><td>-</td><td>77</td><td>-</td></tr><tr><td>Financiamentos (nota 13)</td><td>5.143</td><td>-</td><td>4.640</td><td>-</td></tr><tr><td>Partes relacionadas (nota 9)</td><td>3.233</td><td>-</td><td>2.056</td><td>-</td></tr><tr><td>Não circulante</td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr><tr><td>Financiamentos (nota 13)</td><td>35.333</td><td>-</td><td>39.286</td><td>-</td></tr></table> (*) O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo. • Caixa e bancos: são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. • Aplicações financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais. • Aplicações financeiras vinculadas: referem-se, substancialmente, aos saldos das contas reserva constituídas de acordo com os respectivos contratos de financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Os instrumentos financeiros relativos a essas contas reserva são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são mensurados ao valor justo por meio do resultado. • Financiamentos: referem-se a passivos financeiros, para fins de divulgação, estimados mediante o desconto do fluxo de caixa contratual futuro pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares. Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue: • Nível 1. Mercado ativo: Preço cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento. • Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer					Regime de tributação pelo lucro presumido	2025	2024	Receita com venda de energia (*)	29.956	27.129	Outras receitas	1.029	3.433	Base de cálculo IRPJ 8% (*)	3.443	5.623	Base de cálculo CSLL 12% (*)	4.639	6.705	Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%)	934	1.447	Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R\$ 240 no período de 12 meses	320	538	Imposto de renda e contribuição social correntes	1.254	1.985	Taxa efetiva	15,52%	16,10%	Imposto de renda e contribuição social diferidos (**)	141	3	Descrição	2025		2024		Valor contábil Custo amortizado(*)	Valor justo Nível 2	Valor contábil Custo amortizado(*)	Valor justo Nível 2	Ativos financeiros					Circulante					Caixa e bancos	241	-	50	-	Aplicações financeiras	-	25.544	-	24.488	Contas a receber de clientes	5.825	-	3.050	-	Não circulante					Aplicações financeiras vinculadas	-	7.362	-	7.124	Partes relacionadas (nota 9)	18.084	-	13.117	-	Passivos financeiros					Circulante					Fornecedores	308	-	77	-	Financiamentos (nota 13)	5.143	-	4.640	-	Partes relacionadas (nota 9)	3.233	-	2.056	-	Não circulante					Financiamentos (nota 13)	35.333	-	39.286	-	qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio. • Nível 3. Sem mercado ativo: Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria. 20 Gerenciamento integrado de riscos - A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites. A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia. (i) Risco operacional - O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou detodo o fornecimento de energia esperado do parque eólico. Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque eólico. (ii) Risco de crédito - Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros ativos da Companhia. Para mitigar o risco de crédito, a Companhia efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia: <table><tr><th rowspan="2"></th><th colspan="2">Valor contábil</th></tr><tr><th>2025</th><th>2024</th></tr><tr><td>Aplicações financeiras</td><td>25.544</td><td>24.488</td></tr><tr><td>Aplicações financeiras vinculadas</td><td>7.362</td><td>7.124</td></tr><tr><td>Contas a receber de clientes</td><td>5.825</td><td>3.050</td></tr></table> iii) Risco de liquidez - Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, para mitigar o risco de liquidez, a Companhia monitora os níveis de endividamento e o cumprimento de índices (<i>covenants</i>) previstos em contratos de financiamentos. O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia: <table><tr><th rowspan="2"></th><th colspan="2">Valor contábil</th></tr><tr><th>2025</th><th>2024</th></tr><tr><td>Financiamentos</td><td>40.476</td><td>43.927</td></tr><tr><td>Fornecedores</td><td>308</td><td>77</td></tr></table> (iv) Risco de mercado - Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado. Exposição ao risco de taxa de juros - Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco. O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir: <table><tr><th rowspan="2"></th><th colspan="2">2025</th><th colspan="2">2024</th></tr><tr><th>Ativo</th><th></th><th>Ativo</th><th></th></tr><tr><td>Aplicações financeiras</td><td>25.544</td><td>24.488</td><td></td><td></td></tr><tr><td>Aplicações financeiras vinculadas</td><td>7.362</td><td>7.124</td><td></td><td></td></tr><tr><td></td><td>32.906</td><td>31.612</td><td></td><td></td></tr><tr><td>Passivo</td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr><tr><td>Financiamentos</td><td>40.476</td><td>43.927</td><td></td><td></td></tr></table> A Companhia efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado da Companhia advindos da variação do CDI e do IPCA, sendo o cenário possível um aumento/redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%. Em 31 de dezembro de 2025 <table><tr><th>Operação</th><th>Valor exposto</th><th>Risco</th><th>25%</th><th>50%</th></tr><tr><td>Aplicações financeiras</td><td>32.906</td><td>Redução do CDI (*)</td><td>3.677</td><td>2.452</td></tr><tr><td>Financiamentos</td><td>40.476</td><td>Aumento da TJLP (**)</td><td>4.589</td><td>5.507</td></tr></table> (*) Os índices de CDI considerados foram de 14,90% a.a. (**) Os índices de TJLP considerados foram de 9,07% a.a. Em 31 de dezembro de 2024 <table><tr><th>Operação</th><th>Valor exposto</th><th>Risco</th><th>25%</th><th>50%</th></tr><tr><td>Aplicações financeiras</td><td>31.612</td><td>Redução do CDI (*)</td><td>2.881</td><td>1.920</td></tr><tr><td>Financiamentos</td><td>43.927</td><td>Aumento da TJLP (**)</td><td>4.080</td><td>4.896</td></tr></table> (*) Os índices de CDI considerados foram de 12,15% a.a. (**) Os índices de TJLP considerados foram de 7,43% a.a.						Valor contábil		2025	2024	Aplicações financeiras	25.544	24.488	Aplicações financeiras vinculadas	7.362	7.124	Contas a receber de clientes	5.825	3.050		Valor contábil		2025	2024	Financiamentos	40.476	43.927	Fornecedores	308	77		2025		2024		Ativo		Ativo		Aplicações financeiras	25.544	24.488			Aplicações financeiras vinculadas	7.362	7.124				32.906	31.612			Passivo					Financiamentos	40.476	43.927			Operação	Valor exposto	Risco	25%	50%	Aplicações financeiras	32.906	Redução do CDI (*)	3.677	2.452	Financiamentos	40.476	Aumento da TJLP (**)	4.589	5.507	Operação	Valor exposto	Risco	25%	50%	Aplicações financeiras	31.612	Redução do CDI (*)	2.881	1.920	Financiamentos	43.927	Aumento da TJLP (**)	4.080	4.896
Regime de tributação pelo lucro presumido	2025	2024																																																																																																																																																																																																																		
Receita com venda de energia (*)	29.956	27.129																																																																																																																																																																																																																		
Outras receitas	1.029	3.433																																																																																																																																																																																																																		
Base de cálculo IRPJ 8% (*)	3.443	5.623																																																																																																																																																																																																																		
Base de cálculo CSLL 12% (*)	4.639	6.705																																																																																																																																																																																																																		
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%)	934	1.447																																																																																																																																																																																																																		
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R\$ 240 no período de 12 meses	320	538																																																																																																																																																																																																																		
Imposto de renda e contribuição social correntes	1.254	1.985																																																																																																																																																																																																																		
Taxa efetiva	15,52%	16,10%																																																																																																																																																																																																																		
Imposto de renda e contribuição social diferidos (**)	141	3																																																																																																																																																																																																																		
Descrição	2025		2024																																																																																																																																																																																																																	
	Valor contábil Custo amortizado(*)	Valor justo Nível 2	Valor contábil Custo amortizado(*)	Valor justo Nível 2																																																																																																																																																																																																																
Ativos financeiros																																																																																																																																																																																																																				
Circulante																																																																																																																																																																																																																				
Caixa e bancos	241	-	50	-																																																																																																																																																																																																																
Aplicações financeiras	-	25.544	-	24.488																																																																																																																																																																																																																
Contas a receber de clientes	5.825	-	3.050	-																																																																																																																																																																																																																
Não circulante																																																																																																																																																																																																																				
Aplicações financeiras vinculadas	-	7.362	-	7.124																																																																																																																																																																																																																
Partes relacionadas (nota 9)	18.084	-	13.117	-																																																																																																																																																																																																																
Passivos financeiros																																																																																																																																																																																																																				
Circulante																																																																																																																																																																																																																				
Fornecedores	308	-	77	-																																																																																																																																																																																																																
Financiamentos (nota 13)	5.143	-	4.640	-																																																																																																																																																																																																																
Partes relacionadas (nota 9)	3.233	-	2.056	-																																																																																																																																																																																																																
Não circulante																																																																																																																																																																																																																				
Financiamentos (nota 13)	35.333	-	39.286	-																																																																																																																																																																																																																
	Valor contábil																																																																																																																																																																																																																			
	2025	2024																																																																																																																																																																																																																		
Aplicações financeiras	25.544	24.488																																																																																																																																																																																																																		
Aplicações financeiras vinculadas	7.362	7.124																																																																																																																																																																																																																		
Contas a receber de clientes	5.825	3.050																																																																																																																																																																																																																		
	Valor contábil																																																																																																																																																																																																																			
	2025	2024																																																																																																																																																																																																																		
Financiamentos	40.476	43.927																																																																																																																																																																																																																		
Fornecedores	308	77																																																																																																																																																																																																																		
	2025		2024																																																																																																																																																																																																																	
	Ativo		Ativo																																																																																																																																																																																																																	
Aplicações financeiras	25.544	24.488																																																																																																																																																																																																																		
Aplicações financeiras vinculadas	7.362	7.124																																																																																																																																																																																																																		
	32.906	31.612																																																																																																																																																																																																																		
Passivo																																																																																																																																																																																																																				
Financiamentos	40.476	43.927																																																																																																																																																																																																																		
Operação	Valor exposto	Risco	25%	50%																																																																																																																																																																																																																
Aplicações financeiras	32.906	Redução do CDI (*)	3.677	2.452																																																																																																																																																																																																																
Financiamentos	40.476	Aumento da TJLP (**)	4.589	5.507																																																																																																																																																																																																																
Operação	Valor exposto	Risco	25%	50%																																																																																																																																																																																																																
Aplicações financeiras	31.612	Redução do CDI (*)	2.881	1.920																																																																																																																																																																																																																
Financiamentos	43.927	Aumento da TJLP (**)	4.080	4.896																																																																																																																																																																																																																

| **Aos Administradores e Acionistas da Sertão Energias Renováveis S.A.** **São Paulo - SP** **Opinião** - Examinamos as demonstrações financeiras da Sertão Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sertão Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras** - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Curitiba, 27 de março de 2026. KPMG Auditores Independentes Ltda. CRC SP-014428/O-6 F-PR Almir Eduardo Bertoniello Contador CRC PR-052082/O | DIRETORIA | | |--|--| | Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha - Diretora | | | Tonghai Chi - Diretor | | | Raffael Ubarana Mohamed - Contador CRC RJ - 077398/O | | | | | | |

https://sdocs.safeweb.com.br/portal/Validador?publicId=62469341-fac9-4683-a7d3-cc61f1714997
Este documento foi assinado digitalmente pelo(s) signatário(s) na lista de protocolo de assinatura(s). Para validar as assinaturas acesse:

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP nº 2.200-2
de 24/08/2001.

A autenticidade pode ser
conferida ao lado



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente
no dia 10/04/2026

Para acessar a página de Publicações Legais no portal
do Jornal POLO BRASIL, aponte a câmera do celular
para o QR Code. Para acessar o site:
www.jornalpolobrasil.com.br



NOTAS EXPLICATIVAS - CONTINUAÇÃO

aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. •

Passivos financeiros: A Companhia reconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retratada, cancelada ou expira. A Companhia também reconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No reconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação** - Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. i. **Valor recuperável de ativos (impairment) - (i) Ativos financeiros não derivativos:** Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • Inadimplência ou atrasos do devedor; • Reestruturação de um valor devido à companhia em condições não consideradas em condições normais; • Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência; • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiro. (ii) **Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado. (iii) **Ativos não financeiros:** A Companhia tem como política contábil efetuar o teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado anualmente, independentemente de haver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradoras de Caixa - UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. j. **Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. **CPC 51 Apresentação das Demonstrações Contábeis** e **CPC 51 substituído** o CPC 28 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais: • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará; • As medidas de desempenho definidas pela Administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras; • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros". **Outras Normas Contábeis** - Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações CPC 48 e CPC 40); • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 48 e CPC 40).

7. Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixa e bancos	130	88
Aplicações financeiras (i)	9.977	8.402
	10.113	8.490

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa, em linha com exercício anterior, em linha com exercício anterior. (i) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os saldos de aplicações financeiras referem-se a disponibilidades em conta aplicação no Banco BTG Pactual, Banco Santander e Banco Bradesco, em moeda nacional, indexada pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, com resgate imediato sem prejuízo da remuneração auferida até a data. A taxa média de remuneração da aplicação no Banco BTG Pactual, Banco Santander e Banco Bradesco foi de 95% do CDI nos dois exercícios.

8 Contas a receber de clientes

	2025	2024
Contas a receber	6.188	3.584
	6.188	3.584

O contas a receber decorre do fornecimento de energia relativo ao mês de dezembro de 2025 e com vencimento em janeiro de 2026. Não existem valores de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Adicionalmente, não há expectativa de perdas com o montante de contas a receber de clientes da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para perdas esperadas.

9 Partes relacionadas - A Companhia possui operações entre as companhias do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as companhias e gestão de recursos financeiros.

Ativo não circulante

	2025	2024
Complexo Morinhos Energias Renováveis S/A (a)	18.426	13.459
	18.426	13.459

Passivo circulante

	2025	2024
Complexo Morinhos Energias Renováveis S/A (b)	2.313	1.652
	2.313	1.652

(a) Os saldos de contas a receber de partes relacionadas de longo prazo referem-se ao acordo de cooperação financeira entre as companhias e a controladora direta. Sobre este saldo não incidem juros e atualizações, assim como também não existe um prazo de vencimento determinado. (b) Os saldos de partes relacionadas referem-se aos dividendos a pagar. Para fins de demonstração de fluxo de caixa, os dividendos recebidos e pagos são apresentados nas atividades de investimento e financiamento, respectivamente. As transações entre partes relacionadas, são realizadas de acordo com os termos e condições acordados entre as partes, conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazo definidos preestabelecidos. As contas a receber/pagar não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros. **Remuneração do pessoal chave da Administração** - Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 22 de abril de 2025, foi aprovado o montante máximo global da remuneração anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2025, no valor de até R\$ 7.500, a ser distribuído entre os membros da Administração conforme deliberação interna e de acordo com o Estatuto Social da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram reconhecidas despesas com remuneração

dos membros-chave da Administração no montante de R\$ 5.862 (R\$ 6.363 em 2024). A Companhia não possui planos de benefícios pós-emprego, remuneração baseada em ações ou outras participações societárias.

10 Aplicações financeiras vinculadas

	2025	2024
Aplicações financeiras vinculadas	8.490	8.029
	8.490	8.029

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os saldos de aplicações financeiras vinculadas referem-se a saldo da conta Reserva do Serviço da Dívida, Conta reserva de O&M (Operação e Manutenção) e Conta Reserva Especial com restrição de movimento para atendimento ao covenants conforme definido no contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNDES (nota explicativa 13). Tais montantes não possuem liquidez e estão aplicados em moeda nacional junto ao Banco Itaú e podem ser movimentadas somente mediante autorização expressa do BNDES. As aplicações financeiras vinculadas são lastreadas em títulos públicos e indexadas pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI.

11 Imobilizado**(i) Composição do saldo**

	2025	2024
	Depre. Saldo	Saldo
	Custo acumulado líquido	Saldo líquido
Equipamentos de informática	23 (11) 12	17
Edificações, obras civis e benfeitorias	457 (130) 327	340
Sistema de geração	182.741 (58.615) 134.126	135.973
	193.221 (58.756) 134.465	136.329

(ii) Movimentação do custo

	2025	2024
	Movimentação em 2025	Movimentação em 2024
	Saldo em 2024	Saldo em 2025
	Adições	Baixas
Equipamentos de informática	23 - -	23
Edificações, obras civis e benfeitorias	457 - -	457
Sistema de geração	187.978 4.763 -	192.741
	188.458 4.763 -	193.221

	2025	2024
	Movimentação em 2024	Movimentação em 2024
	Saldo em 2023	Saldo em 2024
	Adições	Baixas
Equipamentos de informática	23 - -	23
Edificações, obras civis e benfeitorias	457 - -	457
Sistema de geração	179.775 8.202 -	187.978
Peças de manutenção	388 - (388) -	-
	180.643 8.202 (388) -	188.458

(iii) Movimentação da depreciação

	2025	2024
	Movimentação em 2025	Movimentação em 2024
	Saldo em 2024	Saldo em 2025
	Adições	Baixas
Equipamentos de informática	(6) (5) -	(11)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(117) (13) -	(130)
Sistema de geração	(52.005) (6.610) -	(58.615)
	(52.128) (6.628) -	(58.756)

	2025	2024
	Movimentação em 2024	Movimentação em 2024
	Saldo em 2023	Saldo em 2024
	Adições	Baixas
Equipamentos de informática	(2) (5) -	(6)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(104) (13) -	(117)
Sistema de geração	(45.597) (6.408) -	(52.005)
	(45.703) (6.425) -	(52.128)

a. Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment) - A Administração anualmente efetua cálculo de recuperabilidade dos ativos imobilizados do Complexo Morinhos, o qual a Companhia faz parte e que representa sua Unidade Geradora de Caixa - UGC. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Administração estimou os valores recuperáveis de sua UGC baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados. O fluxo de caixa projetado levou em consideração fatores internos e externos, ajustando fatores como o volume de vendas, preços estimados para os próximos anos e elevação de despesas em linha com a expectativa de aumento no nível de operações da Companhia. A taxa de desconto utilizada foi de 11,47% a.a. (9,91% a.a. em 2024), elaborada levando em consideração o custo médio do capital (WACC). O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil, por esse motivo, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado foi contabilizada.

12 Provisões - (i) Provisão ressarcimento - A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir a energia contratual. Esta provisão é mensurada considerando os valores apurados nos relatórios emitidos pela CCEE, relatórios internos de geração de energia da Companhia, além de considerar os abatimentos dos valores de energia restringida ("constrained-off"), em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS. Ressarcimento anual à CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, ficando abaixo de 90%. Ressarcimento Quadrinial à CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia dentro do regime de tolerância de 10%, permanecendo entre 100% e 90% ao compromisso contratual. Os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), tem as seguintes características; (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia física preestabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais e quadrienais de energia; (iii) a CCEE realiza apurações anuais e quadrienais comparando a geração versus o montante contratado, conforme segue:

Gerar x	Montante Contratado	Resultados
1	Abaixo de 90%	Ressarcimento Anual à CCEE
2	Entre 90% a 100%	Ressarcimento Quadrinial
3	Entre 100% a 130%	Gera saldo positivo na apuração quadrienal
4	Acima de 130%	Gera recebimento, é valorado ao PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) no Mercado de Curto Prazo (MCP), nos meses em que a energia for gerada acima do compromisso contratual

O pagamento do ressarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior, e o ressarcimento quadrienal, apurado a cada 4 anos e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR). Com o encerramento do ciclo do ressarcimento quadrienal, o saldo é transferido do longo prazo para o curto prazo. Em 22 de março de 2021 a ANEEL publicou no Diário Oficial da União a Resolução Normativa nº 927 que regulamenta o abatimento dos valores energia restringida ("constrained-off") em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS. O cálculo é realizado com base na metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de "constrained-off" de usinas eólicas objeto de CCEAR e CER disponibilizado pela CCEE conforme estabelecido no art. 8º da Resolução Normativa supracitada. Este componente é contido como abatimento nos valores de ressarcimento. O "curtailment", conforme classificação do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), corresponde à restrição de geração e pode ocorrer por três razões: (i) Energética, quando há impossibilidade de alocação da geração na carga do sistema; (ii) Confiabilidade Elétrica, relacionada à confiabilidade de equipamentos externos às usinas; e (iii) Indisponibilidade Externa, decorrente de indisponibilidades em instalações externas às usinas. A Lei nº 15.269, sancionada em novembro de 2025, instituiu mecanismo de compensação para cortes classificados como Confiabilidade Elétrica e Indisponibilidade Externa, aplicável ao período de setembro de 2023 a novembro de 2025, conforme regulamentação. Em conformidade com a legislação aplicável, a Companhia reconheceu em suas demonstrações financeiras a compensação referente aos cortes ocorridos no período elegível, mensurado com base em dados históricos do ONS e na sistemática de ressarcimento prevista na legislação. A apuração e liquidação dos valores serão conduzidas pelas entidades responsáveis, com atualização pela variação do IPCA. A composição do saldo de provisões é como segue:

	2025	2024
Saldo em 31 de dezembro de 2023	8.835	
Constituição	3.145	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	11.980	
Constituição	4.306	
Baixa	(1.436)	
Saldo em 31 de dezembro de 2025	14.852	

Provisão para ressarcimento curto prazo	14.865	11.197
Provisão para ressarcimento longo prazo	167	783
	14.852	11.980

(ii) Provisão para desmantelamento - Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual de restauração do ativo (terreno) ou ainda de desmobilização

de edificações (obras civis), fundações de qualquer natureza ou ainda vias de acesso realizadas no ativo durante o período de cessão. A Companhia não possui tais obrigações nos contratos de arrendamento firmados. Adicionalmente, será facultado à SPE apenas o uso do direito de retirada dos aerogeradores e da respectiva rede elétrica interna. Entretanto, a retirada dos aerogeradores constitua assim, um evento de significativa imaterialidade em comparação aos potenciais custos de desmobilização de obras civis edificadas e vias de acesso nos imóveis e, neste contexto limitar-se-ia à utilização de horas de guindaste e mão-de-obra. Desta forma, segundo o CPC 25, parágrafo 19º, "são reconhecidas como provisão apenas as obrigações que surgem de eventos passados que existam independentemente de ações futuras da entidade", o que não se aplica neste caso, uma vez que é facultativa a retirada dos aerogeradores e rede elétrica interna, o que depende de uma tomada de decisão futura da Companhia e, por esse motivo não há obrigação presente relativa aos gastos futuro e nenhuma provisão deve ser reconhecida.

(iii) Provisão para contingências - Suportada pelos advogados que assessoram a Companhia, a Administração concluiu que as chances de perda no final do processo são avaliadas como "possível", totalizando o montante de R\$ 168 em 2025 (R\$ 0 em 2024).

13 Financiamentos

Operações (moeda nacional)	Indexador e taxas anuais de juros	Vencimento final	2025	2024
BNDES (a)	T.JLP + 2,45%	15/10/2032	39.601	42.680
BNDES (b)	T.JLP + 4,15%	15/10/2032	17.581	18.832
Custos com a captação			(707)	(811)
			56.475	60.701

Passivo circulante

Passivo não circulante	6.515	5.880
	49.959	54.820

(a) Em 13 de novembro de 2015 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R\$ 61.808, com vencimento final para outubro de 2032. (b) Em 02 de março de 2016 foi assinado o Contrato de abertura de Crédito para Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES mediante repasse dos recursos pelos bancos Bradesco S/A, Itaú Unibanco S/A e Banco Santander S/A (credores) no valor de R\$ 26.403, com vencimento final para outubro de 2032. Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10). A Companhia mantém sua previsibilidade de pagamento dos financiamentos conforme o fluxo de caixa como segue:

2026	6.515
2027 a 2029	22.583
2030 a 2032	27.367
Total	56.475

13.1 Movimentação

	2025	2024
Saldo inicial	60.701	65.318
Pagamento de juros	(5.126)	(5.510)
Pagamento de principal	(5.803)	(5.239)
Despesas com juros	6.599	6.028
Custos de captação amortizados	105	105
Saldo final	56.475	60.701

Para fins de demonstração de fluxo de caixa, os juros pagos são apresentados nas atividades de financiamentos. **13.2 Covenants** - A Companhia contratou financiamento com cláusulas que requerem a manutenção de determinadas condições a serem observadas, tais como: constituição, sem a prévia autorização do BNDES, de penhor ou gravame sobre quaisquer direitos, inclusive creditórios, oriundos do projeto financiado, além de desempenho satisfatório em relação a determinados indicadores financeiros. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar no vencimento antecipado das dívidas e/ou multas. **13.2.1 Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - BNDES** - Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a controladora apurou um índice anual igual ou superior de 1,20 e atendeu todas as condições referentes as Cláusulas Restritivas do referido contrato. **13.3 Outras garantias** - As garantias referem-se a: Garantia fidejussória do contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES, formalizada através de carta fiança e garantia financeira dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

13.4 Patrimônio Líquido

a. Capital social - O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ 66.212, dividido em 66.211.587 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas conforme abaixo:

Acionistas	2025	2024
Complexo Morinhos Energias Renováveis S.A.	66.212	66.212

Controladora e controlador final - As ações da entidade são 100% do Complexo Morinhos Energias Renováveis S.A. controlada pela Atlantic Energias Renováveis S.A., a qual o controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A. ("Grupo CGN Brasil"). **b. Reserva legal** - A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos que eventualmente venham a ser apurados anteriormente, e limitada a 20% do capital social.

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	9.738	6.957
Constituição de reserva legal - 5%	487	348

c. Dividendos - Os acionistas terão direito aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	9.738	6.957
Constituição de reserva legal - 5%	(487)	(348)
Base para destinação de dividendos	9.251	6.609
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	(2.313)	(1.652)
Lucros retidos	6.938	4.957

d. Reserva de lucros - A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada. **e. Lucro básico e diluído** - Não há diluição de ações ordinárias para o cálculo de lucro diluído. O cálculo do lucro básico por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias.

	2025	2024
Lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias (básico e diluído)	9.738	6.957
Ações ordinárias (básico e diluído)	66.212	66.212
Resultado por ação ordinária (básico e diluído)	0,1471	0,1051

14 Receita líquida de venda de energia

	2025	2024
Receita bruta venda de energia	36.358	31.280
Ressarcimento de energia (1)	(4.308)	(3.145)
(-) PIS / COFINS	(1.250)	(1.141)
	30.800	26.994

(1) Vide nota explicativa 12(i).

15 Gastos por natureza

	2025	2024
Custo da geração de energia	(14.286)	(12.281)
Despesas gerais e administrativas	(702)	(733)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	16	(329)
	(14.972)	(13.342)

Encargos de transmissão e conexão	(2.353)	(2.264)
Compra de energia	(1.012)	(390)
Liquidação financeira negativa - CCEE	(708)	(530)
Despesas com pessoal	(878)	(770)
Serviços de terceiros	(1.859)	(717)
Depreciação	(6.628)	(6.425)
Arrendamentos	(465)	(447)
Manutenção	(750)	(1.018)
Materiais	(56)	(121)
Outras despesas administrativas	(239)	(259)
Viagens e estadias	-	(5)
Outros	(25)	(397)
	(14.972)	(13.342)

16 Resultado financeiro

	2025	2024
Despesas bancárias	(165)	(158)
IOF	(4)	(156)
Juros de financiamentos	(6.599)	(6.028)
Amortização do custo de captação	(105)	(105)
Juros e multa de mora	-	(91)
Custo da estruturação da dívida	(203)	(315)
Outras despesas financeiras	(8)	(10)
Total das despesas financeiras	(7.083)	(6.682)
Receita de aplicação financeira	2.318	1.635
Outras receitas financeiras	2	59
Total das receitas financeiras	2.320	1.694
Resultado financeiro	(4.763)	(5.168)

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP nº 2.200-2
de 24/08/2001.

A autenticidade pode ser
conferida ao lado



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente
no dia 10/04/2026

Para acessar a página de Publicações Legais no portal
do JORNAL POLO BRASIL, clique na câmera do celular
para o QR Code. Para acessar o site:
www.jornalpolobrasil.com.br



RELATÓRIO DE ASSINATURAS

Este documento foi assinado de forma digital ou eletrônica na plataforma Portal de Assinaturas sDoc. Certificação digital da autenticidade dos documentos mantidos na página própria, emitida por uma autoridade certificadora credenciada no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil).

Verifique as assinaturas em:

<https://sdocs.safeweb.com.br/portal/Validador?publicID=62469341-fac9-4683-a7d3-cc61f1714997>

Chave de acesso: 62469341-fac9-4683-a7d3-cc61f1714997



Hash do documento

aa96da094a87a66da36b5ba2248a5bfe5a7505a390fd88cc21b441f11f98ac36

Documento disponível em



Documento(s) gerado(s) em 24-04-2026, com o(s) seguinte(s) participante(s):

POLO BRASIL EDITORA E AGENCIA DE NOTICIA - 60.172.497/0001-57 em
24/04/2026 12:13:42 UTC-03:00

Tipo de Participante: Assinatura Digital

Identificação: Por e-mail: jadete@jornalpolobrasil.com.br

Geolocalização: Latitude: Longitude:

IP: 179.100.17.119



Documento eletrônico assinado digitalmente.
Validade jurídica assegurada conforme
MP 2.200-2/2001, que instituiu a ICP-Brasil.